

OPAS

RELATÓRIO
FINANCEIRO DO
DIRETOR
e
RELATÓRIO DO
AUDITOR
EXTERNO

1° de janeiro a 31 de dezembro de 2019



Organização
Pan-Americana
da Saúde



Organização
Mundial da Saúde
ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AS
Américas

**RELATÓRIO
FINANCEIRO
DO
DIRETOR**

e

**RELATÓRIO
DO AUDITOR
EXTERNO**

1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019

Relatório Financeiro Do Diretor e Relatório Do Auditor Externo. 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.
(Documento oficial: 360)

© Organização Pan-Americana da Saúde, 2020

ISBN: 978-92-75-72287-9

Alguns direitos reservados. Esta obra está disponível nos termos da licença Atribuição-NãoComercial-Compartilhada 3.0 IGO de Creative Commons; <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/igo/deed.pt>.



De acordo com os termos desta licença, esta obra pode ser copiada, redistribuída e adaptada para fins não comerciais, desde que a nova obra seja publicada com a mesma licença Creative Commons, ou equivalente, e com a referência bibliográfica adequada, como indicado abaixo. Em nenhuma circunstância deve-se dar a entender que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) endossa uma determinada organização, produto ou serviço. O uso do logotipo da OPAS não é autorizado.

Adaptação. No caso de adaptação desta obra, o seguinte termo de isenção de responsabilidade deve ser adicionado à referência bibliográfica sugerida: “Esta é uma adaptação de uma obra original da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). As perspectivas e opiniões expressadas na adaptação são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es) da adaptação e não têm o endosso da OPAS”.

Tradução. No caso de tradução desta obra, o seguinte termo de isenção de responsabilidade deve ser adicionado à referência bibliográfica sugerida: “Esta tradução não foi elaborada pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). A OPAS não é responsável pelo conteúdo ou rigor desta tradução”.

Referência bibliográfica sugerida. *Relatório Financeiro Do Diretor e Relatório Do Auditor Externo. 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019. (Documento oficial: 360).* Washington, D.C.: Organização Pan-Americana da Saúde; 2020. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

Dados da catalogação na fonte (Cataloging in Publication - CIP). Os dados da CIP estão disponíveis em <http://iris.paho.org>.

Vendas, direitos e licenças. Para adquirir publicações da OPAS, escrever a sales@paho.org. Para solicitar uso comercial e indagar sobre direitos e licenças, acesse <http://www.paho.org/permissions>.

Materiais de terceiros. Para a utilização de materiais nesta obra atribuídos a terceiros, como tabelas, figuras ou imagens, cabe ao usuário a responsabilidade de determinar a necessidade de autorização e de obtê-la devidamente do titular dos direitos autorais. O risco de indenização decorrente do uso irregular de qualquer material ou componente da autoria de terceiros recai exclusivamente sobre o usuário.

Termo geral de isenção de responsabilidade. As denominações utilizadas e a maneira de apresentar o material nesta publicação não manifestam nenhuma opinião por parte da OPAS com respeito ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, nem tampouco à demarcação de suas fronteiras ou limites. As linhas pontilhadas e tracejadas nos mapas representam as fronteiras aproximadas para as quais pode ainda não haver acordo definitivo.

A menção a determinadas empresas ou a produtos de certos fabricantes não implica que sejam endossados ou recomendados pela OPAS em detrimento de outros de natureza semelhante não mencionados. Salvo erros ou omissões, os nomes de produtos patenteados são redigidos com a inicial maiúscula.

A OPAS adotou todas as precauções razoáveis para verificar as informações constantes desta publicação. No entanto, o material publicado está sendo distribuído sem nenhum tipo de garantia, seja expressa ou implícita. A responsabilidade pela interpretação e uso do material recai sobre o leitor. Em nenhum caso a OPAS será responsável por prejuízos decorrentes de sua utilização.

SUMÁRIO

COMENTÁRIOS DA DIRETORA	1
--------------------------------	----------

RELATÓRIO FINANCEIRO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

Certificação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019	9
Declaração sobre Controle Interno	10
Parecer do Auditor Externo	16

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração da situação financeira	18
Demonstração do desempenho financeiro	19
Demonstração das mutações do ativo líquido	20
Demonstração dos fluxos de caixa	21
Comparação dos montantes orçados e efetivos	22
Notas às demonstrações financeiras	23

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO	65
-------------------------------------	-----------

ANEXO NÃO AUDITADO

Informações segmentadas sobre a demonstração do desempenho financeiro	1
Contribuições fixas	6
Mecanismos de compras	7
Contribuições voluntárias	12
Escritório Regional para as Américas (AMRO), Organização Mundial da Saúde	29
Outros centros	30

O Anexo não Auditado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 pode ser consultado no portal dos Órgãos Diretores, no endereço: <https://www.paho.org/pt/node/73937>

COMENTÁRIOS DA DIRETORA



Em conformidade com o parágrafo 14.9 do Regulamento Financeiro da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), tenho a honra de apresentar o Relatório Financeiro da Organização Pan-Americana da Saúde referente ao período de apresentação de informações financeiras de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

As demonstrações financeiras e as notas às demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS) e o Regulamento Financeiro e as Regras Financeiras da OPAS.

Embora a OPAS tenha adotado um exercício de apresentação de informações financeiras anual conforme o estipulado no parágrafo 2.2 do Regulamento Financeiro, o período orçamentário continuar a ser um biênio (parágrafo 2.1 do Regulamento Financeiro). Portanto, para fins de comparação entre os montantes efetivos e os montantes orçados nos Comentários da Diretora, os montantes do orçamento anual representam a metade do Programa e Orçamento bienal de 2018-2019 como uma aproximação dos montantes orçamentários anuais.

1. Principais conquistas técnicas de 2019

Em 2019, a OPAS exerceu suas funções como instituição líder e catalisadora de mudanças para melhorar a saúde e o bem-estar dos povos das Américas em colaboração com os Estados Membros e com os parceiros. A Organização continuou a prestar cooperação técnica direta, com um enfoque intergrado e multissetorial, mobilizar recursos, fortalecer parcerias e redes, formar capacidades, gerar e apresentar evidências, e atuar como defensora das ações necessárias para alcançar as metas estabelecidas no Plano Estratégico da OPAS 2014-2019 durante seu último ano de implementação. Foram obtidos avanços importantes rumo ao cumprimento dos compromissos da Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030 e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Destaques dos avanços e conquistas obtidos na cooperação técnica durante 2019:

- Após o lançamento do Pacto Regional pela Atenção Primária à Saúde para a Saúde Universal (APS 30-30-30) pela Diretora da OPAS na Cidade do México, em abril de 2019, foram acelerados os esforços para transformar os sistemas de saúde em modelos de atenção à saúde equitativos, integrais e inclusivos com base na atenção primária à saúde (APS). A OPAS participou ativamente da elaboração da Declaração Política da Reunião de Alto Nível sobre Cobertura Universal de Saúde, realizada em 23 de setembro de 2019. A Organização também conseguiu promover e apoiar diretamente a formulação de estratégias, planos e/ou políticas de saúde integrais para avançar rumo à saúde universal nos países. Trabalha-se atualmente em 34 Estados Membros para transformar os sistemas de saúde durante o biênio e, em 26 deles, esse trabalho abrange opções de política para abordar o financiamento da saúde. A OPAS está apoiando os setores da saúde e educação para trabalharem na área do ensino interprofissional e na prática colaborativa em saúde em 19 países;

- Respostas oportunas e apropriadas foram organizadas para todas as emergências com impactos sanitários em potencial em 20 países e territórios. Isso abrange a resposta à crise sociopolítica venezuelana e aos seus respectivos efeitos sobre a saúde, como surtos de sarampo, difteria e malária; operações para a crise migratória e seus respectivos efeitos sobre a saúde no Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Trinidad e Tobago; a investigação e resposta relacionadas à síndrome neurológica aguda no Peru; surtos de dengue em Honduras, Nicarágua e Jamaica; inundações na Bolívia e Paraguai; casos de febre hemorrágica causada por arnavírus e transbordamento de aterro sanitário na região de Alpacoma, Bolívia; um tornado em Cuba; a investigação e controle de casos de malária na região de Darien, Panamá; a investigação e resposta relacionadas a infecções respiratórias agudas graves na Guiana; o furacão Dorian nas Bahamas; o surto de sarampo (genótipo D8) na Argentina não relacionado aos surtos na Venezuela e países vizinhos; a grave seca causada por uma prolongada onda de calor na Guatemala; a contenção e prevenção dos efeitos sobre a saúde decorrentes do vírus da poliomielite derivado das vacinas VDPV1 e VDPV3 em reservatórios de água de dois municípios na Guatemala; intoxicações letais devido a produtos alcoólicos adulterados na Costa Rica; e agitação social e violência na Bolívia, Chile e Haiti. A OPAS também apoiou a resposta da OMS ao ciclone Idai em Moçambique e ao surto de Ebola na República Democrática do Congo. Ao fim de 2019, com o apoio da OPAS, 39 países e territórios haviam adotado a iniciativa Equipes Médicas de Emergência (EME), e 10 EMEs nacionais e 23 ONGs internacionais estão inscritos em um processo de mentoria para alcançar a qualificação global da OMS;
- A resposta a múltiplas situações constituiu uma oportunidade para avançar em muitos aspectos do programa de trabalho, sobretudo no controle e prevenção de doenças epidemias e pandemias, com ênfase nas doenças imunopreveníveis, bem como uma agenda mais ampla sobre migração em massa e saúde. A OPAS apoiou o aumento da capacidade dos sistemas e serviços de saúde para resposta a sobrecargas, e apoiou os países no desenvolvimento contínuo de sistemas de saúde adaptáveis, responsivos e resilientes. As pontuações regionais médias registradas nas Américas agora estão acima das pontuações médias mundiais em 12 das 13 capacidades básicas do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), conforme os Relatórios Anuais dos Estados Partes apresentados à 72ª Assembleia Mundial da Saúde, em 2019;
- Ademais, quatro países do Caribe agora contam com 18 unidades de saúde modernizadas para se tornarem “inteligentes”, com maior resiliência a desastres e impacto reduzido sobre o meio ambiente (Dominica, Granada, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas);
- Em 2019, com o apoio da OPAS, a Argentina recebeu a certificação da OMS de país livre da malária enquanto o México se tornou o primeiro país do mundo certificado pela OMS por eliminar a raiva humana transmitida pelo cão como um problema de saúde pública. Confirmou-se que a Colômbia interrompeu a transmissão da doença de Chagas pelo *Rhodnius prolixus* em mais 34 municípios de sete departamentos endêmicos. Em termos de acesso ao tratamento de doenças negligenciadas, a Guiana alcançou a cobertura ótima de tratamento (pelo menos 65%) para a filariose linfática nos últimos anos, alcançando todas as oito regiões endêmicas. Em 2019, a Região das Américas comemorou 25 anos da certificação como uma região livre da transmissão da poliomielite e foi certificada livre do vírus selvagem da poliomielite tipo 3. Além disso, 22 países e territórios ampliaram sua cobertura vacinal em relação aos níveis de 2017. Somente na Venezuela, 9 milhões de crianças foram vacinadas contra o sarampo e a rubéola em 2019;
- Além disso, não há casos confirmados de cólera no Haiti desde janeiro de 2019, um passo positivo rumo à eliminação do cólera da ilha Hispaniola, graças ao apoio contínuo da OPAS (epidemiologia, vigilância, trabalho de laboratório, prevenção e controle de infecções, mobilização de recursos, vacinação) ao governo haitiano;
- Os países da região continuam a registrar reduções na mortalidade infantil e materna, assim como a queda da desigualdade social. A cooperação técnica da OPAS apoiou a formulação de planos e ações para a saúde materna em dez países prioritários. Treze países estabeleceram sistemas de vigilância de defeitos congênitos no intuito de reduzir a mortalidade neonatal e infantil e mais de 30 países estão implementando o Sistema de Informação Perinatal (SIP). A OPAS também promoveu a incorporação dos jovens em seu próprio planejamento de saúde com o estabelecimento do grupo da OPAS para a Saúde do Jovem;

- Com apoio técnico da OPAS, o Uruguai aprovou um decreto presidencial sobre os rótulos na parte da frente das embalagens de alimentos e bebidas com elevado teor de nutrientes essenciais, e o Peru aprovou regulamentação para a entrada em vigor da lei sobre a alimentação saudável. A Venezuela aprovou regulamentação que estipula a proibição completa da publicidade, promoção e patrocínio do tabaco, e o Brasil e a Colômbia elevaram os impostos sobre o tabaco abarcando pelo menos 75% dos preços de varejo. Prestou-se apoio técnico a doze países que participam da iniciativa HEARTS (destinada a melhorar o controle da hipertensão), que atualmente abrange 5,2 milhões de residentes nas áreas de captação;
- Onze países das Américas endossaram os compromissos de saúde da Cúpula de Ação Climática em setembro de 2019, e 10 cidades comprometeram-se a implementar ações para alcançar as diretrizes da OMS sobre a qualidade do ar até 2030. Vinte e sete governos nacionais e subnacionais aderiram à campanha BreatheLife promovida pela OPAS, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela Coalizão do Clima e Ar Puro (CCAC);
- Trinta e quatro dos 35 Estados Membros da OPAS já firmaram acordos para usar o Fundo Estratégico: em 2019, houve um crescimento de 17% na compra de medicamentos essenciais, kits de diagnóstico e provisões para o controle de vetores em relação ao ano anterior. Economizou-se um volume considerável de recursos graças a negociações de preços, por exemplo, de antivirais para a cura da infecção pela hepatite C. A OPAS respondeu ao aumento da demanda por apoio técnico na fixação de preços de medicamentos e tecnologias em saúde com o lançamento da Iniciativa Regional para o Intercâmbio de Informações sobre Preços, Cobertura e Regulação Econômica das Tecnologias em Saúde, bem como com iniciativas nas sub-regiões do Caribe e da América Central;
- Os Estados Membros comprometeram-se a adotar um enfoque holístico para fortalecer os sistemas de informação após a aprovação do primeiro *Plano de ação para o fortalecimento dos sistemas de informação para a saúde 2019-2023*. Além disso, uma ferramenta padronizada para a avaliação da maturidade dos sistemas de informação para a saúde foi desenvolvida e aplicada em dezoito países e territórios, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros;
- O relatório da Comissão sobre Equidade e Desigualdades em Saúde nas Américas, uma comissão independente da OPAS, foi lançado com um evento paralelo de grande sucesso durante o 57º Conselho Diretor da OPAS. O Conselho Diretor aprovou a *Estratégia e plano de ação sobre etnia e saúde* e a *Estratégia e plano de ação sobre a promoção da saúde no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2019-2030*. Além disso, foi concluída uma análise da integração da equidade em saúde nas políticas nacionais de saúde e nos planos nacionais de desenvolvimento em 32 países das Américas.

Ao longo de todas essas conquistas, os Estados Membros aumentaram seu envolvimento com a Organização. O alto nível de interesse no trabalho da OPAS foi evidenciado pela participação de 21 Estados Membros na formulação do Plano Estratégico da OPAS 2020-2025. O compromisso de alto nível para alcançar a saúde universal e a equidade em saúde posicionou o papel de liderança da Organização na definição das trajetórias dos países para a formulação de políticas e estratégias de saúde dentro de um contexto mais amplo de desenvolvimento. Uma revisão mais detalhada das realizações da OPAS pode ser encontrada no [Relatório Anual do Diretor](#).

2. Receita total

Principais componentes da receita da OPAS ¹	(milhões de dólares)	
	2019	2018
Programa e Orçamento	284.8	266.8
Fundos de compras	833.7	678.3
Contribuições voluntárias nacionais ²	57.8	439.4
Outros fundos especiais ³	17.8	8.5
TOTAL	1,194.1	1,393.0

¹ Existem diferenças de apresentação da receita em comparação com a Nota 15 das demonstrações financeiras.

² A diminuição da receita das contribuições voluntárias nacionais em 2019 deve-se, principalmente, à redução das atividades do Programa Mais Médicos.

³ Em 2019, a rubrica Outros fundos Especiais abrange o Fundo de Equalização de Impostos (US\$ 14,9 milhões), o PALTEX (US\$ 2,3 milhões) e o Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação (US\$ 0,5 milhão). Em 2018, abrange o Fundo de Equalização de Impostos (US\$ 6,0 milhões) e o PALTEX (US\$ 2,5 milhões).

Programa e Orçamento	(milhões de dólares)	
	2019	2018
Contribuições fixas ¹	97.1	97.1
Contribuições voluntárias da OPAS	56.7	52.1
Contribuições voluntárias da OMS	39.0	21.2
Outros fundos da OMS ²	45.4	48.1
Gastos de apoio a programas	18.8	34.5
Receitas diversas ³	24.0	9.5
Outros	3.8	4.3
TOTAL da receita	284.8	266.8

¹ Exclui o Fundo de Equalização de Impostos, no montante de US\$ 14,9 milhões em 2019 e US\$ 6,1 milhões em 2018.

² Em 2019, a rubrica Outros fundos da OMS abrange as contribuições fixas da OMS (US\$ 37,9 milhões) e a conta especial da OMS para gastos com a prestação de serviços (US\$ 7,5 milhões). Em 2018, US\$ 42,5 milhões e US\$ 5,6 milhões, respectivamente.

³ Em 2019, abrange juros obtidos de investimentos (US\$ 21,1 milhões), ganhos decorrentes de avaliação (US\$ 3,2 milhões), outras receitas (-US\$ 0,3 milhão). Em 2018, abrange juros obtidos de investimentos (US\$ 18,4 milhões) e perdas decorrentes de avaliação (US\$ 8,9 milhões).

3. Contribuições fixas da OPAS e receitas diversas orçadas

As contribuições fixas da OPAS somaram US\$ 97,1 milhões, após a transferência de US\$ 14,9 milhões para o Fundo de Equalização de Impostos referente ao exercício 2019. A receita das contribuições fixas foi registrada na sua totalidade no dia 1º de janeiro de 2019, data em que se tornaram líquidas e exigíveis. Em 2019, a arrecadação das contribuições fixas do ano corrente e de anos anteriores totalizou US\$ 30,3 milhões e US\$ 35,6 milhões, respectivamente. Em 2019, a taxa de arrecadação das contribuições fixas do ano corrente foi 27%, frente a 61% em 2018. Em 2019, a OPAS recebeu pagamentos de contribuições fixas referentes ao ano corrente e a anos anteriores de 36 Estados Membros. Das contribuições fixas referentes a 2019, 24 Estados Membros pagaram integralmente, oito fizeram pagamentos parciais e 10 não efetuaram nenhum pagamento.

O total das contribuições fixas em aberto, inclusive os montantes devidos de exercícios financeiros anteriores, subiu de US\$ 42,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para US\$ 88,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em consequência do atraso no recebimento das contribuições fixas dos Estados Membros, a Organização usou integralmente o saldo de caixa do Fundo de Capital de Giro, bem como um adicional de US\$ 61,4 milhões em recursos de outras fontes internas irrestritas. Assim, a Organização começará 2020 com um saldo de recursos seriamente reduzido para executar o Orçamento por Programas 2020-2021 até que os Estados Membros cumpram seus compromissos financeiros com a Organização. A OPAS solicitou formalmente a todos os Estados Membros que pagassem sua contribuição fixa corrente e os atrasados o quanto antes possível ainda em 2020, a fim de aliviar essa situação e assegurar a continuidade das atividades básicas da Organização. Em 30 de julho de 2020, o saldo pendente das contribuições fixas dos anos anteriores havia sido reduzido para US\$ 22,6 milhões.

A cada ano, os delegados que comparecem ao Conselho Diretor ou à Conferência Sanitária Pan-Americana examinam minuciosamente as circunstâncias financeiras desses Estados Membros em atraso com as suas contribuições fixas e sujeitos à aplicação do Artigo 6.B da Constituição da OPAS. Em 31 de dezembro de 2019, um Membro Associado estava sujeito ao Artigo 6.B.

As receitas diversas abrangem parcela das receitas de investimento procedentes dos fundos administrados pela Organização, receitas associadas com carteiras de investimento, o resultado líquido da variação do câmbio e o montante poupado em obrigações de períodos anteriores e outras receitas diversas. O total das receitas diversas para o Programa e Orçamento da OPAS

referente a 2019 foi de US\$ 24,0 milhões, decomposto em US\$ 21,1 milhões em receitas de investimentos, US\$ 0,7 milhão em taxas de administração de investimentos, US\$ 3,3 milhões em ganho cambial líquido e US\$ 0,3 milhão em outras receitas.

4. Excedentes bienais

Ao fim de cada período orçamentário, a OPAS define seu excedente de receita e seu excedente orçamentário de acordo com o Regulamento Financeiro. O excedente de receita é o excesso de receita em relação às receitas diversas orçadas. Já o excedente orçamentário é composto pelo saldo da apropriação do orçamento ordinário não comprometido ao fim do período orçamentário corrente e será usado para repor o Fundo de Capital de Giro a seu nível autorizado, sendo que qualquer saldo restante estará disponível para uso subsequente em conformidade com as resoluções aprovadas pela Conferência ou Conselho Diretor.

Contribuições fixas e receitas diversas da OPAS: Destaques financeiros (milhões de dólares)	Efetivo	Efetivo	Efetivo	Orçado
	2019	2018	2018-2019	2018-2019
Contribuições fixas líquidas	97.1	97.1	194.2	194.2
Receitas diversas ¹	17.1	10.4	27.5	20.0
Receita total	114.2	107.5	221.7	214.2
Gastos operacionais ¹	(102.7)	(106.0)	(208.7)	(107.2)
Transferência do fechamento de fundos ²	0.2		0.2	
Excedente/(déficit) financeiro líquido das operações referente a 2018-2019	11.7	1.5	13.2	
Excedente orçamentário ³		1.5	5.7	
Excedente de receita			7.5	

¹ Estão excluídas as rubricas não orçamentárias, principalmente a depreciação e os ganhos e perdas não realizados.

² Abrange o Fundo de Vendas e Serviços Diversos, o Fundo de Materiais de Auxílio Visual, o Fundo Venezuela Aluguel de Espaço para Escritórios para UNISIDA e o Fundo do Plano Quinquenal sobre Inocuidade dos Alimentos.

³ 2018-2019, efetivo: Fundo do Excedente Orçamentário (US\$ 2,4 milhões), Fundo de Capital de Giro (US\$ 3,3 milhões).

5. Fundo de Capital de Giro

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do Fundo de Capital de Giro da Organização era de US\$ 25,0 milhões, o que constitui o nível máximo autorizado. O excedente orçamentário foi usado para repor o Fundo de Capital de Giro a seu nível autorizado, de um saldo anterior de US\$ 21,7 milhões.

6. Contribuições fixas da OMS e outros fundos da OMS

A Organização Pan-Americana da Saúde executou US\$ 76,9 milhões da alocação de recursos da Organização Mundial da Saúde (OMS) para apoiar os programas de saúde internacionais estabelecidos pela Assembleia Mundial da Saúde para a Região das Américas. Além disso, a Organização recebeu e executou US\$ 7,5 milhões de recursos de outras fontes da OMS. Portanto, a Organização executou um total de US\$ 84,4 milhões de fundos procedentes da OMS em 2019. Em comparação, em 2018 a Organização executou US\$ 63,7 milhões em recursos alocados pela OMS e US\$ 5,6 milhões de recursos de outras fontes da OMS, perfazendo um total de US\$ 69,3 milhões.

7. Contribuições voluntárias da OPAS

As contribuições voluntárias da OPAS abrangem: 1) o fundo de contribuições voluntárias e 2) o fundo de contribuições voluntárias destinadas à prontidão para emergências e assistência em caso de desastres.

Em 2019, a receita total (executada) da OPAS em contribuições voluntárias (deduzidos os gastos de apoio a programas) somou US\$ 56,6 milhões, em comparação com US\$ 52,1 milhões em 2018. As receitas diferidas (não executadas) totalizaram US\$ 139,6 milhões em 2019, frente a US\$ 117,7 milhões em 2018, o que representa um aumento de US\$ 21,9 milhões.

Em 2019, os maiores doadores das contribuições voluntárias executadas foram: os Estados Unidos da América (US\$ 16,9 milhões), o Reino Unido (US\$ 7,0 milhões), o Brasil (US\$ 3,2 milhões) o Canadá (US\$ 2,7 milhões) e a Aliança GAVI (US\$ 2,0 milhões). Os maiores doadores para a prontidão para emergências e assistência em caso de desastres foram a Comissão Europeia (US\$ 5,2 milhões) e os Estados Unidos da América (US\$ 3,7 milhões).

8. Contribuições voluntárias nacionais

As contribuições voluntárias nacionais são recursos financeiros fornecidos por governos exclusivamente para projetos que beneficiam seus países. Em 2019, a OPAS executou US\$ 57,8 milhões (frente a US\$ 439,4 milhões em 2018) em contribuições dessa espécie. A diminuição da receita das contribuições voluntárias nacionais em 2019 deve-se, principalmente, à redução das atividades do Programa Mais Médicos.

Receita: contribuições voluntárias nacionais			(milhões de dólares)
	2019	2018	2017
Programa Mais Médicos	2.5	364.0	466.1
Outros programas no Brasil	43.3	63.5	59.8
Outras contribuições voluntárias nacionais	12.0	11.9	6.5
TOTAL contribuições voluntárias nacionais	57.8	439.4	532.4

9. Compras em nome dos Estados Membros

Em 2019, a atividade financeira total realizada pelos serviços de compras em nome dos Estados Membros cresceu para US\$ 833,7 milhões, em comparação com US\$ 678,3 milhões em 2018. Por meio de amplos processos de licitação internacional, a OPAS consegue comprar, a preços acessíveis, vacinas, provisões e equipamentos de saúde pública em nome dos Estados Membros e instituições internacionais.

Receita: Atividades de compras em nome dos Estados Membros			(milhões de dólares)
	2019	2018	2017
Fundo Rotativo para Compra de Vacinas	761.2	605.3	612.0
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	70.5	68.3	69.0
Compras reembolsáveis	2.0	4.7	3.8
TOTAL	833.7	678.3	684.8

O **Fundo Rotativo para Compra de Vacinas** foi criado para facilitar o acesso oportuno a vacinas de qualidade pelos preços mais baixos para programas nacionais de vacinação nos Estados Membros. A receita do Fundo Rotativo passou de US\$ 605,3 milhões em 2018 para US\$ 761,2 milhões em 2019, um aumento de 26%.

Em 2019, 41 países e territórios participaram do Fundo. Os 10 Estados Membros com a maior demanda foram Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Panamá, Peru, Paraguai e República Dominicana. O Fundo Rotativo manteve seus esforços para ajudar os países a tornar mais preciso o planejamento da demanda, identificar oportunidades de aquisição, aumentar a eficiência operacional e gerenciar a oferta de vacinas durante condições de mercado restritas. Outros fatores que contribuíram para o aumento da receita foram os pedidos de compras de 2018 faturados em 2019 e a colocação avançada de pedidos de compra de 2020 em 2019.

O **Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública** foi criado em 1999 para melhorar o acesso a provisões estratégicas de saúde pública com garantia de qualidade, facilitar as compras a preços competitivos e estáveis, e melhorar a capacidade de planejamento nos níveis nacional e regional com respeito a esses produtos. Em dezembro de 2019, 25 países da América Latina e Caribe participavam do Fundo.

Historicamente, o Fundo Estratégico tem se concentrado em ajudar os Estados Membros a ampliar o acesso a produtos de saúde pública para prevenir e tratar doenças transmissíveis (HIV/AIDS, malária, tuberculose, doenças tropicais negligenciadas e hepatites). Foi possível obter uma redução significativa de 48% no preço dos medicamentos contra a hepatite C em relação ao último biênio, entre outros, graças à colaboração do Fundo Estratégico com a OMS para promover genéricos de medicamentos de alto custo. Além disso, o Fundo disponibilizou produtos de diagnóstico *in vitro* atualmente pré-qualificados pela OMS. A Secretaria também tem como alvo o acesso a medicamentos essenciais de qualidade contra as doenças não transmissíveis (DNTs) como uma prioridade para o Fundo Estratégico e seus países participantes, sobretudo áreas terapêuticas como a cardiovascular, a do diabetes, a oncologia e a saúde mental. Os países estão aumentando progressivamente o uso do Fundo Estratégico para acessar esses medicamentos e provisões de saúde. A receita do Fundo Rotativo aumentou de US\$ 68,3 milhões em 2018 para US\$ 70,5 milhões em 2019.

O uso médio mensal global pelos Estados Membros das linhas do crédito dos fundos rotativos aumentou em US\$ 10 milhões em 2019 em comparação com 2018, passando de US\$ 94,8 milhões para US\$ 104,8 milhões no caso do Fundo Rotativo para Compra de Vacinas e de US\$ 9,8 milhões para US\$ 14,7 milhões no caso do Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública.

O financiamento para a compra de materiais médicos, equipamento médico e bibliografia processada por meio do **Fundo de Compras Reembolsáveis em nome dos Estados Membros** foi de US\$ 2,0 milhões. Em 2019, sete Estados Membros fizeram uso desse fundo.

10. Gastos por categoria

Os gastos totais da OPAS, que refletem os desembolsos e obrigações acumuladas, diminuíram de US\$ 1,3688 bilhão em 2018 para US\$ 1,1893 bilhão em 2019.

As principais categorias de gastos da OPAS são apresentadas abaixo em milhões de dólares dos Estados Unidos:

Categorias de gastos da OPAS	(milhões de dólares)	
	2019	2018
Pessoal e outros gastos de pessoal ¹	143.5	123.4
Provisões, produtos primários, materiais ²	851.8	697.2
Depreciação e amortização	2.0	1.4
Serviços contratuais	99.5	112.5
Viagens ³	34.8	49.1
Transferências e subvenções a contrapartes ⁴	20.1	365.8
Gastos operacionais gerais	37.6	23.9
Total de gastos da OPAS	1,189.3	1,368.8

¹ Abrange custos salariais (aumento de 4,5 milhões frente a 2018), o impacto atuarial do seguro-saúde pós-serviço (aumento de 12,9 milhões) e o seguro-saúde dos aposentados (aumento de 2,6 milhões).

² A categoria Provisões, produtos primários, materiais representa principalmente as compras de vacinas, medicamentos estratégicos para a saúde pública, seringas e suprimentos médicos para os Estados Membros por meio dos fundos de compras.

³ Abrange atividades de cooperação técnica, transporte e diárias.

⁴ A categoria Transferências e subvenções a contrapartes é composta, sobretudo, por gastos vinculados às contribuições voluntárias nacionais.

11. Liquidez e investimentos

O Comitê de Investimentos da OPAS estabelece e executa políticas de investimentos adequadas, que refletem as melhores práticas e uma gestão financeira prudente. Além disso, examina periodicamente o rendimento da carteira de investimentos, tendo em mente o objetivo principal de preservar o valor capitalizado dos recursos e manter a liquidez adequada, ao mesmo tempo em que maximiza o rendimento da carteira.

A receita de investimentos totalizou US\$ 21,1 milhões em 2019 e US\$ 18,5 milhões em 2018. Em 31 de dezembro de 2019, o total de caixa e investimentos da Organização era de US\$ 869,7 milhões, uma diminuição de US\$ 3,2 milhões em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018.

12. Políticas contábeis e base de preparação

As demonstrações financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde foram preparadas pelo regime de competência de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), usando os critérios de avaliação a valor justo. Nos casos em que não havia uma IPSAS para abordar uma questão específica, foram aplicadas as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS).

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de que a Organização continuará em atividade e cumprirá seu mandato no futuro próximo. Os Órgãos Diretores da Organização não manifestaram nenhuma intenção de extinguir a Organização nem de encerrar suas operações. Além disso, no momento da preparação destas demonstrações financeiras a Direção Executiva da Organização não estava a par de nenhuma incerteza relevante relacionada a eventos ou condições que pudesse suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Organização de continuar em atividade. Por haver ocorrido após a data de encerramento do período de apresentação de informações financeiras, a pandemia de COVID-19 é um evento que não dá lugar a ajustes e a Organização não é capaz de medir seu impacto.

A publicação das demonstrações financeiras da Organização foi autorizada pela Diretora da Organização, no exercício da autoridade nela investida pela Conferência Sanitária Pan-Americana, conforme o disposto na resolução CSP29.R10 de setembro de 2017. A data de aprovação da publicação é a data do Relatório do Auditor Externo. Nenhuma outra autoridade tem o poder de alterar as demonstrações financeiras após sua publicação.

Assinado

Carissa F. Etienne

Diretora

Organização Pan-Americana da Saúde

Certificação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em conformidade com as disposições do artigo XIII do Regulamento Financeiro, seguem anexas as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. As demonstrações financeiras, as políticas contábeis e as notas às demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS). As demonstrações financeiras e as notas foram auditadas pelo Auditor Externo da Organização, o Escritório Nacional de Auditoria do Reino Unido, cuja opinião está incluída neste relatório.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, junto com as respectivas notas explicativas, foram examinadas e aprovadas.

Assinado

Xavier Puente Chaudé

Diretor

Gestão de Recursos Financeiros

Assinado

Carissa F. Etienne

Diretora

Organização Pan-Americana da Saúde

Declaração de 2019 da OPAS sobre Controle Interno

Alcance da responsabilidade

Na qualidade de Diretora da Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA), tenho a responsabilidade de oferecer aos Estados Membros uma garantia razoável de que a RSPA está mantendo um sistema adequado de controle interno que respalde o cumprimento do mandato da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a consecução de seus objetivos e, ao mesmo tempo, salvasse os fundos e ativos administrados pela RSPA. Isso está em conformidade com as responsabilidades a mim atribuídas pela Constituição da OPAS, os Órgãos Diretores e o Regulamento Financeiro da Organização.

O contexto para minhas responsabilidades consta do parágrafo 12.1 do Regulamento Financeiro, que estabelece: *“O Diretor estabelecerá e manterá uma estrutura eficaz de controle interno com políticas e procedimentos operacionais com base nas melhores práticas do setor a fim de: a) assegurar uma administração financeira eficaz e eficiente; b) salvaguardar os ativos; c) alcançar os objetivos e metas estratégicos em linha com a missão da Organização; e d) manter uma função de supervisão interna que preste contas ao Diretor.”*

A prestação de contas é um componente crucial de qualquer organização que funcione de maneira adequada e que implemente uma estrutura de gestão baseada em resultados e de monitoramento e avaliação do desempenho. A OPAS é líder nessas duas áreas, e a RSPA conta com vários mecanismos para assegurar a administração competente dos fundos dos parceiros e a observância dos regulamentos e regras da RSPA em matéria de finanças e recursos humanos.

Objetivo do controle interno

Nossas diretrizes atuais¹ consideram cinco elementos durante cada um dos estágios do processo de controle interno. Esses elementos são:

- **Ambiente de controle.** O ambiente de controle é a base de todo o sistema de controle interno. Proporciona a disciplina e estrutura, bem como o clima que influencia a qualidade geral do controle interno;
- **Avaliação de riscos.** O processo de avaliação de riscos identifica e analisa os riscos pertinentes que podem ter um impacto negativo sobre a consecução dos objetivos institucionais. A principal estratégia para mitigar os riscos passa pelas atividades de controle interno;
- **Atividades de controle.** Essas atividades compreendem ações estabelecidas, por meio de políticas e procedimentos, para mitigar riscos. As atividades de controle são executadas em todos os níveis da Organização e estão embutidas nos processos operacionais do Sistema de Informação para a Gestão da RSPA (PMIS);
- **Informação e comunicação.** Esses elementos envolvem a identificação, coleta ou geração e uso de dados pertinentes e de qualidade para monitorar a conformidade do controle interno, bem como quaisquer tendências ou violações significativas. O compartilhamento dessas descobertas com as partes interessadas internas, usando estratégias e mecanismos apropriados aos públicos, também é um componente importante;
- **Monitoramento e conformidade.** Esses mecanismos sistemáticos de prestação de contas observam e verificam o progresso e a qualidade do processo durante um determinado período e asseguram que o controle interno permaneça alinhado com eventuais mudanças nos objetivos, ambiente, recursos e riscos.

¹ Com base nas definições e modelo fornecidos pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO), *Internal Control — Integrated Framework*, de maio de 2013.

Além disso, a implementação do controle interno é projetada usando o “modelo de linhas de defesa”,² resumido da seguinte forma:

- A primeira linha de defesa é proporcionada pelo pessoal da linha de frente e pela gestão operacional;
- A segunda linha de defesa é proporcionada pelas funções de gestão de riscos e conformidade;
- A terceira linha de defesa é proporcionada pela função de auditoria interna.

O ambiente operacional da OPAS

A Organização opera por meio de sua sede em Washington, D.C., 27 representações nos países e três centros especializados na região. Em 2019, os instrumentos de política estratégica que proporcionaram direcionamento e visão política para o desenvolvimento sustentável e equitativo da saúde na Região foram a Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030 (ASSA2030) e o Plano Estratégico da Organização Pan-Americana da Saúde 2014-2019, ambos operacionalizados por meio do Programa e Orçamento bienal. Enquanto continua a aperfeiçoar os sistemas gerenciais e administrativos para obter mais transparência, eficiência e eficácia, a OPAS está estreitamente alinhada com o processo de planejamento em curso na OMS, uma vez que a Organização também atua como Escritório Regional da OMS para as Américas. Contudo, a condição da OPAS de organismo internacional independente é amplamente reconhecida e respeitada e, portanto, a Diretora presta contas diretamente aos Estados Membros da OPAS nas Américas.

Em 2019, a OPAS iniciou o processo de planejamento operacional bienal para 2020-2021, que abrangeu resultados programáticos no âmbito do Plano Estratégico 2020-2025 e componentes relacionados a recursos humanos, ao planejamento da mobilização de recursos para maximizar o financiamento e à gestão de riscos. Esse complexo processo ocorreu ao mesmo tempo em que a RSPA enfrentava desafios decorrentes de atrasos no recebimento das contribuições fixas dos Estados Membros. Esses atrasos impediram a Organização de implementar o programa de trabalho completo, pois as contribuições fixas dos Estados Membros constituem uma proporção significativa dos recursos de apoio ao Programa e Orçamento bienal da Organização. No entanto, usando os mecanismos de conformidade do PMIS, cada vez mais maduro, a RSPA foi capaz de reduzir os gastos de forma ordenada.

As operações da OPAS são monitoradas de perto por meio dos seguintes mecanismos:

- (a) *Monitoramento financeiro.* Os Departamentos de Gestão de Recursos Financeiros (FRM), Planejamento e Orçamento (PBU) e Relações Externas, Parcerias e Mobilização de Recursos (ERP) apresentam relatórios mensais à Direção Executiva, cobrindo a situação financeira da Organização, a probabilidade de que se cumpram os planos financeiros e orçamentários e os respectivos riscos;
- (b) *Exame da implementação do programa de trabalho bienal (2018-2019) e do Plano Estratégico corrente.* Essas estruturas organizacionais são examinadas no nível institucional por meio de um processo de monitoramento e avaliação do desempenho executado a cada semestre. Esse processo identifica os avanços e propõe ajustes para aumentar a eficiência e a eficácia, e envolve a Direção Executiva, os gerentes das entidades e o pessoal técnico;
- (c) *Reuniões do Grupo Consultivo Estratégico.* Reúne-se mensalmente para discutir e rever questões programáticas específicas relacionadas à cooperação técnica, políticas de saúde e desafios políticos, com o objetivo de aumentar a coordenação interprogramática;
- (d) *Funcionamento das comissões temáticas.* Essas comissões supervisionam a gestão de riscos e a conformidade; o sistema de gestão de conflitos; a proteção dos ativos e a prevenção de perdas; o trabalho de vigilância e o seguro-saúde. No fim do ano, havia sido estabelecida uma comissão voltada para a estratégia de recursos humanos da OPAS, bem como uma variedade de grupos de trabalho;

² O Modelo das Três Linhas de Defesa foi publicado em 2013 num documento de posição em nível global pelo Instituto de Auditores Internos e ganhou destaque como o modelo preferido para gerenciar o risco operacional. Mais detalhes podem ser consultados em

<https://inconsult.com.au/publication/understanding-the-three-lines-of-defence/>.

- (e) *Monitoramento das recomendações de auditoria.* A Diretora da RSPA preside uma reunião anual com a Direção Executiva, diretores de departamento e representantes da OPAS/OMS nos países para discutir a situação das recomendações pendentes do Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação (IES) em suas respectivas áreas de trabalho. Essas reuniões aceleraram a implementação de muitas recomendações e estabeleceram o “tom no alto da hierarquia”, demonstrando a seriedade e o compromisso dos níveis superiores da Organização com respeito aos assuntos de auditoria interna e responsabilidades administrativas.

Nesse contexto, com referência a 2019,³ o IES apresentou sua opinião geral sobre os controles internos da Organização, observando melhorias constantes e contínuas no ambiente de controle interno da RSPA. Isso se reflete no fato de que nenhuma tarefa de auditoria interna recebeu uma classificação “insatisfatória”, bem como na declaração no relatório de que este é o segundo ano consecutivo sem classificações “insatisfatórias”. As melhorias parecem derivar, em parte, da melhoria dos sistemas de tecnologia da informação, mais notadamente as ocorridas no PMIS e, em parte, de uma maior conscientização do pessoal sobre a importância dos controles internos.

Com base na atividade de auditoria interna realizada em 2019, o IES não identificou nenhuma deficiência significativa nos controles internos que comprometesse seriamente a consecução dos objetivos estratégicos e operacionais da OPAS. O parecer geral do IES foi que o ambiente de controle interno da RSPA continuou a fornecer uma garantia razoável quanto à precisão e pontualidade do registro das transações, ativos e passivos e à salvaguarda dos ativos.

Informada pelas atividades dos auditores internos e externos e do Comitê de Auditoria, a RSPA toma decisões estratégicas sempre que se torna necessário adaptar as operações da Organização para melhor administrar e mitigar a exposição a riscos. O Auditor Geral também forneceu ao Diretor um parecer geral sobre o ambiente de controle interno da OPAS e sobre o período de apresentação de informações financeiras de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019. O Auditor Geral não encontrou deficiências significativas nos controles internos que comprometessem seriamente a consecução dos objetivos estratégicos e operacionais da OPAS.

A estrutura de controle interno e gestão de riscos

O Relatório do Comitê de Auditoria apresentado à 164ª sessão do Comitê Executivo, em junho de 2019, destacou a conformidade com os procedimentos operacionais padrão de controle interno e com a estrutura de controle interno do modelo COSO, assim como os avanços feitos na iniciativa de conformidade, de acordo com a recomendação anterior sobre o assunto. O Auditor Externo observou que os desdobramentos no âmbito da iniciativa de conformidade deveriam ser elogiados e declarou que a RSPA estava avançando na direção certa.⁴

Em 2019, os novos procedimentos para o monitoramento mensal da conformidade financeira e administrativa, assim como a nomeação de um oficial de conformidade lotado no Departamento de Compras e Gestão de Suprimentos, reforçaram a conformidade em toda a Organização. Por exemplo, o oficial de políticas e conformidade tem a função de atualizar o capítulo 6 do Manual da OPAS e os procedimentos e as ferramentas operacionais padrão de compras pertinentes. Essa função também é um recurso para os pontos focais de compras e os compradores da sede, pois responde às perguntas sobre a aplicabilidade das políticas e regras. Em setembro de 2019, no Panamá, foi oferecida capacitação a todos os pontos focais de compras dos países, e são organizados cursos regulares para melhorar a conformidade em toda a Organização. Por meio do módulo de capacitação do PMIS, mais de 150 atividades de capacitação foram projetadas e produzidas durante 2019 e estão disponíveis para todo o pessoal em diversas áreas da administração e gestão, usando métodos como vídeos, plataformas digitais, aulas e programas.

O Programa de Gestão de Riscos Institucionais (ERM) na RSPA continuou a amadurecer e demonstrar sua utilidade.⁵ A política de gestão de riscos da RSPA prevê a identificação e a mitigação de riscos que possam ter um impacto negativo sobre a OPAS ao implementar seus programas. Os riscos no nível dos centros de custos são capturados no registro de riscos institucional, que

³ Relatório do Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação correspondente a 2019. Documento a ser apresentado à 166ª sessão do Comitê Executivo. Junho de 2020.

⁴ Relatório anual do Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana. 57º Conselho Diretor. 30 de setembro a 4 de outubro de 2019.

⁵ Relatório Anual do Diretor, 2019.

está sujeito a um exame regular pelo Consultor Regional em Gestão de Risco, pelo Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional e Conformidade e pela Equipe da Direção Executiva. O processo de gestão de risco no nível dos centros de custos é apoiado por uma rede interna de pontos focais de risco que têm acesso a materiais de capacitação e recomendações para desenvolver a capacidade interna. Os gestores têm um papel crucial a cumprir para assegurar que a análise de riscos seja integrada ao processo de tomada de decisões no nível da direção, com o apoio do relatório mensal de conformidade e do mapeamento dos riscos operacionais desenvolvido com os administradores. O registro de riscos institucionais da RSPA é a ferramenta para reunir os riscos que exigem atenção, avaliação e monitoramento institucionais, bem como para registrar as ações de mitigação acordadas.

Durante todo o exercício financeiro, os gerentes dos centros de custos devem fornecer periodicamente garantias de que cumprem as políticas e procedimentos por meio do Programa de Conformidade Administrativa, culminando em uma carta anual de certificação sobre a administração de recursos sob sua responsabilidade.

A RSPA continua a fazer melhorias no PMIS para apoiar a linha de frente da prestação de contas — ou seja, gerentes e pessoal — e reforçar de forma proativa a segunda linha, representada pelas funções de conformidade, ética, segurança da informação, gestão de riscos, além das funções da área jurídica. Elas são complementadas pelas funções de supervisão, avaliação, investigação e revisões independentes da RSPA.

Exame da eficácia

Na qualidade de Diretora da RSPA, tenho a responsabilidade de examinar a eficácia do sistema de controle interno. Para o exame da eficácia do sistema de controle interno, me apoio nas informações fornecidas pelo IES, pelos gerentes seniores da Organização que têm a responsabilidade de elaborar e manter o sistema de controle interno, pelo Escritório de Ética, que comanda o Sistema de Gestão de Conflitos Internos, assim como nas observações formuladas pelo Auditor Externo em suas cartas sobre assuntos de gestão e em seus relatórios de auditoria e pelo Comitê de Auditoria da OPAS, que se reúne duas vezes por ano e atua em uma capacidade de consultor especializado independente. O Comitê de Auditoria da OPAS ajuda a mim e aos Estados Membros da OPAS por meio de avaliação independente e aconselhamento sobre a operação das estruturas de controle financeiro e prestação de contas, os processos de gestão de riscos e a conformidade, bem como sobre a adequação dos sistemas de controles internos e externos da Organização.

Problemas significativos de risco observados

Durante 2019, com o entendimento de que riscos também oferecem oportunidades para a Organização lidar com possíveis ameaças, o Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional e Conformidade e a Direção Executiva organizaram várias sessões para priorizar os riscos institucionais e os discutiram com os respectivos responsáveis. Os riscos institucionais priorizados são monitorados regularmente e os relatórios do registro de riscos são apresentados nas sessões de prestação de contas sobre o monitoramento e avaliação de desempenho organizadas pelo Departamento de Planejamento e Orçamento (PBU).

A tabela abaixo resume os riscos e as ações de mitigação.

Risco	Descrição do risco	Exemplos de ações de mitigação de riscos planejadas e já em andamento
Limitação na disponibilidade e flexibilidade de recursos financeiros	Essa limitação abrangia o pagamento dentro do prazo das contribuições fixas pelos Estados Membros e a mobilização de recursos provenientes das contribuições voluntárias	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorar a arrecadação das contribuições fixas;⁶ - Continuar a explorar mecanismos para aumentar a pontualidade da arrecadação das contribuições fixas; - Identificar outros recursos e mecanismos de financiamento disponíveis para a Organização; - Defender, no nível nacional, o financiamento para a saúde;

⁶ Algumas medidas foram incluídas na resolução CD57.R1, *Arrecadação das contribuições fixas*, aprovada em 2019.

Risco	Descrição do risco	Exemplos de ações de mitigação de riscos planejadas e já em andamento
	para a implementação do plano estratégico e dos mandatos atuais.	<ul style="list-style-type: none"> - Gerar eficiências na execução orçamentária; - Monitorar para que os acordos de doadores sejam implementados em tempo hábil; - Administrar os saldos bancários em moeda local para minimizar o impacto do câmbio.
Capacidade limitada para reagir e planejar-se para mudanças nas prioridades de saúde	Essa limitação abrangia a incapacidade de prever mudanças políticas e de defender junto às autoridades nacionais a saúde como um pilar do desenvolvimento socioeconômico, de acordo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda de Saúde para as Américas.	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar o papel das representações e departamentos de diretores regionais nos esforços para iniciar, defender e apoiar o diálogo político de alto nível para garantir o compromisso dos Estados Membros e parceiros, dando prioridade aos programas de saúde com foco na equidade em saúde; - Promover a cooperação regional entre os Estados membros, entidades da ONU e organizações não governamentais; - Promover e adotar enfoques intersetoriais e multissetoriais nos níveis nacionais e subnacionais para abordar condições de saúde que estejam fora da influência do setor da saúde e gerem apoio político e financeiro ao mandato central da OPAS de reduzir as iniquidades em saúde.
Impacto da reforma da ONU sobre o mandato e a governança da OPAS ⁷	A reforma da ONU tem implicações significativas de governança e gestão para a OMS e a OPAS, sobretudo no tocante ao papel dos representantes das duas organizações em termos da estrutura de governança, financiamento conjunto e planejamento e execução das atividades no nível nacional, como a comunicação e a mobilização de recursos.	<ul style="list-style-type: none"> - A OPAS instruiu as representações a zelar para que as autoridades nacionais e os parceiros respeitassem a condição constitucional da OPAS durante a colaboração com a OMS ao implementar a reforma da ONU; - A OPAS continua a cumprir mandatos específicos por região, conforme ditado por seus Estados Membros, trabalhando diretamente com os ministérios da saúde e outros ministérios na execução de suas atividades de cooperação técnica no nível nacional; - O pessoal da OPAS no nível nacional continua subordinado exclusivamente ao Diretor da OPAS. As representações da OPAS fornecem informações ao Coordenador Residente da ONU sobre as atividades técnicas da OPAS executadas com recursos da OMS no nível nacional; - A estratégia comum de operações comerciais da ONU continua a ser avaliada pela OPAS, conforme necessário, caso a caso.
Demora na resposta a emergências de saúde pública	Este risco continua a ser importante para os Estados Membros e para as operações e a segurança do pessoal da OPAS devido à imprevisibilidade dos surtos e dos desastres naturais e à crescente escala das crises humanitárias.	<ul style="list-style-type: none"> - Proceder ao monitoramento, previsão e preparação para mitigar as consequências para a saúde das emergências e desastres; melhorar a preparação, resposta e resiliência no nível nacional; - Defender o fortalecimento e financiamento contínuos, no nível nacional, da primeira linha de resposta a emergências; - Monitorar a implementação, no nível nacional, do Regulamento Sanitário Internacional (RSI); - Assegurar que os procedimentos operacionais padronizados da RSPA estejam em vigor para organizar equipes de apoio em casos de surtos, desastres ou outras emergências declaradas.

⁷ Relatório sobre questões estratégicas entre OPAS e OMS, CE164/INF/1, 12 de abril de 2019.

Risco	Descrição do risco	Exemplos de ações de mitigação de riscos planejadas e já em andamento
Risco cibernético	Uma violação da segurança do sistema de informação da OPAS pode afetar a integridade dos dados e a disponibilidade das informações por um período significativo.	Foi elaborado um programa detalhado de segurança da informação, com ferramentas tecnológicas padrão do setor, além de capacitação para conscientizar o pessoal e melhorar a conformidade com os procedimentos de segurança da informação, passando pelo monitoramento de dispositivos dos usuários finais, redes e servidores a fim de sinalizar ou bloquear atividades suspeitas.
Possibilidade de fraudes e conflitos de interesses	Este risco está relacionado a possíveis conflitos de interesses em projetos envolvendo agentes não estatais e o impacto sobre os recursos e credibilidade da OPAS em decorrência de fraudes, corrupção e outros tipos de conduta indevida.	<ul style="list-style-type: none"> - A RSPA formulou uma nova política de prevenção de fraudes e corrupção e organizou cursos obrigatórios para conscientizar a esse respeito e aumentar a vigilância por parte do pessoal; - As políticas relacionadas à colaboração com agentes não estatais, a compras e à proteção de denunciadores são aplicadas de forma rigorosa; - A capacidade de investigação foi reforçada; - São tomadas medidas firmes em casos de fraude, corrupção ou conduta indevida.
Sistemas de informação em saúde fracos e fragmentados	Esse risco continua a ser importante porque afeta a capacidade de monitorar o progresso e tomar decisões informadas para o avanço rumo aos resultados acordados em matéria de saúde.	<ul style="list-style-type: none"> - Continuou-se a defender o investimento e atualização de sistemas integrados de informação para a saúde com capacidade de gerar e analisar dados de saúde desagregados para a tomada de decisões e o monitoramento na estrutura do <i>Plano de ação para o fortalecimento dos sistemas de informação para a saúde 2019-2023</i>;⁸ - A RSPA alocou recursos significativos para melhorar a cooperação técnica na área de sistemas de informação para a saúde e fortalecer a geração e análise de dados para melhorar a gestão dos sistemas de saúde e apoiar a tomada de decisões baseadas em evidências.

Declaração

A equipe da Direção Executiva e eu fizemos um acompanhamento sistemático de todas as recomendações das auditorias internas e externas, incluídas as recomendações do Comitê de Auditoria, das questões éticas informadas e dos riscos institucionais identificados por meio do processo de gestão de riscos.

Estou confiante de que o sistema de controle interno da Organização foi eficaz durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 e assim continuava na data em que assinei esta declaração.

Assinado

Carissa F. Etienne

Diretora

Organização Pan-Americana da Saúde

⁸ Resolução CE164.R4. *Plano de ação para o fortalecimento dos sistemas de informação para a saúde 2019-2023*. Junho de 2019.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE À CONFERÊNCIA SANITÁRIA PAN-AMERICANA

Parecer sobre as demonstrações financeiras

Auditei as demonstrações financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que abrangem a demonstração da situação financeira, a demonstração do desempenho financeiro, a demonstração das mutações do ativo líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a comparação dos montantes orçados e efetivos do orçamento referentes ao exercício encerrado e as respectivas notas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras apresentam de maneira correta, em todos os aspectos materiais, a situação financeira da Organização Pan-Americana da Saúde em 31 de dezembro de 2019, e seu desempenho financeiro e fluxo de caixa para esse período de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público.

Parecer sobre a regularidade

Em minha opinião, em todos os aspectos materiais, a receitas e a foram aplicadas para os fins visados pela Conferência Sanitária Pan-Americana e as transações financeiras estão em conformidade com o Regulamento Financeiro e as Regras Financeiras da Organização.

Base dos pareceres

Realizei a auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas em mais detalhe na seção do nosso relatório sobre as responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Essas normas exigem que eu e minha equipe cumpramos a Norma Ética Revisada de 2016 do Financial Reporting Council. Sou independente da Organização Pan-Americana da Saúde de acordo com os requisitos éticos relevantes para minha auditoria das demonstrações financeiras no Reino Unido. Minha equipe e eu cumprimos nossas responsabilidades éticas de acordo com esses requisitos. Acredito que as evidências de auditoria que obtive são suficientes e apropriadas para servir de base ao meu parecer.

Responsabilidades da Direção e dos encarregados da governança com respeito às demonstrações financeiras

A Diretora é responsável pela preparação e apresentação justa das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contábeis Internacionais do Setor Público, e pelo controle interno que a administração determinar ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras livres de erros materiais, seja devido a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Direção é responsável por avaliar a capacidade da Organização para continuar em atividade, divulgando, conforme o caso, assuntos relacionados à continuidade das operações e ao uso da base contábil da continuação em atividade, a menos que a Direção pretenda liquidar a Organização ou encerrar as operações, ou não tenha nenhuma outra opção realista a não ser fazê-lo.

Os encarregados da governança são responsáveis por supervisionar o processo de apresentação de informações financeiras da Organização.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Minhas responsabilidades são obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de incorreções materiais, sejam elas decorrentes de fraude ou erro, e emitir um relatório que contenha meu parecer. Garantia razoável é um alto nível de garantia, mas não é garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as ISA sempre detectará uma incorreção material quando ela existir. As incorreções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou de forma agregada, podem influenciar as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria feita de acordo com as ISA, exerço julgamento profissional e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria. Além disso:

- Identifico os riscos de incorreção nas demonstrações financeiras consolidadas, seja decorrente de fraude ou erro, preparo e executo procedimentos de auditoria adequados a esses riscos e obtenho evidências suficientes e apropriadas para servir de base ao parecer. O risco de não detectar incorreções materiais

resultantes de fraude é maior do que o resultante de erro, já que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, descrição enganosa ou falha do controle interno;

- Obtenho um entendimento do controle interno relevante para a auditoria a fim de elaborar procedimentos apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar um parecer sobre a eficácia do controle interno da Organização;
- Avalio a adequação das políticas contábeis usadas e a razoabilidade das estimativas e informações fornecidas pela Direção;
- Concluo sobre a adequação do uso, pela Direção, da base contábil e, com base nas evidências obtidas, se existe incerteza material acerca de eventos ou condições que possam lançar dúvida sobre a capacidade da Organização de continuar suas atividades. Se concluo que existe incerteza material, devo chamar atenção em nosso relatório para as informações apresentadas nas demonstrações financeiras ou, se as informações forem inadequadas, modificar meu parecer. Minhas conclusões baseiam-se nas evidências obtidas até a data do relatório do auditor. Contudo, futuros eventos ou condições podem fazer com que a Organização deixe de operar;
- Avalio a apresentação geral, estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, incluídas as informações apresentadas, e se as demonstrações financeiras representam as transações e eventos de maneira justa.

Mantenho comunicação com os encarregados da governança, entre outros assuntos, sobre o alcance e oportunidade da auditoria e principais conclusões da auditoria, inclusive qualquer deficiência significativa no controle interno que eu identifique durante a auditoria.

Outras informações

A Direção é responsável pelas outras informações. As outras informações compreendem os comentários da Diretora e a Declaração sobre Controle Interno da OPAS de 2019. Meu parecer sobre as demonstrações financeiras não abrange as outras informações nem manifesto qualquer forma de conclusão de garantia sobre elas. Em conexão com minha auditoria das demonstrações financeiras, minha responsabilidade é ler as outras informações e, ao fazê-lo, considerar se as outras informações são materialmente incompatíveis com as demonstrações financeiras ou se o conhecimento que obtive na auditoria ou de outra forma contém incorreções materiais. Se, com base no trabalho que realizei, eu concluir que há uma incorreção material nessas outras informações, sou obrigado a relatar esse fato. Não tenho nada a relatar a esse respeito.

Também emiti um relatório de auditoria detalhado sobre os resultados da auditoria.

Assinado

Gareth Davis 7 de agosto de 2020
Controlador e Auditor Geral

Escritório Nacional de Auditoria
157-197 Buckingham Palace Road
Victoria
Londres. SW1W 9SP
Reino Unido

Demonstrações financeiras

Organização Pan-Americana da Saúde Demonstração da situação financeira

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de dólares dos Estados Unidos)

Descrição	Referência	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 3	188 926	193 712
Investimentos de curto prazo	Nota 4.1	247 034	288 320
Contas a receber	Nota 6	250 317	201 688
Estoques	Nota 7	1 763	7 824
Total do ativo circulante		688 040	691 544
Ativo não circulante			
Investimentos de longo prazo	Nota 4.2	421 548	379 245
Contas a receber	Nota 6	86 769	79 608
Ativo imobilizado	Nota 8	109 195	106 143
Ativo intangível	Nota 9	496	695
Total do ativo não circulante		618 008	565 691
TOTAL DO ATIVO		1 306 048	1 257 235
PASSIVO			
Passivo circulante			
Obrigações acumuladas	Nota 10	26 979	25 398
Contas a pagar	Nota 11	13 826	11 942
Benefícios aos empregados	Nota 12.3	3 368	2 759
Receitas diferidas	Nota 13	563 322	556 170
Provisão de curto prazo	Note 23	14 387	
Total do passivo circulante		621 882	596 269
Passivo não circulante			
Contas a pagar	Nota 11	7 796	7 796
Benefícios aos empregados	Nota 12.3	274 173	200 468
Receitas diferidas	Nota 13	161 349	150 501
Total do passivo não circulante		443 318	358 765
TOTAL DO PASSIVO		1 065 200	955 034
Patrimônio Líquido		240 848	302 201
ATIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Saldos dos fundos	Nota 14	63 931	142 088
Reservas	Nota 14	176 917	160 113
TOTAL ATIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		240 848	302 201

Organização Pan-Americana da Saúde
Demonstração do desempenho financeiro

Em 31 de dezembro de 2019
 (em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	Referência	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
RECEITA			
Receita de transações sem contrapartida			
Contribuições fixas	Nota 15	112 047	103 225
Contribuições voluntárias	Nota 15	122 782	518 279
Outras receitas	Nota 15	84 396	69 315
Receita de transações com contrapartida			
Compras de provisões de saúde pública	Nota 15	849 929	686 269
Outras receitas	Nota 15	6 480	8 154
Receitas diversas	Nota 15	18 482	8 193
RECEITA TOTAL		1 194 116	1 393 435
DESPESA			
Pessoal e outros gastos de pessoal	Nota 16	143 507	123 426
Provisões, produtos primários, materiais	Nota 16	851 769	692 653
Equipamentos, veículos, móveis, ativo intangível, depreciação e amortização	Nota 16	1 990	1 449
Serviços contratuais	Nota 16	99 487	112 459
Viagens	Nota 16	34 767	49 055
Transferências e subvenções a contrapartes	Nota 16	20 077	365 813
Gastos operacionais gerais	Nota 16	37 720	23 940
DESPESA TOTAL		1 189 317	1 368 795
EXCEDENTE LÍQUIDO / (DÉFICIT)		4 799	24 640

Organização Pan-Americana da Saúde
Demonstração das mutações do ativo líquido

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	Referência	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativo líquido no início do exercício		302 201	248 780
Ganho/perda atuarial com obrigações relacionadas aos benefícios	Nota 12.6	(66 152)	28 781
Total de rubricas (receita/despesa) reconhecidas diretamente no ativo líquido		(66 152)	28 781
Excedente/(déficit) durante o exercício financeiro		4 799	24 640
Total reconhecido da receita e despesa durante o ano		(61 353)	53 421
Ativo líquido no encerramento do exercício	Nota 14	240 848	302 201

Organização Pan-Americana da Saúde
Demonstração dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2019
 (em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	Referência	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Movimentações que não afetam o caixa			
Excedente/(déficit) durante o período			
Depreciação e amortização	Nota 8/9	1 990	1 962
(Aumento)/Diminuição em contas a receber	Nota 6	(55 790)	211 131
(Aumento)/Diminuição nos estoques	Nota 7	6 061	186
Aumento/(Diminuição) nas obrigações acumuladas	Nota 10	1 581	2 460
Aumento/(Diminuição) nas contas a pagar	Nota 11	1 884	3 599
Aumento/(Diminuição) nos benefícios a empregados	Nota 12.3/12.6	8 162	(6 598)
Aumento/(Diminuição) nas receitas diferidas	Nota 13	18 000	(174 099)
Aumento/(Diminuição) na provisão de curto prazo	Nota 23	14 387	
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		1 074	63 281
Fluxos de caixa das atividades financeiras e de investimento			
(Aumento)/Diminuição em investimentos de curto prazo	Nota 4.1	41 286	71 475
(Aumento)/Diminuição em investimentos de longo prazo	Nota 4.2	(42 303)	(6 271)
(Aumento)/Diminuição no ativo imobilizado e ativos intangíveis	Nota 8/9	(4 843)	(513)
Fluxos de caixa líquidos das atividades financeiras e de investimento		(5 860)	64 691
Aumento/(Diminuição) líquido do caixa e equivalentes de caixa		(4 786)	127 972
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		193 712	65 740
Caixa e equivalentes de caixa no encerramento do exercício		188 926	193 712

Organização Pan-Americana da Saúde
Comparação dos montantes orçados e efetivos

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de dólares dos Estados Unidos)

Categoria/área programática	Orçamento aprovado, 2018-2019	2018			2019			Orçamento para 18-19	Total dos gastos	Gastos como % do orçamento revisado
		Orçamento alocado	Gastos	% dos gastos vs. orçamento revisado	Orçamento alocado	Gastos	% dos gastos vs. orçamento revisado			
1. Doenças transmissíveis	114 600	57 300	49 878	87%	57 300	54 288	95%	114 600	104 166	91%
2. Doenças não transmissíveis e fatores de risco	59 100	29 550	21 199	72%	29 550	20 310	69%	59 100	41 509	70%
3. Determinantes da saúde e promoção da saúde em todo o ciclo de vida	81 400	40 700	26 891	66%	40 700	26 600	65%	81 400	53 491	66%
4. Sistemas de saúde	118 400	59 200	43 983	74%	59 200	46 925	79%	118 400	90 908	77%
5. Preparação, vigilância e resposta	56 400	28 200	19 983	71%	28 200	20 703	73%	56 400	40 686	72%
6. Serviços institucionais e funções facilitadoras	189 700	94 850	78 911	83%	94 850	85 515	90%	189 700	164 426	87%
Total dos programas de base (categorias 1 a 6)	619 600	309 800	240 845	78%	309 800	254 341	82%	619 600	495 186	80%
Programas especiais e resposta a emergências	56 000	28 000	20 703	74%	28 000	30 271	108%	56 000	50 974	91%
TOTAL	675 600	337 800	261 548	77%	337 800	284 612	84%	675 600	546 160	81%

O Programa e Orçamento da OPAS foi aprovado por meio da resolução CSP29.R6 como um orçamento integrado, independente das fontes de financiamento. Os números na coluna “Orçamento aprovado, 2018-2019” indicam o total das necessidades de recursos (comumente chamados de “teto orçamentário” ou “volumes de recursos”) e não o financiamento. Não houve transferências orçamentárias durante os exercícios financeiros de 2018 e 2019; assim, o orçamento resultante (repartido por ano e totalizado para o biênio) é igual ao orçamento aprovado originalmente. Os gastos de 2019 representam gastos efetivos e acumulados de todas as fontes de financiamento (contribuições fixas e receitas diversas, contribuições voluntárias da OPAS, assim como fundos especiais que se destinam a financiar o Programa e Orçamento). O nível de financiamento e os gastos discriminados por fonte de financiamento são apresentados em outros relatórios neste documento.

O orçamento bienal aprovado pela OPAS está de acordo com os níveis históricos do orçamento, que normalmente são financiados em menos de 90%. Embora os gastos tenham se acelerado no segundo ano do biênio, a taxa de execução desacelera no último trimestre de 2019 devido às medidas institucionais de contenção de gastos tomadas em resposta a problemas de fluxo de caixa. Além disso, os baixos níveis de financiamento tiveram como consequência um efeito sobre os gastos na Categoria 3 e, em menor grau, nas categorias 2, 4 e 5.

A Categoria 1 foi bem financiada e, portanto, apresentou níveis elevados de gastos. A Categoria 6 é financiada quase inteiramente por recursos flexíveis e recebe a maior parte do financiamento adiantado e, assim, também mostra um elevado nível de gastos em relação ao teto orçamentário aprovado. Nem todos os recursos disponíveis para o orçamento durante o biênio 2018-19 expiraram no final de 2019 e alguns saldos são transportados para o período orçamentário 2020-21.

Uma análise mais detalhada dos gastos em relação aos níveis efetivos de financiamento no fim de dezembro de 2019 é apresentada como anexo à nota 17.

Notas às demonstrações financeiras

1. Missão da Organização Pan-Americana da Saúde

A missão da Organização é “liderar esforços de colaboração estratégicos entre os Estados Membros e outros parceiros a fim de promover a equidade na saúde, combater doenças, melhorar a qualidade de vida e prolongar a longevidade das populações das Américas”.

A Organização Pan-Americana da Saúde é um organismo internacional de saúde pública com mais de 100 anos de experiência no trabalho para melhorar a saúde e os níveis de vida nos países das Américas. Atua como a organização do sistema interamericano especializada na saúde. Além disso, é Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde e desfruta de reconhecimento internacional como parte do sistema das Nações Unidas.

A Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA) é a Secretaria da Organização. A RSPA está empenhada em prestar apoio técnico e liderança aos Estados Membros da OPAS na sua busca pelo objetivo da saúde para todos e dos seus respectivos valores.

A sede da Organização está localizada em Washington, D.C. Além disso, a Organização tem representações nas Américas, as quais são responsáveis pela implementação dos valores, missão e visão da OPAS.

2. Políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde foram preparadas pelo regime de competência, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), usando o princípio do custo histórico, salvo no caso dos terrenos e prédios, apresentados ao valor justo. Nos casos em que não havia uma IPSAS para abordar uma questão específica, foram aplicadas as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS).

As demonstrações financeiras da Organização foram certificadas e tiveram sua publicação aprovada pela Diretora da Organização no exercício da autoridade nele investida pela Conferência Sanitária Pan-Americana, conforme o disposto na resolução CSP29.R10 de setembro de 2017. A data de aprovação da publicação é a data do Relatório do Auditor Externo. Nenhuma outra autoridade tem o poder de alterar as demonstrações financeiras após sua publicação (referência: IPSAS 14, parágrafo 26).

A moeda funcional e usada nos relatórios da Organização é o dólar dos Estados Unidos (US\$). Os montantes indicados nas demonstrações financeiras e gráficos das notas explicativas foram arredondados para serem expressos em milhares. Em virtude do arredondamento, as somas dos montantes nas tabelas podem não resultar exatamente iguais aos totais arredondados ou às notas explicativas.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de que a Organização continuará em atividade e cumprirá seu mandato no futuro próximo (IPSAS 1). Nem os Órgãos Diretores da Organização nem os Estados Membros individualmente manifestaram a intenção de extinguir a Organização nem de encerrar suas operações, nem de reduzir o financiamento alocado para suas atividades.

Por haver ocorrido após a data de encerramento do período de apresentação de informações financeiras, a pandemia de COVID-19 é um evento que não dá lugar a ajustes e a Organização não é capaz de medir seu impacto.

Em conformidade com a IPSAS 1, um conjunto completo de demonstrações financeiras foi preparado do seguinte modo:

- a. Demonstração da situação financeira
- b. Demonstração do desempenho financeiro
- c. Demonstração das mutações do ativo líquido
- d. Demonstração dos fluxos de caixa
- e. Comparação dos montantes orçados e efetivos
- f. As notas, formadas por um resumo das principais políticas contábeis e outras informações pertinentes.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa, que constituem um ativo financeiro, abrangem as disponibilidades de caixa, dinheiro em bancos, mercados monetários e depósitos de curto prazo com prazos de vencimento originais de até 90 dias. Para um investimento satisfazer os requisitos para ser considerado um equivalente de caixa, ele deve ser conversível em um montante conhecido de dinheiro em espécie e estar sujeito a um risco insignificante de alterações de valor.

Os depósitos de curto prazo são apresentados pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos, com a receita de juros reconhecida com base no rendimento efetivo.

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos para cumprir compromissos de curto prazo em dinheiro e não para fins de investimento.

2.3 Investimentos

Os investimentos são um ativo financeiro e são reconhecidos quando a Organização se torna parte no âmbito das disposições contratuais do investimento. São classificados como disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento. Os investimentos disponíveis para venda são contabilizados com base na data da compra. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos na data da liquidação.

Os investimentos são classificados como disponíveis para venda quando a Organização não se comprometeu a manter esses instrumentos até o vencimento. Os instrumentos disponíveis para venda são apresentados pelo valor justo (incluindo os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro) com as variações de valor reconhecidas na demonstração das mutações do ativo líquido. Os ativos disponíveis para venda são negociados ativamente no mercado e a avaliação desses ativos é determinada por cotações de preços no mercado aberto para instrumentos financeiros idênticos. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o valor justo de mercado sobre uma base que não seja de caráter temporário. A OPAS monitora periodicamente o valor justo de mercado de seus investimentos e investiga a causa subjacente de um declínio no valor. A política de investimento especifica as limitações da classificação de crédito. Se a redução ao valor recuperável resultar de um rebaixamento da classificação de crédito abaixo das diretrizes da política de investimento, o Comitê de Investimento tomará uma medida.

As taxas de redução ao valor recuperável e os juros calculados com base no método do juro efetivo são reconhecidos no excedente ou no déficit. Quando um ativo disponível para venda é alienado, o ganho ou perda acumulado reconhecido anteriormente na demonstração das mutações no ativo líquido é incluído no excedente ou déficit do período.

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Organização tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são compostos por papéis de agências dos EUA como a Federal National Mortgage Association (Fannie Mae) e a Federal Home Loan Mortgage Corporation (Freddie Mac).

Os investimentos mantidos até o vencimento são apresentados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, com a receita de juros reconhecida com base no rendimento efetivo na demonstração do desempenho financeiro.

2.4 Empréstimos e valores a receber

Os empréstimos e outros valores a receber que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo são classificados como empréstimos e valores a receber. Os empréstimos e outros valores a receber são apresentados pelo custo amortizado calculado pelo método dos juros efetivos, menos qualquer redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida com base nos juros efetivos, salvo no caso de valores a receber de curto prazo, em que o reconhecimento dos juros seria irrelevante.

2.5 Políticas de gestão de riscos

A Organização mantém como investimento recursos de que ela não precisa para fazer face a necessidades operacionais imediatas. O intuito é obter receitas com o excedente de liquidez, que, de acordo com os artigos X e XI do Regulamento Financeiro e os artigos X e XI das Regras Financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde, financiam parte do Programa e Orçamento. Os investimentos estão sujeitos à Política de Investimento da Organização, que prescreve diretrizes destinadas a proteger o principal investido, a manter liquidez suficiente e obter um retorno proporcional às restrições impostas pelo risco dos investimentos. As diretrizes das políticas definem a duração, a diversidade e a qualidade do crédito, que são compatíveis com a limitação das exposições aos riscos de crédito, de mercado e de taxa de juros. O risco de crédito da Organização é mitigado pelas políticas de investimento que estabelecem limites ao valor da exposição de crédito a uma única contraparte, limitando os investimentos em um único emissor não governamental a não mais do que 25%.

De acordo com os requisitos da Política de Investimento, os investimentos geridos internamente são restritos instrumentos financeiros classificados como A1/P1 e AAA/Aaa. As notas de renda fixa consistem principalmente em papéis de agências dos Estados Unidos, que oferecem a garantia implícita do governo dos Estados Unidos.

Os fundos colocados com gestores de investimento externos se restringem a instrumentos cuja qualidade de crédito tenha sido classificada como A1/P1 ou BBB, de acordo com seus mandatos. Existem mecanismos para eliminar da carteira um investimento que se encontre abaixo dos requisitos mínimos. Caso a classificação de um título caia abaixo dos requisitos mínimos de qualidade de crédito, o gerente externo imediatamente notifica a OPAS.

O prazo vencimento máximo para o investimento de curto prazo de efetivo para operações não deve exceder um ano. O investimento de longo prazo de recursos estratégicos se limita a um prazo de vencimento efetivo inferior a cinco anos. Os investimentos de longo prazo de recursos do fundo fiduciário do Plano para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação (TAREP) se limitam a um prazo de vencimento efetivo inferior a 10 anos.

As contas de depósito são mantidas em instituições financeiras classificadas como grau de investimento pelas principais agências de classificação de risco, onde existam essas classificações. Nos casos em que não exista nenhum tipo de classificação, a solidez financeira geral da instituição é avaliada antes de os recursos serem depositados. As contas denominadas em moedas outras que não o dólar dos Estados Unidos são monitoradas diariamente para verificar se os saldos se mantêm nos níveis mínimos dos requisitos operacionais.

O Comitê de Investimentos da OPAS aprova os instrumentos financeiros, bem como as instituições financeiras parceiras, em conformidade com as diretrizes da Política de Investimento destacadas acima para mitigar o risco de crédito.

2.6 Contas a receber

As contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não são negociados em um mercado ativo. As contas a receber do ativo circulante são montantes devidos no prazo de 12 meses da data de informação, enquanto as contas a receber do ativo não circulante vencem em um prazo superior a 12 meses a contar da data de informação das demonstrações financeiras. As contas a receber são apresentadas pelo custo amortizado, calculado usando o método dos juros efetivos, menos quaisquer perdas por redução ao valor recuperável (reconhecidas na demonstração de desempenho financeiro). Contudo, no caso das contas a receber do circulante, não há nenhuma diferença relevante entre os custos amortizados; assim, essas contas a receber foram reconhecidas ao custo (menos as perdas por redução ao valor recuperável). A decisão de reconhecer a perda no valor recuperável de uma conta a receber baseia-se numa análise da idade dessa conta e

das circunstâncias que envolvem o relacionamento com o terceiro. O cálculo da deterioração do valor será baseado em uma porcentagem do total da conta a receber em risco.

As contas a receber de transações com contrapartida são reconhecidas quando se devem à Organização ativos ou serviços (geralmente, na forma de dinheiro) decorrentes de uma transação em que uma entidade recebe um valor de outra entidade e, em troca, dá à outra entidade um valor aproximadamente igual em troca (IPSAS 9).

As contas a receber de transações sem contrapartida são estabelecidas quando se devem à Organização ativos ou serviços (geralmente sob a forma de dinheiro) decorrentes de uma transação em que uma entidade recebe um valor de outra entidade sem receber um valor aproximadamente igual diretamente em troca; ou quando a Organização deu um valor a outra entidade sem receber diretamente valor aproximadamente igual em troca (IPSAS 23).

Os tipos principais de contas a receber são:

- **Contribuições fixas** (transações sem contrapartida): são compromissos formais de Estados Membros, Estados Participantes e Membros Associados referentes ao período do orçamento bienal. As contribuições fixas são reconhecidas como contas a receber quando se tornam exigíveis e devem ser pagas, em 1º de janeiro de cada ano. Não há nenhuma disposição no Regulamento Financeiro para dar baixa em uma contribuição fixa. Além disso, de acordo com o Regulamento Financeiro atual, não foi reconhecida nenhuma perda por redução ao valor recuperável;
- **Fundo de Equalização de Impostos (transações sem contrapartida)**: as contas a receber no âmbito do Fundo de Equalização de Impostos são devidas pelos Estados Membros que cobram imposto de renda sobre a renda dos salários recebidos da Organização pelos seus cidadãos ou outras pessoas sujeitas ao pagamento desses impostos e são incluídos nas contribuições fixas de cada Estado Membro. Os montantes estimados a serem exigidos pelos Estados Membros são usados para reembolsar o imposto de renda pago pelos funcionários em questão;
- **Contribuições voluntárias** (transações sem contrapartida). A Organização celebra acordos de contribuições voluntárias que podem se enquadrar nas seguintes categorias contribuições voluntárias, que abrangem recursos financeiros de governos e organizações dos setores público e privado (de Estados membros da OPAS e de outros Estados); organismos internacionais (do sistema das Nações Unidas e outros organismos); organizações com fins lucrativos, organizações não governamentais; fundações; e outras contribuições voluntárias; 2) as contribuições voluntárias nacionais, que abrangem recursos financeiros dos governos exclusivamente para o financiamento de projetos internos; e 3) o fundo de contribuições voluntárias destinadas à prontidão para emergências e assistência em caso de desastres, que abrange recursos financeiros de governos e organizações do setor público e privado (de Estados membros da OPAS e de outros Estados), organismos internacionais (do sistema das Nações Unidas e outros organismos), organizações com fins lucrativos, organizações não governamentais, fundações e outras contribuições voluntárias. Após a assinatura de ambas as partes e a aprovação pelo Escritório do Assessor Jurídico da Organização, o valor total do contrato é reconhecido como uma conta a receber e uma receita diferida (Nota 2.13);

Para determinar a parcela atual das contas a receber correspondente às contribuições voluntárias em 31 de dezembro de 2019, a Organização classificou todos os saldos de contas a receber referentes às contribuições voluntárias que expiravam até 31 de dezembro de 2020, bem como as contribuições voluntárias com situação indefinida, como contas a receber do circulante. Além disso, os saldos de contas a receber de acordos de contribuições voluntárias que se estendem para além de 2020 foram alocados entre as contas a receber do ativo circulante e do ativo não circulante usando um cálculo linear com base no número de anos restantes. A parcela do não circulante das contas a receber refletirá o saldo do montante total das contas a receber correspondentes aos acordos de contribuições voluntárias, menos o cálculo da parcela das contas a receber do circulante.

- **Compras de provisões de saúde pública** (transações com contrapartida): as compras de provisões de saúde pública são fundamentais para a Organização cumprir sua missão de apoiar os Estados Membros por meio da cooperação técnica para programas de saúde pública, e abrangem a aquisição de vacinas e seringas, provisões médicas, kits de diagnóstico, medicamentos e equipamento.

As contas a receber dos Estados Membros na compra de provisões de saúde pública são compostas por dois fundos: o Fundo Rotativo para Compra de Vacinas e o Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública. Contas a receber são criadas para cada Estado Membro participante uma vez que se tenha recebido a notificação de que os bens foram entregues pelo fornecedor e que se tenha aprovado o pagamento ao fornecedor. Isso gera a emissão de uma fatura endereçada ao Estado Membro pertinente.

- **Atividades de financiamento entre organizações:** as contas a receber entre organizações representam o montante devido à OPAS pela Organização Mundial da Saúde como resultado líquido das transações entre as duas organizações.
- **Adiantamentos ao pessoal:** em conformidade com o Regulamento Financeiro e as Regras Financeiras da Organização, adiantamentos são concedidos ao pessoal com relação aos direitos (ou seja, subsídios para educação, viagens, pagamentos de imposto de renda, indenizações de seguro, etc.). São reconhecidos como contas a receber até que sejam lançados como despesa após o recebimento do pedido necessário ou da documentação comprobatória.

A Organização processa os valores a receber incobráveis com base na delegação de autoridade sobre os montantes a serem objeto de baixa contábil.

2.7 Estoques

Os medicamentos e provisões médicas pertencentes à Organização e controlados por ela são registrados como estoques com a intenção de serem mantidos para distribuição no transcurso normal das operações. São avaliados pelo menor custo ou pelo valor realizável líquido no encerramento do exercício financeiro. Os medicamentos e provisões médicas de propriedade da Organização, de acordo com os sistemas de rastreamento da Organização, são validados por meio de recontagens físicas dos estoques. Esses medicamentos e provisões são lançados como despesas ao serem distribuídos diretamente pela Organização ou entregues a instituições governamentais ou não governamentais. Os estoques mantidos para distribuição gratuita são avaliados pelo menor custo ou pelo custo de substituição. Os estoques são mantidos no depósito do PROMESS, no Haiti, uma instalação estratégica para armazenamento. Se a Organização recebe estoques por meio de transações sem contrapartida, eles são avaliados pelo valor justo de compra. Devido às circunstâncias específicas no Haiti, a fórmula de custo é “primeiro a vencer, primeiro a sair” para os estoques de produtos farmacêuticos e medicamentos.

O Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução (PALTEX) foi estabelecido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em meados dos anos 1960 como um programa de cooperação técnica destinado a melhorar a qualidade dos processos educacionais em ciências da saúde na América Latina. O PALTEX é um programa editorial que adquire, produz e distribui livros de texto de qualidade e material de instrução em espanhol e português a preços acessíveis. O programa PALTEX encerrou-se em 31 de dezembro de 2019.

Os estoques comprados com contribuições voluntárias em nome de um projeto não fazem parte dos estoques da Organização. A Organização é simplesmente um agente executor e sua única responsabilidade é dispor dos bens em conformidade com as condições do acordo. Se os bens não forem consumidos dentro do período do projeto, o doador definirá como se deverá dispor deles em definitivo. Em nenhum momento a Organização retém o controle desses bens; portanto, o tratamento contábil correto é lançar esses produtos como despesas no momento da compra.

2.8 Ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado com valor superior ao nível mínimo de US\$ 20 000 são reconhecidos como ativos não circulantes na demonstração da situação financeira. São reconhecidos inicialmente ao custo, salvo quando são adquiridos por meio de uma transação sem contrapartida; nesse caso, são reconhecidos pelo valor justo na data da compra. A Organização aplica o modelo de custo às suas instalações e equipamentos, ou seja, os respectivos itens são lançados pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A Organização aplica o método de reavaliação apenas aos terrenos e prédios.

A Organização considera que seu ativo imobilizado é um ativo que não gera caixa.

A depreciação é lançada para o ativo imobilizado (salvo os terrenos) de modo a reduzir o custo ou valor justo do ativo a seu valor residual ao longo da vida útil estimada, usando o método linear, com meio ano de depreciação sendo lançado no ano da compra. As vidas úteis estimadas para as classes do ativo fixo são as seguintes:

Classe do ativo e descrição	Vida útil estimada
Prédios	40 anos
Construções móveis	5 anos
Equipamentos de computação	3 anos
Equipamentos de escritório	3 anos
Veículos automotores	5 anos
Equipamentos de audiovisual	3 anos
Benfeitorias em bens alugados	3 anos
Utensílios e acessórios de escritório	3 anos

O ativo imobilizado obtido com recursos das contribuições voluntárias em nome de um projeto não constitui ativo da Organização e se destina ao uso exclusivo do beneficiário do projeto. A Organização é simplesmente um agente executor e sua única responsabilidade é dispor dos bens em conformidade com as condições do acordo. A Organização não retém a propriedade desses bens; portanto, são lançados como despesas no momento da compra. Se os bens não forem consumidos dentro do período do projeto, o doador definirá como se deverá dispor deles em definitivo.

A Organização reavaliará seus terrenos e prédios periodicamente, incluídas as propriedades alugadas. Serão usados especialistas externos para determinar o valor de mercado atualizado diretamente por meio de consultas dos preços observáveis em um mercado ativo ou de transações de mercado recentes em condições de mercado. Todas as benfeitorias, reformas, etc. que tenham sido feitas nos prédios desde a última avaliação prévia são lançados como despesa no ano da sua ocorrência e serão incluídas na reavaliação futura.

As benfeitorias em locais alugados são reconhecidas como ativo e avaliadas ao custo, e são depreciadas ao longo da vida útil restante das benfeitorias ou do prazo do contrato de aluguel, o que for menor.

Os terrenos e os prédios doados são avaliados ao valor justo de mercado e reconhecidos como ativo não circulante.

2.9 Contratos de aluguel e arrendamento

A Organização era o locador do terreno do prédio situado no número 2121 da Virginia Avenue, N.W., Washington, D.C., e o locatário dos dois primeiros andares desse mesmo prédio nos termos de um contrato de arrendamento operacional. Ambos os contratos de arrendamento expiraram em 30 de dezembro de 2019 quando a Organização comprou o prédio.

A Organização também aluga diversos espaços de escritório para as representações da OPAS nas Américas. Todos esses acordos estão sujeitos a cancelamento. O total anual dos pagamentos de alugueis foi divulgado na Nota 16 das Despesas como uma nota de rodapé.

2.10 Ativo intangível

Os itens do ativo intangível com valor superior aos níveis mínimos pré-estabelecidos de US\$ 30 000 para os ativos intangíveis comprados externamente e US\$ 100 000 para os ativos intangíveis desenvolvidos internamente são declarados pelo custo histórico menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização para os ativos intangíveis é determinada ao longo da sua vida útil estimada usando o método linear. A amortização é lançada no ativo intangível para reduzir o custo ou valor justo do bem ao seu valor residual ao longo da vida útil estimada, usando o método linear; com um ano completo de amortização sendo lançado no ano da compra.

As vidas úteis estimadas para as classes do ativo intangível são as seguintes:

Classe	Vida útil estimada (anos)
Software adquirido externamente	7
Software desenvolvido internamente	5
Licenças e direitos, direitos autorais e outros ativos intangíveis	3

2.11 Contas a pagar

As contas a pagar são passivos financeiros relacionados a bens ou serviços recebidos pela Organização e são reconhecidos pelo custo amortizado, o qual, no caso das contas a pagar, é igual ao custo. As contas a pagar abrangem o seguinte:

- Os montantes devidos aos doadores, parceiros e interessados diretos que representem contribuições voluntárias não usadas referentes a acordos que já venceram.
- As contas a pagar entre organizações representam o montante devido pela Organização à Organização Mundial da Saúde como resultado líquido das transações entre as duas organizações.
- As faturas recebidas e aprovadas para pagamento, mas que ainda não tenham sido pagas.

2.12 Obrigações acumuladas

As obrigações acumuladas são o passivo financeiro formado pelos bens ou serviços já recebidos pela Organização ou a ela prestados durante o período abrangido pelo relatório e que ainda não tenham sido faturados, ou pelas faturas que tenham sido recebidas, mas ainda não tenham sido aprovadas para pagamento. Essas obrigações são reconhecidas pelo custo amortizado, o qual, no caso das obrigações acumuladas, é igual ao custo.

2.13 Receitas diferidas

As receitas diferidas advêm de acordos juridicamente vinculantes entre a Organização e seus parceiros — como governos (de Estados Membros da OPAS e de outros Estados), organismos internacionais (do sistema das Nações Unidas e outros organismos), organizações com fins lucrativos, organizações não governamentais, fundações e outros — e de outras contribuições voluntárias por meio dos quais os parceiros fornecem recursos à Organização para apoiar iniciativas de cooperação técnica (contribuições voluntárias).

As receitas diferidas são reconhecidas quando 1) ambas as partes de um acordo contratual o confirmam por escrito, ou seja, a Organização e os doadores, os parceiros ou os interessados diretos, e 2) os recursos são condicionais. Essa condicionalidade é determinada por fatores como:

- O acordo tem uma finalidade declarada;
- O acordo tem um orçamento;
- O acordo tem uma data de entrada em vigor e uma data de encerramento;
- O acordo exige a apresentação de relatórios técnicos e financeiros;
- Os recursos fornecidos no âmbito do acordo devem ser usados para as atividades exigidas ou descritas no acordo, ou ser devolvidos ao doador;
- Uma vez finalizado o projeto, todos os recursos não executados são devolvidos ao doador, parceiro ou interessado direto.

As receitas são reconhecidas na demonstração do desempenho financeiro com base no nível dos recursos executados durante o exercício financeiro.

Os recursos recebidos de maneira antecipada para a compra de bens em nome de governos e instituições participantes das compras de provisões de saúde pública são considerados receitas diferidas. Uma vez recebida a confirmação de que os bens foram entregues pelo fornecedor e uma vez aprovado o pagamento ao fornecedor, as receitas são reconhecidas na demonstração do desempenho financeiro.

Para determinar as receitas diferidas correspondentes às contribuições voluntárias em 31 de dezembro de 2019 que se enquadravam no circulante, a Organização classificou como receitas diferidas do circulante todos os saldos das receitas diferidas das contribuições voluntárias que expiravam até 31 de dezembro de 2020, bem como as subvenções de situação indefinida. Além disso, os saldos das receitas diferidas dos acordos de contribuições voluntárias que se estendem para além de 2020 foram alocados entre as receitas diferidas do circulante e do não circulante usando um cálculo linear baseado no número de anos restantes. A parcela das receitas diferidas a ser lançada no não circulante refletirá o saldo do montante total das receitas diferidas correspondente às contribuições voluntárias, menos a estimativa das receitas diferidas do circulante.

2.14 Benefícios aos empregados

A Organização reconhece as despesas e obrigações referentes aos seguintes benefícios aos empregados:

- 1) Os benefícios a que os empregados fizeram jus no exercício financeiro corrente são obrigações do passivo circulante reconhecidas pelo custo amortizado (sem desconto);
- 2) Os benefícios pós-emprego, como o seguro-saúde pós-serviço (ASHI), são reconhecidos pelo valor atualizado da obrigação;
- 3) Outros benefícios a empregados relacionados com o desligamento do serviço são reconhecidos pelo valor atualizado da obrigação.

A Organização contrata serviços atuariais de especialistas externos para determinar o nível apropriado da sua obrigação para fins de apresentação de informações financeiras (ou seja, o valor presente das obrigações por benefícios definidos), bem como o custo do serviço e dos juros do exercício corrente. Essas informações também são usadas para calcular diferentes porcentagens de contribuição a serem aplicadas aos custos do pessoal.

Além disso, a Organização usa essas informações para fins de investimento, com o intuito de assegurar que os investimentos do Plano satisfaçam os requisitos de liquidez das respectivas obrigações.

2.15 Provisões e passivos contingentes

São feitas provisões para passivos e despesas futuras nos casos em que a Organização tem uma obrigação presente legal ou implícita em decorrência de eventos passados — e é provável que venha a ser exigido que a Organização liquide a obrigação — e em que o valor pode ser calculado com segurança.

Outros compromissos que não satisfazem os critérios de reconhecimento de passivos são divulgados nas notas às demonstrações financeiras como passivo contingente quando a sua existência será confirmada apenas se ocorrerem ou não ocorrerem um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle Organização ou cujo valor não pode ser calculado com segurança.

2.16 Receita

A receita é composta pelos fluxos de entrada brutos de benefícios econômicos ou pelo potencial de serviços recebidos ou a receber pela Organização durante o ano que representem um aumento dos ativos líquidos (IPSAS 23). A Organização reconhece a receita de acordo com os critérios estabelecidos pela IPSAS 9, “Receita de transações com contrapartida”, e pela IPSAS 23, “Receita de transações sem contrapartida”.

As transações com contrapartida são transações nas quais a Organização recebe ativos ou serviços, ou tem um passivo extinto, e, em contrapartida, entrega diretamente à outra entidade um valor que se aproxima do valor recebido, na forma de numerário, bens, serviços ou uso de ativos (IPSAS 9).

Em uma transação sem contrapartida, a Organização recebe um valor de outra entidade sem dar diretamente valor aproximadamente igual em contrapartida, ou entrega um valor à outra entidade sem receber, em contrapartida, um valor aproximadamente igual ao recebido.

As principais fontes de receitas para a Organização são, entre outras: as contribuições fixas, as contribuições voluntárias, as compras de provisões de saúde pública, outras receitas e as receitas diversas.

- **Receita de contribuições fixas (transações sem contrapartida).** A receita das contribuições fixas é reconhecida a partir de 1º de janeiro de cada ano quando os Estados Membros contraem o compromisso com a organização de pagar essas contribuições;
- **Receita de contribuições voluntárias (transações sem contrapartida).** As contribuições voluntárias, confirmadas por escrito por ambas as partes, são reconhecidas como contas a receber e receitas diferidas (passivo) porque esses acordos de financiamento são condicionais. À medida que os projetos com contribuições voluntárias são implementados, as receitas diferidas passam a ser reconhecidas como receitas. As categorias das contribuições voluntárias são explicadas na Nota 2.6;
- **Receita das compras de provisões de saúde pública (transações com contrapartida).** É reconhecida receita referente às compras de provisões de saúde pública porque a Organização assume os riscos e benefícios dos bens comprados. A receita dessas transações é reconhecida uma vez que se tenha recebido a notificação de que os bens foram entregues pelo fornecedor e que se tenha aprovado o pagamento ao fornecedor. As compras de provisões de saúde pública são feitas por meio de três fundos: o Fundo Rotativo para Compra de Vacinas, o Fundo de Compras Reembolsáveis e o Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública (ver a Nota 2.6 Contas a Receber, a respeito dos Fundos Rotativos, e a Nota 2.13 Receitas diferidas, a respeito das compras reembolsáveis);
- **Alocações da OMS (transações sem contrapartida).** Como Escritório Regional das Américas (AMRO) da Organização Mundial da Saúde, a Organização recebe alocações de financiamento da OMS para a implementação de atividades de cooperação técnica;

Os recursos que a Organização recebe da OMS abrangem as seguintes alocações:

- Alocações do orçamento de contribuições fixas da OMS;
 - Alocações de contribuições voluntárias da OMS;
 - Alocações de outros fundos internos da OMS.
- **Outras receitas (transações com contrapartida).** A Organização, em conformidade com seus mandatos específicos, executa outras atividades de cooperação técnica cujas receitas são apresentadas em separado. Essas atividades compreendem o seguinte: vendas de serviços e gastos de apoio a programas;

- **Receitas diversas (transações com contrapartida).** As receitas diversas compreendem reavaliações de divisas, ganhos e perdas cambiais, rendimentos de juros, ganhos e perdas realizados e não realizados, e ganhos e perdas decorrentes da alienação de ativo imobilizado;
- **Segmento de atividades especiais.** As atividades especiais são atividades aprovadas pelos Órgãos Diretores da Organização para objetivos e benefícios específicos (ou seja, benefícios do pessoal, benefícios em caso de término do contrato de trabalho e o seguro-saúde pós-serviço). Portanto, todas as obrigações relacionadas a benefícios aos empregados foram incluídas neste segmento.

2.17 Transações e saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional e usada nos relatórios da Organização é o dólar dos Estados Unidos (US\$). As transações em moedas diferentes do dólar são convertidas para essa moeda pela taxa de mercado vigente no momento da transação. A Organização determinou que as taxas de câmbio operacionais das Nações Unidas estão estreitamente alinhadas com as taxas vigentes no mercado devido a análises e ajustes frequentes e, portanto, funcionam como uma aproximação da taxa do mercado no momento da transação. No encerramento de cada período de apresentação de relatórios, a Organização analisa o desempenho das taxas de câmbio operacionais das Nações Unidas em comparação com as taxas predominantes no mercado a fim de determinar o alinhamento e fazer os ajustes necessários. Os ativos e passivos em moedas diferentes do dólar são convertidos para essa moeda pela taxa de mercado vigente no encerramento do período de apresentação do relatório. Os ganhos ou perdas resultantes são lançados na demonstração do desempenho financeiro, nas receitas diversas.

2.18 Informação financeira por segmentos

Um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis para os quais as informações financeiras são apresentadas em separado para avaliar o desempenho passado de uma entidade quanto à consecução de seus objetivos e para tomar decisões sobre a alocação futura dos recursos. A Organização classifica todos os projetos, operações e atividades financiadas em cinco segmentos: 1) Segmento de atividades básicas; 2) Segmento de atividades em parceria; 3) Segmento de atividades comerciais; 4) Segmento de atividades especiais e 5) Segmentos de atividades consolidadas dos centros sub-regionais e transações entre partes. A Organização apresenta relatórios sobre as transações e os saldos de cada segmento ao longo do período financeiro.

Em cada exercício financeiro, a Organização processa as transações internas que não envolvem o uso de dinheiro (transferências) dentro de um dado segmento e entre diferentes segmentos (ou seja, gastos de apoio a programas, provisão para benefícios por término do contrato de trabalho e repatriação, o fundo do seguro-saúde pós-serviço, Fundo Mestre de Investimentos de Capital, etc.). O efeito dessas transferências é a duplicidade tanto das receitas como das despesas pelo mesmo montante, que são avaliadas pelo custo em que se incorreu no momento da transação original. A coluna das transações entre partes na demonstração do desempenho financeiro permite eliminar essa repetição.

Os seguintes segmentos foram identificados para possibilitar uma melhor compreensão das diversas atividades da Organização:

Segmento de atividades básicas – Atividades fundamentais para o Plano Estratégico da Organização que foram determinadas e apropriadas pelos Órgãos Diretores da Organização (ou seja, atividades financiadas com contribuições fixas e outras receitas destinadas às atividades do Programa e Orçamento);

Segmento de atividades em parceria – Atividades alinhadas com o Plano Estratégico da Organização e apoiadas pelos parceiros, doadores e partes interessadas (ou seja, atividades desenvolvidas em parceria com doadores externos que fornecem as contribuições voluntárias e a quem são apresentados relatórios técnicos e financeiros);

Segmento de atividades comerciais – Atividades realizadas pela Organização para fortalecer a cooperação técnica com os ministérios da saúde e facilitar seu acesso a provisões essenciais de saúde pública (ou seja, atividades de compras financiadas pelos Estados Membros para o acesso a provisões essenciais de saúde pública);

Segmento de atividades especiais – Atividades aprovadas pelos Órgãos Diretores da Organização para objetivos e benefícios específicos (ou seja, direitos do pessoal, benefícios pela rescisão de contrato de trabalho, seguro-saúde pós-serviço).

2.19 Comparação do orçamento

Os Órgãos Diretores da Organização aprovam o Programa e Orçamento Bienal, que abrange as contribuições fixas, os recursos voluntários projetados e as estimativas das receitas diversas. O Programa e Orçamento Bienal pode ser modificado posteriormente pelos Órgãos Diretores.

A Organização prepara o orçamento com base no regime de competência, excluídas a depreciação e a amortização.

Embora o orçamento da OPAS seja aprovado por seus Órgãos Diretores a cada dois anos, para fins prestação de contas, o orçamento foi dividido em 50% para cada exercício.

2.20 Contribuições em espécie

As contribuições em espécie de serviços que apoiam as operações e atividades aprovadas, como o uso de instalações, serviços públicos, pessoal, serviços de transporte, etc., são identificadas por categorias de serviços com o respectivo Estado-Membro que fez a contribuição em espécie durante o período contábil abarcado pelo relatório. Essas contribuições não são reconhecidas nas demonstrações financeiras porque o valor justo dos serviços ou ativos não pode ser mensurado de forma confiável.

Os terrenos e prédios doados são reconhecidos na demonstração da situação financeira pelo valor justo de mercado.

Os estoques doados são capitalizados segundo a materialidade e as condições dos bens. A Organização só aceitará a doação de bens que estejam alinhados com suas atividades básicas.

2.21 Impacto potencial das IPSAS a serem adotadas em períodos futuros

IPSAS41 — Instrumentos Financeiros, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. A Organização reconhecerá e divulgará seus instrumentos financeiros, ativos e contas a pagar conforme exigido pela nova norma. O impacto em potencial ainda não foi determinado plenamente.

IPSAS 42 — Benefícios Sociais, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. A Organização vai examinar este pronunciamento para determinar sua aplicabilidade. Esse exame será feito em cooperação com o Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Normas Contábeis.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Disponibilidades de caixa, US\$	136 479	96 638
Disponibilidades de caixa, outras moedas	9 627	45 199
Fundos do mercado monetário	53 397	53 343
Menos: Ativos do plano	(10 577)	(1 468)
Total	188 926	193 712

4. Investimentos

4.1 Investimentos de curto prazo

Os investimentos de curto prazo são aqueles cujos prazos de vencimento finais no ato da compra são inferiores a 365 dias.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Certificados de depósito	247 034	288 320
Total	247 034	288 320

Juros acumulados no montante de US\$ 680 607 (2018: US\$ 1 174 017) foram incluídos no saldo dos investimentos de curto prazo na demonstração da situação financeira e reconhecidos como receitas diversas na demonstração do desempenho financeiro.

4.2 Investimentos de longo prazo

As notas de renda fixa de longo prazo da carteira geral da Organização são mantidas até o vencimento e são contabilizadas pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos. Já as notas de renda fixa de longo prazo da carteira do Plano para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação (TAREP), que compreende os ativos do plano mantidos em um fundo fiduciário irrevogável, são contabilizadas pelo valor justo com as variações de valor reconhecidas no saldo dos fundos.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Aumento líquido dos investimentos de longo prazo		
Aumento (diminuição) dos investimentos de longo prazo	42 304	6 353
(Ganhos)/perdas líquidos não realizados	(6 906)	287
Aumento líquido dos investimentos de longo prazo	35 397	6 066
Fluxos de caixa dos investimentos de longo prazo		
Receita de juros	10 163	7 840
Ganhos/(perdas) líquidos realizados	863	(1 690)
Fluxos de caixa dos investimentos de longo prazo	11 026	6 150

Avaliação de investimentos de longo prazo	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Notas de renda fixa	1 564	1 565	10 347	10 132
Carteiras administradas	417 771	421 548	382 373	379 245
Menos: Ativos do plano	(1 564)	(1 565)	(10 347)	(10 132)
Total	417 771	421 548	382 373	379 245

Os instrumentos de renda fixa de longo prazo mantidos na carteira do TAREP são emitidos pelo governo dos Estados Unidos. Juros acumulados no montante de US\$ 2 382 foram incluídos no saldo dos investimentos de longo prazo e reconhecidos na demonstração do desempenho financeiro como receitas diversas.

As carteiras administradas são classificadas como disponíveis para venda e lançadas pelo valor justo. O valor de mercado mencionado abrange juros acumulados no montante de US\$ 1 928 177 (2018: US\$ 1 719 759) e é reconhecido na demonstração do desempenho financeiro como receitas diversas. O total de ganhos (perdas) nas carteiras administradas é composto por ganhos ou perdas acumulados e pela variação gradual do valor no ponto de venda ou no vencimento. Os ganhos ou perdas são lançados na demonstração do desempenho financeiro como receitas diversas.

Nas carteiras administradas, os saldos temporários de caixa são o resultado de reposicionamento, rebalanceamento ou vencimentos naturais. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa era de US\$ 72 658 224.

5. Instrumentos financeiros

5.1 Natureza dos instrumentos financeiros

A Nota 2.3 apresenta os detalhes das políticas e métodos contábeis significativos adotados, incluídos os critérios para o reconhecimento e reversão do reconhecimento, para a mensuração e para o reconhecimento de ganhos e perdas em relação a cada classe de ativos e passivos financeiros.

Instrumentos financeiros e método de avaliação	2019 Custo amortizado	2019 Valor justo de mercado	2018 Custo amortizado	2018 Valor justo de mercado
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa	188 926		193 712	
Caixa e equivalentes de caixa (ativos do plano)	10 577		1 468	
Investimentos de curto prazo				
Certificados de depósito (mantidos até o vencimento)	247 034		288 320	
Investimentos de longo prazo				
Notas de renda fixa (ativos do plano)		1 565		10 132
Carteiras administradas (disponíveis para venda)		421 548		379 245
Contas a receber	329 687		274 796	
Contas a pagar	13 826		11 942	
Total	790 050	423 114	770 238	389 377

5.2 Risco de taxa de juros

A Organização está exposta ao risco de taxa de juros tanto nos investimentos de curto prazo como nos de longo prazo. Os montantes do capital são lançados pelo custo amortizado dos investimentos mantidos até o vencimento e pelo valor justo no caso dos investimentos disponíveis para venda.

	Data de vencimento efetiva	Taxa de juros efetiva	Juros fixos	Juros flutuantes	Não remunerado
Total do caixa e equivalentes de caixa	>90 dias	1.41%	111 466	53 397	34 640
Investimento de curto prazo					
Certificados de depósito	44,38 dias	2.25%	247 034		
Investimentos de longo prazo					
Ativo de plano	2,93 anos	2.14%	1 565		
Carteiras administradas	1,82 anos	1.93%	421 548		
Total			781 613	53 397	34 640

A Organização detém certas notas de renda fixa que o emissor tem direito de resgatar antes da data de vencimento.

Instrumentos resgatáveis

Emissor	Principal	Juros	Vencimento	Datas de resgate
Federal Home Loan Bank	1 563	2.14%	5-dez-22	Contínuo
Total				

As variações da taxa de juros de mercado influenciam o valor justo e os fluxos de caixa futuros dos instrumentos de investimento. Essa influência é irrelevante para os investimentos mantidos até o vencimento, mas afetaria a demonstração da situação financeira no caso dos investimentos de taxa fixa disponíveis para venda e a demonstração do desempenho financeiro no caso dos investimentos de taxa variável disponíveis para venda. A parcela da carteira de investimentos da OPAS disponíveis para venda composta por instrumentos de taxa variável é insignificante e as flutuações das taxas não teriam um efeito relevante. No entanto, uma alteração da taxa de mercado no caso dos investimentos de taxa fixa disponíveis para venda poderia afetar de forma relevante a demonstração da situação financeira.

Uma flutuação das taxas de juros de mercado de 100 pontos-base teria o seguinte impacto sobre o valor justo de mercado dos investimentos de taxa fixa disponíveis para venda:

Valor justo de mercado dos investimentos de taxa fixa em 31/12/19	Aumento de 100 pontos-base	Variação do valor justo de mercado	Diminuição de 100 pontos-base	Variação do valor justo de mercado
421 726	414 181	(7 545)	429 334	7 608

5.3 Risco de crédito

O risco de crédito máximo representa o valor contábil dos empréstimos e contas a receber. As diretrizes de investimento da OPAS estipulam limites ao nível de exposição ao risco de crédito de uma única contraparte. Contudo, pode haver algum risco de insolvência da contraparte associado à concentração dos instrumentos financeiros e depósitos à vista no setor bancário. Essas concentrações significativas no setor bancário equivalem a 65% do total de caixa e dos investimentos de curto prazo e de longo prazo.

Embora não haja variação significativa nas alocações de crédito dentro das carteiras, houve um ligeiro aumento na direção das disponibilidades de caixa em 2019.

Risco de crédito	2019		2018	
Caixa e equivalentes de caixa	83 202	19.3%	65 163	16.7%
AAA	194 677	45.1%	223 363	57.4%
AA	43 235	10.0%	41 072	10.6%
A	94 343	21.8%	45 235	11.6%
BBB	16 347	3.8%	14 233	3.7%
Outros	100	0.0%	105	0.0%
Total	431 904	100%	389 171	100%

Os requisitos mínimos de qualidade de crédito aplicados a todos os investimentos, conforme o definido na Política de Investimentos, se enquadram no intervalo do grau de investimento. Embora a classificação de crédito do governo dos Estados Unidos tenha sido rebaixada de sua classificação histórica AAA por uma das agências de classificação risco em 2012, não há nenhuma evidência que indique que o tomador deixará de cumprir suas obrigações.

O caixa e equivalentes de caixa abarca US\$ 10 543 416 mantidos no fundo do mercado monetário do TAREP.

Os investimentos de longo prazo e as carteiras administradas da OPAS são mantidos da seguinte maneira:

Tipo de investimento	2019	2018
Fundos do mercado monetário	19 476	3 810
Emissões do governo e de agências dos	202 030	211 918
Títulos lastreados em hipotecas e em ativos	17 163	16 539
Títulos privados	146 815	123 035
Depósitos bancários	46 420	24 145
Outros investimentos de renda fixa		9 724
Total dos investimentos de longo prazo	431 904	389 171

A maioria das contas a receber é devida pelos Estados Membros da OPAS na forma de contribuições fixas e contribuições voluntárias e pelos Estados Membros participantes dos fundos de compras. Em conformidade com as IPSAS e a política contábil da OPAS, todas as contas a receber foram examinadas para determinar se havia risco da contraparte. Foram reconhecidas perdas no valor recuperável no total de US\$ 6 331 458 nos casos em que esse risco foi considerado significativo.

5.4 Risco cambial

A demonstração da situação financeira não reflete uma exposição significativa ao risco cambial, pois os depósitos em moeda estrangeira em qualquer momento são irrelevantes ou se destinam a gastos em moeda estrangeira. No decorrer do exercício, uma pequena porcentagem dos gastos (10%) é desembolsada em moedas diferentes do dólar dos Estados Unidos. Esses desembolsos não estão protegidos, mas são cobertos por receitas em moedas nacionais e pela compra de moeda nacional no mercado de acordo com as necessidades no momento do desembolso.

Podem ser recebidas contribuições em moedas estrangeiras, com a condição de que o montante possa ser absorvido pelas representações nos países em um prazo de trinta dias. A maioria dos recursos mantidos nas contas no Brasil está comprometida com programas específicos que estipulam desembolsos em moeda nacional no prazo de seis meses. O Comitê de Investimentos aprovou uma exceção às diretrizes de administração do caixa, que limitam o saldo em moeda nacional mantido em nível local, no caso do programa brasileiro a fim de eliminar a necessidade de ingressar no mercado para comprar ou vender moeda nacional. Esses saldos excedentes são investidos no local, em certificados de depósito programados para vencer à medida que os recursos se tornam necessários, a fim de mitigar o risco para a Organização.

Alguns depósitos em moeda nacional em Cuba e na Venezuela em um total de cerca de US\$ 974 656 estão sujeitos a restrições que dificultam repatriar esses recursos para a sede da OPAS. Essas restrições podem aumentar o risco cambial para a Organização. A OPAS tomou as medidas necessárias para mitigar o risco e continua a buscar opções em termos de câmbio. Os saldos da OPAS em moeda local além dos mencionados acima são mínimos.

O risco cambial associado às contas a receber é mitigado por meio da política de cada fundo que rege a aceitação de moeda local. As diferenças cambiais são absorvidas pelo Estado Membro ou pelo Doador ou, no caso dos fundos de compras, absorvidas como despesa administrativa. O risco cambial associado a contas a pagar materiais é administrado caso a caso para mitigar qualquer impacto negativo sobre a Organização.

6. Contas a receber

	31 de dezembro de 2019	Total 31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	Total 31 de dezembro de 2018
Circulante				
Contribuições fixas		88 872		42 769
Fundo de Equalização de Impostos		5		5
Contribuições voluntárias		76 885		86 077
Contribuições voluntárias: Preparativos para situações de emergência e socorro em casos de desastre	5 096		9 582	
Contribuições voluntárias	37 539		42 454	
Contribuições voluntárias – Contribuições voluntárias nacionais	34 250		34 041	
Fundos de compras		73 430		55 674
Fundo Rotativo para Compra de Vacinas	67 835		53 910	
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	5 595		1 764	
Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução				44
Adiantamentos ao pessoal		5 194		6 034
Gastos pré-pagos		7 399		6 500
Valores a receber diversos		4 863		4 585
Provisão para contas de cobrança duvidosa		(6 331)		
Total		250 317		201 688
Não circulante				
Contribuições voluntárias		85 519		79 608
Contribuições voluntárias	37 307		26 025	
Contribuições voluntárias – Contribuições voluntárias nacionais	48 212		53 583	
		1 250		
Total		86 769		79 608

* US\$ 10 947 305 do total de contas a receber de US\$ 73 430 144 estavam vencidos há mais de um ano em 31 de dezembro de 2019, em comparação com US\$ 704 297 vencidos há mais de um ano em 31 de dezembro de 2018.

6.1 Contas a receber relativas às contribuições fixas

	Em atraso	2019	Total 2019	Total 2018
Argentina	1 308	2 915	4 223	2 914
Aruba		21	21	
Bahamas				46
Bolivia		68	68	
Brasil		12 102	12 102	12 102
Chile		687	687	
Colômbia	1 591	1 591	3 183	1 591
Costa Rica				53
Curaçao	21	21	42	43
El Salvador				74
Estados Unidos		60 669	60 669	20 472
França		1	1	55
Haiti		21	21	
México		766	766	459
Países Baixos				21
Paraguai		17	17	
Peru		561	561	543
Porto Rico	184	80	264	263
Reino Unido		6	6	12
São Vicente e Granadinas				21
São Martinho		21	21	43
Suriname				46
Uruguai		290	290	
Venezuela	4 011	1 920	5 930	4 011
TOTAL	7 115	81 757	88 872	42 769

*As contribuições fixas pendentes totalizaram US\$ 88,9 milhões, um aumento de US\$ 46,1 milhões em relação a 2018. Em consequência, a Organização usou o saldo integral do Fundo de Capital de Giro, e US\$ 61,4 milhões em recursos de outras fontes internas irrestritas. A OPAS solicitou formalmente a todos os Estados Membros que pagassem sua contribuição fixa corrente e os atrasados o quanto antes, ainda em 2020, a fim de assegurar a continuidade das operações da Organização.

7. Estoques

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
PROMESS	1 110	1 080
Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução *	652	6 744
Saldo final do estoque	1 762	7 824

* O saldo de 31 de dezembro de 2019 corresponde a doações em andamento.

8. Ativo imobilizado

2019	Terreno	Prédios	Equipamento de computação	Equipamento de escritório	Utensílios e acessórios de escritório	Veículos automotores	Equipamento audiovisual	Benfeitorias em bens alugados	Prédios móveis	Total
Custo em 1o de janeiro	64 026	44 867	635	200		2 905	317	266	27	113 243
Acréscimos		5 022		23		455				5 500
Alienações		(669)	(24)			(334)		(266)		(1 293)
Ajustes				(35)	35					
Custo al 31 de dezembro	64 026	49 220	611	188	35	3 026	317		27	117 450
Depreciação em 1o de janeiro		3 940	635	157		1 761	317	266	24	7 100
Cobrado no período corrente		1 357		16	5	411			3	1 792
Alienações		(59)	(24)			(288)		(266)		(637)
Ajustes				(4)	4					
Depreciação em 31 de dezembro		5 238	611	169	9	1 884	317		27	8 255
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2019	64 026	43 982		19	26	1 142				109 195

2018	Terreno	Prédios	Equipamento de computação	Equipamento de escritório	Utensílios e acessórios de escritório	Veículos automotores	Equipamento audiovisual	Benfeitorias em bens alugados	Prédios móveis	Total
Custo em 1o de janeiro	64 026	44 867	657	165		2 532	317	266	27	112 857
Acréscimos				35		478				513
Alienações			(22)			(105)				(127)
Ajustes										
Custo al 31 de dezembro	64 026	44 867	635	200		2 905	317	266	27	113 243
Depreciação em 1o de janeiro		2 626	657	117		1 498	317	266	19	5 500
Cobrado no período corrente		1 314		40		367			5	1 726
Alienações			(22)			(105)				(127)
Ajustes										
Depreciação em 31 de dezembro		3 940	635	157		1 761	317	266	24	7 100
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2018	64 026	40 927		43		1 144			3	106 143

8.1 Ativos transferidos com condições

De acordo com o documento de doação registrado no Registro Público, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), seus sucessores e cessionários concederam à OPAS a propriedade do terreno no qual estão localizados os prédios da Representação da OPAS/OMS no Brasil. O documento estipula também que a OPAS não pode transferir, alugar nem emprestar o terreno doado sob pena de revogação da doação. Caso o terreno seja vendido para a mesma finalidade (ou seja, estabelecimento de uma sede), a OPAS deve obter o consentimento por escrito do governo e pagar a ele o valor atual do terreno. Isso não abrange os prédios nem nenhum outro bem imóvel. Devido à restrição imposta à venda do terreno e à exigência de pagar ao Governo do Brasil o valor atual do terreno, a Organização reconheceu essa propriedade na demonstração da situação financeira como um ativo e como um passivo. (Nota 11).

8.2 Reavaliação dos terrenos e prédios

Seguindo as políticas contábeis da Organização (Nota 2.8), faz-se uma reavaliação a cada cinco anos. A última reavaliação completa foi feita no fim de 2015 por um avaliador independente. Além disso, um prédio na Guatemala foi vendido.

Os montantes decorrentes da avaliação de cada propriedade da Organização são os seguintes:

Prédios	1º de janeiro de		31 de dezembro de	
	2019	Aquisição	Venda	2019
Argentina	1 600			1 600
Barbados	2 332			2 332
Brasil	4 418			4 418
Guatemala	2 438		(669)	1 768
Guiana	614			614
Haiti	1 061			1 061
Jamaica	1 464			1 464
Paraguai	464			464
Peru	1 441			1 441
Venezuela	926			926
Washington, D.C.	28 110	5 022		33 132
Subtotal prédios	44 868	5 022	(669)	49 220
Terrenos				
Brasil	7 796			7 796
Haiti	1 229			1 229
Peru	8 914			8 914
Venezuela	1 647			1 647
Washington, D.C.	44 440			44 440
Subtotal terrenos	64 026			64 026
Total	108 894	5 022	(669)	113 246
		WDC – Terreno		WDC – Prédio
Data efetiva da reavaliação	Novembro de 2015		Novembro de 2015	
Envolvimento de avaliador independente	Sim		Sim	
Métodos e pressupostos significativos aplicados na estimação dos valores justos dos ativos	Método: O valor final não inclui nenhum bem pessoal ou mobiliário, utensílios e equipamentos e baseia-se em um tempo estimado de comercialização de 12 a 24 meses. Pressuposto: Esta avaliação baseia-se no pressuposto de que o local está livre de materiais perigosos ou contaminação e que as informações sobre receitas e despesas fornecidas pela OPAS são de fato verdadeiras.			
A medida em que os valores justos dos ativos foram determinados diretamente por meio de consultas dos preços observáveis em um mercado ativo ou de transações de mercado recentes em condições de mercado ou foram estimados usando outras técnicas de avaliação	Análise do fluxo de caixa descontado		Média: abordagem da renda, abordagem de comparação de vendas, análise do fluxo de caixa descontado	
A soma de todos os excedentes de reavaliação para itens individuais do ativo imobilizado dentro da classe: Excedente/(Déficit)	5 440		(1 890)	

9. Ativo intangível

A Organização apresenta em separado os itens do ativo intangível que estão:

- a) Disponíveis para uso e sujeitos a amortização;
- b) Em desenvolvimento e ainda não foram concluídos. Não há ativos intangíveis em desenvolvimento com referência a 2019.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativos intangíveis disponíveis para uso		
Custo em 1o de janeiro	4 681	4 681
Acréscimos		
Alienações	(429)	
Custo em 31 de dezembro	4 252	4 681
Amortização em 1o de janeiro	3 986	3 750
Cobrado no período corrente	199	236
Alienações	(429)	
Amortização em 31 de dezembro	3 756	3 986
Total do ativo intangível	496	695

10. Obrigações acumuladas

	31 de dezembro de 2019	Total 31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	Total 31 de dezembro de 2018
Contribuições voluntárias		16 251		17 325
Contribuições voluntárias: Prontidão para emergências e assistência em caso de desastres	677		15	
Contribuições voluntárias	196		437	
Contribuições voluntárias nacionais	15 378		16 873	
Compras de provisões de saúde pública		2		1 666
OMS – Contribuições voluntárias		3		701
Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução		5		66
Seguro-saúde do Pessoal		2 030		2 310
Receita de serviços		104		82
Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas		456		351
Contribuições fixas e receitas diversas		415		598
Encargo de Ocupação de Postos		5 780		678
Equalização de Impostos		1 772		1 613
Fundo Mestre de Investimentos de Capital		161		
Provisão para pagamentos por rescisão de contrato de trabalho e repatriação				8
Total		26 979		25 398

11. Contas a pagar

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante		
Contribuições fixas recebidas antecipadamente	106	9
Contribuições voluntárias de acordos caducados	434	2 970
Compras de provisões de saúde pública	27	438
Saldo devido à Organização Mundial da Saúde devido a transações entre escritórios.	9 151	5 751
Diversos	4 108	2 774
Total	13 826	11 942
Não circulante		
Ativo com passivo restrito - Imóveis em Brasília, Brasil (Nota 8.2)	7 796	7 796
Total	7 796	7 796

12. Benefícios aos empregados

Nos termos do Regulamento do Pessoal da Organização Pan-Americana da Saúde, a Organização concede alguns benefícios a seus empregados que podem ser classificados como passivo de curto prazo e outros que podem ser classificados como passivo de longo prazo. Os benefícios aos empregados classificados como passivo de curto prazo são o subsídio para educação, a viagem relacionada com o subsídio para educação e o subsídio por novo destino. Os benefícios aos empregados que podem ser categorizados como passivo de longo prazo abrangem certos pagamentos finais, como o pagamento da licença anual, o auxílio por repatriação, a viagem de repatriação e outras indenizações relacionadas ao desligamento do serviço, conforme o caso.

Para acumular os recursos necessários para fazer face a esse passivo de curto prazo e de longo prazo, a Organização criou três fundos.

12.1 Fundo de Benefícios do Pessoal

Estabelecido em janeiro de 2008, financia as obrigações de curto prazo do subsídio para educação, das viagens relacionadas com o subsídio para educação e do subsídio por novo destino. Recebe aportes mensais de contribuições da Organização calculados com base na folha de pagamento.

12.2 Fundo do Seguro-saúde Pós-Serviço

Estabelecido em 2010, reflete o financiamento e o passivo da Organização referentes ao seguro-saúde dos funcionários atuais e ex-funcionários nos próximos anos. Faz parte do Fundo do Seguro-saúde do Pessoal da Organização Mundial da Saúde (OMS), administrado pelo Comitê de Supervisão Global (GOC, na sigla em inglês), que assessora o Diretor-Geral da OMS.

A OPAS informa à Secretaria do Seguro-saúde do Pessoal (SHI) todas as atividades relacionadas a esse fundo (ou seja, a receita arrecadada com as contribuições da Organização). A Secretaria do SHI divulga anualmente no Relatório do SHI o total da obrigação pelos benefícios definidos (OBD) do Fundo e divulga a parcela da OBD atribuível ao pessoal na ativa e aos aposentados de cada uma das organizações participantes. Um acordo entre a OMS e a OPAS estabelecido em 2016 delegou à OMS a autoridade para administrar os ativos do plano da OPAS para o SHI. A OPAS e a OMS fizeram uma revisão do censo e um estudo dos critérios associados à alocação dos custos e obrigações do ASHI em 2019 e, com base em um acordo com a Secretaria do SHI, refletiram os resultados nos relatórios financeiros do SHI disponíveis em <https://www.who.int/about/finances-accountability/reports/en>.

As atividades relacionadas à obrigação pelos benefícios definidos são obtidas por meio de um relatório atuarial global anual elaborado para a Secretaria do SHI por um atuário independente. Nesse relatório, são apresentadas as atividades segregadas para cada uma das organizações participantes do SHI, incluída a OPAS. O relatório atuarial deste ano abrange várias informações de divulgação obrigatória em conformidade com os parágrafos 141 e 149 da IPSAS 39, como segue:

- 141(a) (i) O Seguro-saúde do Pessoal (SHI) reembolsa os gastos relacionados com a atenção à saúde, assim como os respectivos custos administrativos, do pessoal na ativa e aposentado que cumpre os critérios estabelecidos, bem como de seus dependentes;
- ii) O SHI não está sujeito a nenhum quadro regulatório externo. O financiamento global da OPAS é regido pelas contribuições de seus Estados Membros;
- iii) O Comitê de Supervisão Global (GOC) rege todo o Seguro-saúde do Pessoal. De modo geral, esse comitê faz duas reuniões por ano, nas quais se faz um monitoramento da experiência histórica e se analisam possíveis mudanças no desenho e administração do plano;
- 141(b) Os principais riscos financeiros e econômicos enfrentados pelo plano são a variação das taxas de desconto, as taxas de aumento dos custos médicos e o retorno dos ativos;
- 141(d) A taxa de desconto é calculada com base nos rendimentos de títulos privados com classificação de crédito elevada na data da mensuração, bem como nos fluxos de caixa previstos na exposição cambial pressuposta. O Grupo de Trabalho das Nações Unidas recomenda curvas de rendimento para as avaliações dos custos médicos dos aposentados da ONU. A OPAS aplica essas curvas de rendimento nas suas avaliações;
- 149(a) Como organização participante do SHI, a OPAS não está obrigada legalmente a reservar recursos antecipadamente para o plano. Atualmente, o GOC tem como intenção acumular recursos para que, com o passar do tempo, consiga financiar integralmente o passivo contábil. Em 2019, o Comitê discutiu a situação do financiamento do passivo do ASHI e tomou decisões no sentido de aumentar as contribuições para o Fundo — elevando as taxas de contribuição da Organização e dos participantes em 2% anualmente a partir de 2020, com o excedente de cada ano retido no patrimônio do Fundo — e conter ou reduzir os custos e o passivo com medidas como:
- No caso dos participantes residentes nos Estados Unidos da América, reduzir o reembolso dos tratamentos fora da rede recebidos nos Estados Unidos para um máximo de 70% de suas despesas médicas reembolsáveis, e considerar apenas o reembolso de 70% para o cálculo do benefício complementar (limite catastrófico);
 - No caso dos participantes que residem nos Estados Unidos da América, exigir a inscrição no Medicare A e B para os membros nos Estados Unidos que tenham nascido após 1944 e preencham os requisitos. Os que não se inscreverem terão seus reembolsos reduzidos a partir de 1º de agosto de 2020 (como se estivessem inscritos no Medicare).
- 150(b) O SHI informa em seu relatório financeiro anual os ativos e passivos atribuíveis a cada uma das entidades participantes. Cada entidade é creditada pelas contribuições individuais de seus membros e suas contribuições institucionais, bem como pelos rendimentos de juros sobre o patrimônio acumulado, e cada entidade é debitada pelos respectivos custos administrativos e pedidos de reembolso de despesas. O excedente líquido é adicionado (ou deduzido, no caso de um déficit) aos ativos acumulados de cada entidade após o fechamento financeiro no encerramento de cada exercício. Esses ativos são comparados com a obrigação pelos benefícios definidos de cada entidade, calculada para fins das demonstrações financeiras, gerando um ativo ou passivo líquido. As entidades apresentam os valores líquidos do ativo ou passivo em suas respectivas demonstrações financeiras e são legalmente responsáveis apenas pela sua OBD.
- 150(c) A OPAS é responsável apenas por sua obrigação pelos benefícios definidos, não pelas de outras organizações. No caso de encerramento do plano ou saída da OPAS, a Organização retiraria seus ativos acumulados e permaneceria responsável por sua OBD em qualquer novo plano de seguro-saúde estabelecido para o pessoal da OPAS, tanto ativo como inativo, e para seus dependentes.

12.3 Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação

Estabelecido em abril de 1972, reflete o financiamento e o passivo da Organização referentes aos pagamentos no caso de rescisão do contrato de trabalho e abrange a licença anual, o auxílio por repatriação, a viagem de repatriação e a mudança dos móveis e pertences. As atividades da obrigação pelos benefícios definidos são obtidas por meio de um relatório atuarial anual elaborado por um atuário independente. O relatório atuarial deste ano contém as seguintes informações de divulgação obrigatória em conformidade com os parágrafos 141 e 149 da IPSAS 39, como segue:

- 141(a) (i) O Plano para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação (TAREP) oferece certos benefícios após o desligamento do serviço, como: pagamentos de férias acumuladas; benefícios por repatriação, invalidez e morte; e indenizações pelo desligamento do serviço;
- (ii) O TAREP não está sujeito a nenhum quadro regulatório externo. O financiamento global da OPAS é regido pelas contribuições de seus Estados Membros;
- (iii) Não foi estabelecido um comitê de governança formal para o TAREP. No entanto, a Direção da OPAS supervisiona as operações do TAREP em conformidade com as regras do pessoal;
- 141(b) Os principais riscos financeiros e econômicos enfrentados pelos planos são a variação das taxas de desconto e do retorno dos ativos;
- 141(d) A taxa de desconto é calculada com base nos rendimentos de mercado de títulos privados com classificação de crédito elevada na data da mensuração, bem como nos fluxos de caixa previstos na exposição cambial pressuposta;
- 149(a) A OPAS não está obrigada legalmente a reservar recursos antecipadamente para o plano. Atualmente, o TAREP tem um saldo de US\$ 12 142 000 em ativos. Além disso, a Organização tem um saldo de US\$ 8 947 545 no Fundo de Provisão para Pagamentos por Rescisão, que está disponível para cobrir as indenizações atuais e futuras por rescisão do contrato de trabalho. Atualmente a OPAS tem como intenção manter ativos para que, com o passar do tempo, consiga aproximar-se do financiamento integral do passivo contábil.

Em 31 de dezembro de 2019, a situação do passivo circulante e não circulante referente aos benefícios definidos segundo os cálculos dos consultores atuariais é a seguinte:

	Fundo do seguro saúde pós-serviço	Fundo para pagamentos por rescisão de contrato de trabalho e repatriação	Total 2019	Total 2018
Passivo circulante		3 368	3 368	2 759
Passivo não circulante	270 249	3 924	274 173	200 468
Total	270 249	7 292	277 541	203 227

- Ganhos e perdas (variações inesperadas no excedente ou déficit) são reconhecidos de imediato no balanço e não impactam gastos passados nem futuros;
- Não existe direito de reembolso;
- As contribuições previstas da Organização durante 2020 estão estimadas em US\$ 8 947 000 para o Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço e US\$ 3 414 826 para o Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação.

12.4 Avaliações atuariais dos benefícios pós-emprego e dos outros benefícios relacionados ao desligamento do serviço

Em 2019, as taxas de contribuição para esses dois fundos de longo prazo foram 5% do salário-base líquido mais o reajuste por lugar de destino, creditado no Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação, e 4% do salário-base, creditado no Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço.

12.5 Pressupostos e métodos atuariais

Entre os outros benefícios de longo prazo aos empregados figuram a viagem de licença ao país de origem, acumulada mensalmente. Os empregados que têm direito a esse benefício devem ganhá-lo e usá-lo a cada dois anos.

Pressuposto	Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço	Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação
Norma contábil	Norma Internacional de Contabilidade do Setor Público 39	
Data de medição	31 de dezembro de 2019	
Taxa de desconto	3,5%	2,8%
Inflação geral	2,2%	
Aumentos de custos médicos	Estados Unidos: 4,8% em 2020, recuando gradualmente até 3,85% em 2032 e anos posteriores. Resto do continente: 6% em 2019, recuando gradualmente até 3,85% em 2035 e anos posteriores.	Não se aplica
Alterações futuras na taxa de contribuição dos participantes	2,0% ao ano de 2020 até 2049 e 0,0% ao ano a partir de então.	Não se aplica
Expectativa de vida	As taxas de mortalidade baseiam-se nas da avaliação feita em 31 de dezembro de 2019 do Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas.	
Custos médicos médios	Os custos nos EUA e fora dos EUA foram projetados com base na experiência recente, ajustados pelas tendências de mercado e pelas medidas de contenção de custos do SHI.	Não se aplica

As tabelas a seguir fornecem mais informações e uma análise das obrigações relacionadas aos benefícios aos empregados calculadas pelos atuários.

12.6 Resumo atuarial do Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço e do Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação

Descrição	Fundo do seguro saúde pós-serviço	Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação	Total 2019	Total 2018
Conciliação das obrigações por benefícios definidos				
Obrigações por benefícios definidos (saldo inicial)	262 574	16 036	278 610	315 332
Custo do serviço	5 371	1 996	7 367	10 818
Juros sobre as obrigações por benefícios definidos	11 606	587	12 193	11 697
Pagamentos efetivos de benefícios brutos pós-serviço e reembolsos do Medicare	(14 562)	(1 468)	(16 030)	(10 967)
Gastos administrativos efetivos pós-serviço	(769)		(769)	(310)
Contribuições efetivas pelos participantes pós-serviço	2 661		2 661	1 983
Alterações no plano adotadas	(8 016)		(8 016)	(24 247)
Mudanças nos métodos contábeis				6 168
(Ganho)/perda nas obrigações por benefício definidos decorrente de mudanças nos pressupostos financeiros	44 994	1 327	46 321	(32 142)
(Ganho)/perda nas obrigações por benefício definidos decorrente de mudanças em outros pressupostos	34 806	956	35 762	278
Obrigações por benefícios definidos em 31 de dezembro de 2018	338 665	19 434	358 099	278 610
Conciliação dos ativos do plano				
Valor de mercado dos ativos do plano (saldo inicial)	63 782	11 600	75 382	76 723
Pagamentos efetivos de benefícios brutos e reembolsos do Medicare	(24 324)	(1 468)	(25 792)	(18 889)
Gastos administrativos do SHI	(1 334)		(1 334)	(590)
Contribuições pelos participantes do SHI	6 966		6 966	5 435
Contribuições da Organização, excl. contribuições de 4% do salário	13 929	1 468	15 397	13 054
Contribuições para aumentar os ativos	2 225		2 225	1 988
Juros sobre os ativos líquidos	2 840	464	3 304	2 859
Ganho/(perda) com os ativos do plano	4 333	78	4 411	(5 198)
Ativos do plano em 31 de dezembro de 2019	68 417	12 142	80 559	75 382
Conciliação da situação do financiamento				
Obrigações por benefícios definidos				
Ativos	138 543	19 434	157 977	95 579
Registrados, mas não pagos	8 553		8 553	
Inativos	191 571		191 571	183 031
Total das obrigações por benefícios definidos	338 667	19 434	358 101	278 610
Ativos do plano				
Ativos do plano brutos	68 417	12 142	80 559	75 382
Total dos ativos do plano	68 417	12 142	80 559	75 382
Circulante		3 368	3 368	2 759
Não circulante	270 249	3 924	274 173	200 468
Passivo (ativo) líquido reconhecido na demonstração da situação financeira	270 249	7 292	277 541	203 227
Gastos para 2019				
Custo do serviço	5 371	1 996	7 367	10 818
Custo dos juros	8 766	123	8 889	9 215
Alterações no plano adotadas	(8 016)		(8 016)	(24 247)
Total dos gastos reconhecidos na demonstração do desempenho financeiro	6 121	2 119	8 240	(4 214)
Contribuições previstas para 2019				
Contrib. pelo/para o pessoal ativo, excl. pedidos de reembolso e custos admin.	3 256		3 256	6 476
Contribuições da OMS para inativos	5 691	3 415	9 106	4 362
Total das contribuições previsto para 2018	8 947	3 415	12 362	10 838

Nota: Do total da atividade atuarial anual de US\$ 74 391 215 (2018: US\$ -32 994 454), US\$ -66 152 117 (2018: US\$ -28 780 975) são informados na demonstração das mutações do ativo líquido, e US\$ -8 239 098 (2018: US\$ -4 213 479) são informados na demonstração do desempenho financeiro.

Além dos ativos do plano mantidos no fundo fiduciários do TAREP, a Organização tem um saldo de US\$ 8 947 545 no Fundo de Provisão para Pagamentos por Rescisão, que está disponível para cobrir as indenizações atuais e futuras por rescisão do contrato de trabalho.

A obrigação por benefícios definidos do ASHI passou de US\$ 262 574 084 em 2018 para US\$ 338 666 414 em 2019, principalmente devido a um aumento de US\$ 44 994 440 atribuível à alteração da taxa de desconto de 4,5% para 3,5%, e a um aumento de US\$ 34 806 483 devido ao impacto do reflexo dos custos atualizados e dados do censo referentes à avaliação atual.

A obrigação por benefícios definidos do TAREP passou de US\$ 16 035 925 em 2018 para US\$ 19 433 953 em 2019 devido à alteração da taxa de desconto de 4% para 2,8%, e a um aumento no uso presumido das indenizações por rescisão do contrato de trabalho.

12.7 Análise de sensibilidade médica e análise de sensibilidade da taxa de desconto Seguro-saúde Pós-serviço*

Três dos principais pressupostos na avaliação do plano de seguro-saúde pós-serviço são: 1) a taxa à qual os custos médicos devem evoluir no futuro; 2) o rendimento dos ativos e 3) a taxa de desconto usada para determinar o valor atualizado dos benefícios a serem pagos com recursos do plano no futuro. Uma vez que a taxa de inflação dos custos médicos e a taxa de desconto têm um impacto muito significativo sobre a determinação da avaliação de longo prazo da Organização, é útil fazer uma análise de sensibilidade dessas taxas. Essa análise identifica o impacto que a taxa de inflação dos custos médicos e as variáveis da taxa de desconto terão sobre a avaliação total. O estudo do atuário independente determinou o impacto do aumento ou redução dos pressupostos sobre a avaliação.

	Obrigação por benefícios definidos em 31 de dezembro de 2019	Obrigação por benefícios definidos em 31 de dezembro de 2018
Análise de sensibilidade médica		
Pressuposto da inflação atual dos custos médicos menos 1%	287 814	223 254
Pressuposto da inflação atual dos custos médicos	338 666	256 406
Pressuposto da inflação atual dos custos médicos mais 1%	404 490	297 781
Análise de sensibilidade da taxa de desconto		
Pressuposto da taxa de desconto atual menos 1%	406 326	301 003
Pressuposto da taxa de desconto atual	338 666	256 406
Pressuposto da taxa de desconto atual mais 1%	287 194	221 362

* As análises de sensibilidade mencionadas acima não abordam o Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação, pois os benefícios desse fundo são distribuídos no momento da aposentadoria ou pouco tempo depois.

12.8 Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas

A OPAS é uma organização membro que participa do Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas (“o Fundo”), estabelecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas para proporcionar aos empregados benefícios por aposentadoria, morte, invalidez e outros benefícios relacionados. O Fundo é um plano de benefícios definidos financiado e de múltiplos empregadores. Conforme especificado no Artigo 3(b) do Regulamento do Fundo, a participação no Fundo estará aberta às agências especializadas e a qualquer outro organismo intergovernamental internacional que participe do sistema comum de salários, abonos e outras condições de serviço das Nações Unidas e agências especializadas.

O Fundo expõe as organizações participantes a riscos atuariais associados aos atuais e antigos empregados de outros organismos que participam do Fundo, cuja consequência é a inexistência de uma base uniforme e confiável para alocar a obrigação, os ativos do plano e os custos a organismos individuais participantes do Fundo. A OPAS e o Fundo, em consonância com as demais organizações participantes do Fundo, não estão em condições de identificar a parcela proporcional da OPAS da obrigação pelos benefícios definidos, os ativos do plano e os custos associados ao plano com confiabilidade suficiente para fins contábeis. Assim, a OPAS tratou esse plano como se fosse um plano de contribuições definidas, de acordo com os requisitos da IPSAS 39, Benefícios aos Empregados. As contribuições da OPAS para o Fundo durante o período financeiro são reconhecidas como gastos na demonstração do desempenho financeiro.

O Estatuto do Fundo estabelece que o Comitê de Pensões providenciará que o consultor atuarial faça uma avaliação atuarial do Fundo pelo menos uma vez a cada três anos. A prática do Comitê de Pensões tem sido fazer uma avaliação atuarial a cada dois

anos usando o chamado método de agregação de um grupo aberto. O objetivo principal da avaliação atuarial é determinar se os ativos atuais e os ativos futuros estimados do Fundo serão suficientes para cobrir suas obrigações. A obrigação financeira da OPAS com respeito ao Fundo consiste na sua contribuição obrigatória, à taxa estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas (atualmente 7,9% para os participantes e 15,8% para as organizações membros) somada à parcela que lhe corresponda da totalidade do déficit atuarial que precise ser paga em conformidade com o Artigo 26 do Estatuto do Fundo de Aposentadoria. Esses pagamentos por deficiências atuariais só deverão ser efetuados caso a Assembleia Geral das Nações Unidas invoque o disposto no Artigo 26, após haver determinado que tais pagamentos são necessários com base em uma avaliação da suficiência atuarial do Fundo na data da avaliação. Para ajudar no financiamento desse déficit, cada organização membro contribuirá um montante proporcional ao total das contribuições que tenha pagado durante os três anos anteriores à data da avaliação.

A mais recente avaliação atuarial do Fundo foi concluída com referência a 31 de dezembro de 2017, e a avaliação referente a 31 de dezembro de 2019 está sendo feita atualmente. Os dados da participação em 31 de dezembro de 2017 foram transportados para 31 de dezembro de 2018 pelo Fundo para os fins de suas demonstrações financeiras de 2018.

A avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2017 resultou em uma razão de financiamento entre os ativos atuariais e as obrigações atuariais, supondo que não haverá reajustes das aposentadorias no futuro, de 139,2%. A razão de financiamento era de 102,7% quando foi levado em conta o sistema atual de reajustes das aposentadorias.

Após avaliar a suficiência atuarial do Fundo, o consultor atuarial chegou à conclusão de que não havia nenhuma necessidade, em 31 de dezembro de 2017, de pagamentos de déficits atuariais, em conformidade com o Artigo 26 do Estatuto do Fundo, uma vez que o valor atuarial dos ativos superava o valor atuarial de todas as obrigações acumuladas do plano. Além disso, o valor de mercado dos ativos também superava o valor atuarial de todas as obrigações acumuladas até a data da avaliação. À época em que foi preparado este relatório, a Assembleia Geral não havia invocado o disposto no Artigo 26.

Caso o Artigo 26 seja invocado devido a uma deficiência atuarial, seja durante a operação em andamento ou devido ao encerramento do Fundo, os pagamentos para financiar essa deficiência exigidos de cada organização membro se baseariam na proporção das contribuições da organização membro para o total das contribuições pagas ao Fundo durante os três anos anteriores à data de avaliação. As contribuições totais pagas ao Fundo durante os três anos anteriores (2016, 2017 e 2018) montaram a US\$ 23 550 073, US\$ 24 472 741 e US\$ 65 689 009, respectivamente, dos quais 67% couberam à OPAS.

Durante 2019, as contribuições pagas ao Fundo totalizaram US\$ 17 814 119 (2018: US\$ 17 120 012). A previsão é que as contribuições com vencimento em 2020 somem aproximadamente US\$ 18 705 000.

A participação no Fundo pode ser encerrada por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, mediante recomendação afirmativa do Comitê de Pensões. Uma parcela proporcional dos ativos totais do Fundo na data do encerramento será paga à antiga organização membro como benefício exclusivo de seu pessoal que participava no Fundo na referida data, nos termos de um acordo aceito mutuamente entre a organização e o Fundo. Esse montante é determinado pelo Comitê de Pensões do Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas com base numa avaliação atuarial dos ativos e passivos do Fundo na data do encerramento; nenhuma parte dos ativos que excedam as obrigações é incluída nesse montante.

O Conselho de Auditoria das Nações Unidas faz uma auditoria anual do Fundo e presta contas ao Comitê de Pensões e à Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a auditoria a cada ano. O Fundo publica relatórios trimestrais sobre seus investimentos, que podem ser consultados no site do Fundo, no endereço: www.unjspf.org.

13. Receitas diferidas

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante		
Contribuições voluntárias		
Contribuições voluntárias: Preparativos para situações de emergência e socorro em casos de desastre	8 277	10 996
Contribuições voluntárias	69 720	69 872
Contribuições voluntárias nacionais	111 182	96 788
Compras de provisões de saúde pública		
Fundo Rotativo para Compra de Vacinas	313 708	328 096
Fundo Rotativo Regional de Provisões Estratégicas para Saúde Pública	59 018	45 475
Compras reembolsáveis	925	4 305
Receita de serviços	492	638
Total	563 322	556 170
Não circulante		
Contribuições voluntárias		
Contribuições voluntárias	61 588	36 872
Contribuições voluntárias nacionais	99 761	113 629
Total	161 349	150 501

14. Saldos dos fundos e reservas

Os saldos dos fundos representam a porção não gasta das contribuições que serão utilizadas para suprir necessidades operacionais futuras dos programas ou projetos.

As reservas são estabelecidas pelos Órgãos Diretores como mecanismos para custear e/ou financiar os programas e projetos da Organização. Atualmente abrangem o seguinte:

- Fundo de Capital de Giro;
- Fundo de Equalização de Impostos;
- Fundo Mestre de Investimentos de Capital (FMIC);
- Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas;
- Contribuições voluntárias: Prontidão para emergências e assistência em caso de desastres;
- Fundo Especial para a Promoção da Saúde;
- Fundo do Excedente Orçamentário;
- Fundo de Emergência para Epidemias;
- Fundo do Plano Quinquenal sobre Inocuidade dos Alimentos;
- Fundo do Excedente da Implementação das IPSAS para Financiar o PMIS;
- Fundo do Excedente de Receita.

Resumo dos saldos dos fundos e reservas

	Saldo 31 de dezembro de 2018	Receita	Despesa	Transferências	Avaliação atuariais	Saldo 31 de dezembro de 2019
Saldos dos fundos:						
Provisões Estratégicas para Saúde Pública Capitalização	18 404	70 465	68 925			19 944
Seguro médico pós-serviço da OPAS	(198 792)		6 120		(65 337)	(270 249)
Contribuições voluntárias	36	45 683	45 682			37
Contribuições voluntárias - Contribuições voluntárias nacionais	1	57 827	72 215			(14 387)
Receita de serviços	6 857	2 563	2 848	(179) ^{2/}		6 393
Provisão para benefícios do pessoal	2 488		(1 382)			3 870
Fundo Rotativo para Compra de Vacinas	195 640	761 191	746 967			209 864
Compras reembolsáveis		2 041	2 041			
Contribuições fixas e receitas diversas da OPAS	92 000	121 149	104 643	(13 062) ^{3/}		95 444
Fundo para pagamentos por rescisão de contrato de trabalho e repatriação ^{1/}	4 077	542	132		(815)	3 672
Fundo do encargo de ocupação de postos	9 434		744			8 690
Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução	11 943	2 325	8 289	(5 326) ^{4/}		653
Orçamento Ordinário da AMRO		37 831	37 831			
Fundos voluntários da AMRO para a promoção da saúde		39 048	39 048			
Conta especial da AMRO para gastos com a prestação de serviços		7 517	7 517			
Subtotal	142 088	1 148 182	1 141 620	(18 567)	(66 152)	63 931
Reservas:						
Fundo de capital de giro	21 717			3 283 ^{5/}		25 000
Fundo de Equalização de Impostos	(5 571)	14 897	7 198			2 128
Fundo Mestre de Investimentos de Capital	23 714	1 190	2 111	2 600 ^{4/}		25 393
Fundo especial para apoio a programas	113 999	18 813	27 430	2 725 ^{4/}		108 107
Contribuições voluntárias: Preparativos para situações de emergência e socorro em casos de desastre	2 679	11 015	10 938			2 756
Fundo especial para promoção da saúde	783	19				802
Fundo do excedente orçamentário	132			2 455 ^{5/}		2 587
Fundo de emergência para epidemias	557		20			537
Fundo do plano quinquenal sobre inocuidade dos alimentos	1			(1) ^{3/}		
Fundo do excedente da implementação das IPSAS para financiar o Sistema de Informação para a Gestão da RSPA (PMIS)	2 102					2 102
Fundo do excedente de receita				7 505 ^{5/}		7 505
Subtotal	160 113	45 934	47 697	18 567		176 917
Total	302 201					240 848

^{1/} O saldo de 2019 deste fundo é composto por US\$ -7 291 915 do Plano para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação (ver a Nota 12.6); US\$ 8 947 545 da Provisão da OPAS para Pagamentos por Rescisão e US\$ 2 016 459 do Fundo Local para Pagamentos de Benefícios por Rescisão não Associados à ONU (LNTBF).

^{2/} Representa “transferências” de fundos inativos de receita de serviços para o fundo de contribuições fixas e receitas diversas, por exemplo: ganho de US\$ 139 do Fundo de Materiais de Auxílio Visual, ganho de US\$ 21 do Fundo Venezuela — Aluguel de Espaço para Escritórios para UNISIDA e ganho de US\$ 19 do Fundo de Receitas Diversas de Serviços.

^{3/} Representa líquido de “transferências de fundos”, como: um ganho de US\$ 179 de fundos inativos de receita de serviços ^(2/) e um ganho de US\$ 1 do Fundo do Plano Quinquenal sobre Inocuidade dos Alimentos e “transferências para fundos”, como: um ganho de US\$ 7 505 para o Fundo do Excedente de Receita, um ganho de US\$ 2 455 para o Fundo do Excedente Orçamentário e um ganho de US\$ 3 283 para o Fundo de Capital de Giro.

^{4/} Representa uma transferência do PALTEX devido ao fechamento do fundo: US\$ 2 725 para o Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas e US\$ 2 600 para o Fundo Mestre de Investimentos de Capital (FMIC), que contribuíram para a compra do prédio situado no número 2121 da Virginia Avenue, em Washington, D.C.

^{5/} Representa a transferência do ganho do biênio 2018-2019 do fundo de contribuições fixas e receitas diversas de acordo com o Regulamento Financeiro da OPAS ^(3/).

14.1 Fundo de Capital de Giro

Foi estabelecido com a finalidade principal de fornecer recursos, conforme necessário, para financiar o Programa e Orçamento enquanto se recebem as contribuições pendentes de pagamento dos Estados Membros, Estados Participantes e Membros Associados.

O 53º Conselho Diretor, por meio da resolução CD53.R10, datada de 2 de outubro de 2014, aprovou um aumento do nível autorizado de US\$ 20 000 000 para US\$ 25 000 000.

Em conformidade com o parágrafo 4.5 do Regulamento Financeiro, todo déficit de receitas em relação aos gastos da apropriação do Programa e Orçamento no encerramento do período orçamentário corrente será financiado primeiro pelo Fundo de Capital de Giro na medida do possível e, em seguida, por meio de empréstimo ou outro meio autorizado. As rubricas não orçamentárias, como depreciação, amortização e contribuições em espécie, não fazem parte do Programa e Orçamento e, portanto, estão excluídas da receita e da despesa para calcular o excedente ou déficit de apropriação do Programa e Orçamento.

	Total em 31 de dezembro de 2018	Total em 31 de dezembro de 2019	Total em 31 de dezembro Biênio 2018-2019	Total em 31 de dezembro Biênio 2016-2017
Saldo em 1o de janeiro - Biênio	21 717		21 717	20 745
2016 Excedente/(Déficit)				11 263
2017 Excedente/(Déficit)				(7 359)
2018 Excedente/(Déficit)	(830)		(830)	
2019 Excedente/(Déficit)		16 506	16 506	
Excedente/(Déficit)	(830)	16 506	15 676	3 904
2016 Rubricas não orçamentárias *				2 364
2017 Rubricas não orçamentárias *				365
2018 Rubricas não orçamentárias *	2 343		2 343	
2019 Rubricas não orçamentárias *		(4 956)	(4 956)	
Rubricas não orçamentárias *	2 343	(4 956)	(2 613)	2 729
2017 Transferência para o Fundo do excedente de receita				(5 661)
2019 Transfênciã decorrente do fechamento de fundos ^{1/}		180	180	
2019 Transferência para o Fundo do Excedente de Receita		(7 505)	(7 505)	
2019 Transferência para o Fundo do Excedente Orçamentário		(2 455)	(2 455)	
Total de Transferências		(9 780)	(9 780)	(5 661)
Apropriação orçamentária ordinária Excedente/(Déficit)	1 513	1 770	3 283	972
Saldo em 31 de dezembro ^{2/}			25 000	21 717

* Entre as rubricas não orçamentárias figuram a depreciação, a amortização e as contribuições em espécie.

^{1/} Abrange o Fundo de Vendas e Serviços Diversos, o Fundo de Materiais de Auxílio Visual, o Fundo Venezuela — Aluguel de Espaço para Escritórios para UNISIDA e o Fundo do Plano Quinquenal sobre Inocuidade dos Alimentos.

^{2/} No biênio 2018-2019 o saldo total de caixa do Fundo de Capital de Giro foi usado para financiar a execução do Programa e Orçamento, bem como um adicional de US\$ 61,4 milhões em outros recursos irrestritos, em função da dependência do recebimento das contribuições fixas, cujo saldo a receber pendente em 31 de dezembro de 2019 era de US\$ 88,9 milhões.

14.2 Fundo de Equalização de Impostos

Foi criado em 1968, conforme estabelece a resolução CD18.R7 do 18º Conselho Diretor, e nele são creditadas as receitas derivadas do plano de contribuições do pessoal. Os créditos nesse Fundo são registrados em nome de cada Estado Membro na proporção da sua contribuição fixa referente ao exercício financeiro em questão e são reduzidos pelo montante necessário para reembolsar os impostos de renda que cada Estado Membro cobra dos funcionários da Organização. São feitos ajustes no exercício financeiro seguinte para levar em consideração os encargos efetivos relacionados aos montantes reembolsados aos funcionários que estejam sujeitos ao pagamento de impostos nacionais.

Os Estados Membros que participam do Fundo de Equalização de Impostos tinham os seguintes saldos no encerramento do período de apresentação de informações financeiras.

Membro Estados	Saldo 1o de janeiro de 2019	Créditos do Fundo de Equalização Tributária	Distribuição aos Estados Membros	Disponível para cobrir os reembolsos de impostos ao pessoal	Impostos reembolsados ao pessoal	Saldo 31 de dezembro de 2019
Canadá	22	801	761	40	42	20
Colômbia	16	134	134			16
Estados Unidos	(5 595)	4 857	(9 965)	14 822	7 155	2 072
Venezuela	(14)	158	123	35	1	20
Outros		2 220	2 220			
Total	(5 571)	8 170	(6 727)	14 897	7 198	2 128

Não há nenhuma conta a receber pendente para o Fundo de Equalização de Impostos porque as obrigações para o reembolso dos impostos de renda são incluídas nas contas a receber correspondentes às contribuições fixas devidas pelos respectivos Estados Membros.

14.3 Fundo Mestre de Investimentos de Capital (FMIC)

Foi estabelecido por meio da resolução CSP27.R19 da 27ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 59ª sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, em outubro de 2007. Desde 1º de janeiro de 2008, o fundo é composto por dois fundos subsidiários, Bens Imóveis e Equipamento, e Tecnologia da Informação, em lugar do Fundo para Bens Imóveis e o Fundo de Bens de Capital. A finalidade do Fundo é financiar a manutenção e reparos dos prédios de escritório da Organização e a substituição sistemática dos equipamentos de computação e telecomunicação, software e sistemas de apoio à infraestrutura de tecnologia da informação da Organização.

Em 2012, nos termos da resolução CSP28.R17 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, autorizou-se o estabelecimento de mais três fundos subsidiários: o Fundo Subsidiário de Manutenção e Melhoria de Bens Imóveis, o Fundo Subsidiário Rotativo e Estratégico de Bens Imóveis e o Fundo Subsidiário para a Substituição de Veículos.

14.4 Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas

Foi estabelecido em 1976 pelo Diretor, no exercício da autoridade nele investida pelo parágrafo 9.3 (originalmente 6.7) do Regulamento Financeiro, e posteriormente ratificado pela resolução CSP20.R32 da 20ª Conferência Sanitária Pan-Americana (1978).

Aos projetos do fundo de reserva é lançado um gasto de apoio a programas com base em uma porcentagem dos gastos diretos do projeto, e essa renda é creditada no Fundo. Além disso, o Fundo apoia outras atividades como a venda de publicações, a

concessão de bolsas de estudos e outros. O Fundo é usado para prestar apoio aos custos indiretos associados com atividades ou projetos que não estão no orçamento. Às compras reembolsáveis, é lançado um encargo por serviços com base no valor das compras, e essa renda também é creditada no Fundo.

14.5 Fundo especial para socorro em casos de desastres naturais

De acordo com a Resolução CD24.R10 do 24º Conselho Diretor (1976), foi criado para fornecer recursos que possam ser usados com rapidez pela equipe de Prontidão para Emergências e Assistência em Caso de Desastres da Organização.

14.6 Fundo Especial para a Promoção da Saúde

Na sua 13ª reunião, em 1961, o Conselho Diretor estabeleceu o Fundo Especial para a Promoção da Saúde, com o objetivo de fortalecer o programa de saúde da Região das Américas.

14.7 Fundo de Emergência para Epidemias

Foi estabelecido por meio da resolução CSP28.R16 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. É usado como um fundo rotativo para adiantar recursos aos países afetados no caso de um surto de epidemia ou emergência de saúde pública. Os adiantamentos seriam recuperados com apelos e outras formas de contribuição voluntária recebidas em resposta à emergência.

14.8 Fundo do Plano Quinquenal sobre Inocuidade dos Alimentos

Foi estabelecido pela resolução CSP28.R16 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. Este fundo apoia iniciativas de inocuidade dos alimentos.

14.9 Fundo do Sistema de Informação para a Gestão da Repartição Sanitária Pan-Americana (PMIS)

Foi estabelecido por meio da resolução CSP28.R16 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. O fundo do PMIS foi criado visando a implementação de um software de planejamento de recursos empresariais (ERP) na Organização.

14.10 Excedente Orçamentário

O Regulamento Financeiro, aprovado por meio da resolução CD49.R1 do 49º Conselho Diretor, 61ª sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, estipula que “o saldo da apropriação do orçamento ordinário não comprometido ao fim do período orçamentário corrente será usado para repor o Fundo de Capital de Giro a seu nível autorizado, sendo que qualquer saldo restante estará disponível para uso subsequente em conformidade com as resoluções aprovadas pela Conferência ou Conselho Diretor”.

14.11 Excedente de Receita

O Regulamento Financeiro aprovado por meio da resolução CD49.R1 do 49º Conselho Diretor, 61ª sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, estipula que “o excedente de receitas sobre a apropriação do orçamento ordinário ao fim de um período orçamentário será considerada excedente de receita e estará disponível para uso nos períodos subsequentes para cobrir a porção não financiada do Plano Estratégico, conforme determine o Diretor e com o consentimento do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração”.

15. Receita

	Receita 2019	Receita 2018
Receita de transações sem contrapartida		
Contribuições fixas		
Orçamento Ordinário da OPAS	97 150	97 150
Fundo de Equalização de Impostos	14 897	6 075
Subtotal	112 047	103 225
Contribuições voluntárias		
Contribuições voluntárias	45 683	46 192
Contribuições voluntárias - Contribuições voluntárias nacionais ^{1/}	57 828	439 396
Contribuições voluntárias - Preparativos para situações de emergência e socorro em casos de desastre	11 015	5 915
Fundo especial para apoio a programas	8 256	26 776
Subtotal	122 782	518 279
Outras receitas		
Orçamento Ordinário da OPAS/AMRO	37 831	42 560
Fundos voluntários da OPAS/AMRO para promoção da saúde	39 048	21 186
Conta especial da AMRO para gastos com a prestação de serviços	7 517	5 569
Subtotal	84 396	69 315
Receita de transações com contrapartida		
Compras de provisões de saúde pública		
Fundo Rotativo para Compra de Vacinas	767 162	605 326
Compras reembolsáveis em nome dos Estados Membros	2 041	4 655
Fundo Rotativo Regional de Provisões Estratégicas para Saúde Pública	70 825	68 280
Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas	9 901	8 008
Subtotal	849 929	686 269
Outras receitas		
Orçamento Ordinário da OPAS	1	39
Receita de serviços	2 563	3 141
Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução	2 289	2 495
Promoção da saúde	19	17
Fundo Mestre de Investimentos de Capital	1 190	1 190
Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas	418	1 272
Subtotal	6 480	8 154
Receitas diversas		
Orçamento Ordinário da OPAS		
Juros auferidos	21 080	18 389
Ganhos e perdas decorrentes de avaliação	3 267	(8 919)
Taxas de administração de investimentos	(653)	(445)
Outras receitas diversas	304	447
Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas	238	(1 521)
Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução	36	54
Provisão para benefícios por término do contrato de trabalho e repatriação	542	188
Contribuições voluntárias - Contribuições voluntárias nacionais	(1)	
Diminuição/(Aumento) da provisão para dívidas de cobrança duvidosa	(6 331)	
Subtotal	18 482	8 193
RECEITA TOTAL	1 194 116	1 393 435

^{1/} As Contribuições Voluntárias Nacionais de 2018 abrangiam US\$ 364 850 591 relacionados com o programa Mais Médicos reduzido.

16. Despesa

	Despesa 2019	Despesa 2018
Pessoal e outros gastos de pessoal		
Pessoal internacional e nacional	134 268	114 526
Funcionários temporários	9 239	8 900
Subtotal	143 507	123 426
Provisões, produtos primários, materiais		
Vacinas/seringas/cadeia de refrigeração	746 967	590 652
Medicamentos e provisões médicas	70 965	71 116
Outros produtos e provisões	33 837	30 885
Subtotal	851 769	692 653
Equipamentos, veículos, móveis, ativo intangível, depreciação e amortização		
Equipamento, veículos, móveis		(513)
Depreciação/a mortização	1 990	1 962
Subtotal	1 990	1 449
Serviços contratuais		
Contratos	99 487	112 459
Subtotal	99 487	112 459
Viagens		
Viagens a trabalho	34 767	49 055
Subtotal	34 767	49 055
Transferências e subvenções a contrapartes		
Cartas de acordo ²	20 077	365 813
Subtotal	20 077	365 813
Gastos operacionais gerais¹		
Manutenção, segurança e seguro	23 333	23 940
Aumento da provisão para dívidas de cobrança duvidosa	14 387	
Subtotal	37 720	23 940
DESPESA	1 189 317	1 368 795

^{1/} Abrange pagamentos de contratos de aluguel no montante de US\$ 3 487 377 (2018: US\$ 3 469 650).

^{2/} Em 2018, as cartas de acordo abrangeram US\$ 348 250 083 relacionados com o programa Mais Médicos reduzido.

17. Comparação dos montantes orçados e efetivos

Em conformidade a IPSAS 24, as variações entre os montantes orçados e efetivos precisam ser conciliadas. Devem ser fornecidas explicações de acordo com as seguintes categorias:

Diferenças de regime: Ocorrem quando o orçamento e as demonstrações financeiras são preparados por regimes diferentes (ou seja, o orçamento preparado pelo regime de caixa e as demonstrações financeiras, pelo regime de competência). No caso da OPAS, embora o orçamento seja preparado pelo regime de competência, alguns gastos não são incluídos: (depreciação, amortização e o custo dos bens vendidos).

Diferenças temporais: Ocorrem quando o período do orçamento difere do período refletido nas demonstrações financeiras. O orçamento da OPAS é preparado em uma base bienal, embora suas demonstrações financeiras sejam preparadas anualmente.

Diferenças de apresentação: Decorrem dos esquemas de formatação e classificação usados na apresentação do fluxo de caixa e na comparação dos montantes orçados e efetivos (por exemplo, atividades de investimento e financiamento mostradas na demonstração dos fluxos de caixa, mas não orçadas).

As diferenças de entidade abrangem gastos efetivos para programas não refletidos no orçamento. Esses programas são classificados como “fora do Programa e Orçamento”. Entre os programas que se enquadram nessa classificação destacam-se: as contribuições voluntárias nacionais, o Fundo Rotativo para Compra de Vacinas, o Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço da OPAS, o Fundo do Encargo de Ocupação de Postos e o Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução.

17.1 Conciliação entre as atividades do fluxo de caixa e os gastos efetivos informados na demonstração da comparação dos montantes orçados e efetivos

Apresenta-se a seguir a conciliação entre os montantes efetivos apresentados na demonstração da comparação dos montantes orçados e efetivos e os montantes efetivos registrados na demonstração dos fluxos de caixa referentes ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2019:

Atividade	Investimentos e financiamento		Total
	Operações		
Montantes efetivos sobre uma base comparável da demonstração de montantes orçados e efetivos)	(284 612)		(284 612)
Diferenças de critério	(1 990)		(1 990)
Diferenças de tempo			
Diferenças de apresentação		(10 670)	(10 670)
Diferenças de entidade	486 198		486 198
TOTAL	199 596	(10 670)	188 926

17.2 Conciliação entre os gastos totais (líquidos) apresentados na demonstração do desempenho financeiro e os gastos informados na comparação entre os montantes orçados e efetivos (Programa e Orçamento)

Atividade	Total
Montantes efetivos sobre uma base comparável da demonstração de montantes orçados e efetivos)	(284 612)
Diferenças de critério	(1 990)
Diferenças de tempo	
Diferenças de apresentação	
Diferenças de entidade	1 461 532
TOTAL	1 174 930

17.3 Gastos vs. financiamento de 2019

Categoria/área programática	Recursos orçados em 31 de dezembro 2019	Gastos efetivos 2018	Gastos efetivos 2019	Total de gastos do biênio	% dos gastos vs. recursos orçados
1. Communicable Diseases	107 036	49 878	54 288	104 166	97%
2. Non-communicable Diseases and Risk Factors	41 864	21 199	20 310	41 509	99%
3. Determinants of Health and Promoting Health throughout the Life Course	53 609	26 891	26 600	53 491	100%
4. Sistemas de saúde	91 446	43 983	46 925	90 908	99%
5. Emergências de saúde	41 546	19 983	20 703	40 686	98%
6. Liderança, governança e funções facilitadoras	170 033	78 911	85 515	164 426	97%
Total dos programas de base (categorias 1 a 6)	505 534	240 845	254 341	495 186	98%
Programas especiais e resposta a emergências	50 927	20 703	30 271	50 974	100%
TOTAL	556 461	261 548	284 612	546 160	98%

Esta nota serve como complemento das informações padronizadas apresentadas na comparação dos montantes orçados e efetivos. Dado que o orçamento aprovado da OPAS geralmente não é totalmente financiado, é útil comparar os gastos e montantes acumulados com o financiamento (“recursos orçados”), mostrados na tabela acima, bem como com o orçamento aprovado (volumes de recursos ou tetos) mostrado na comparação dos montantes orçados e efetivos. Além dos montantes orçados mostrados na tabela, na data do relatório havia US\$ 77,3 milhões disponíveis para orçamento, a maior parte dos quais serão transitados para o biênio seguinte (US\$ 71,5 milhões).

18. Informação financeira por segmentos

18.1 Demonstração da situação financeira por segmentos

	Total do segmento de atividades básicas	Total do segmento de atividades em parceria	Total do segmento de atividades comerciais	Total do segmento de atividades especiais	Segmento entre partes	Total 2019	Total 2018
ATIVO							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	188 926					188 926	193 712
Investimentos de curto prazo	247 034					247 034	288 320
Devido de outros segmentos *		206 898	645 355	49 035	(901 288)		
Contas a receber	94 760	79 558	72 106	3 893		250 317	201 688
Estoques			1 763			1 763	7 824
Total do ativo circulante	530 720	286 456	719 224	52 928	(901 288)	688 040	691 544
Ativo não circulante							
Investimentos de longo prazo	421 548					421 548	379 245
Contas a receber		85 519		1 250		86 769	79 608
Ativo fixo líquido	101 545			7 650		109 195	106 143
Ativo intangível			496			496	695
Total do ativo não circulante	523 093	85 519	496	8 900		618 008	565 691
TOTAL DO ATIVO	1 053 813	371 975	719 720	61 828	(901 288)	1 306 048	1 257 235
PASSIVO							
Passivo circulante							
Obrigações acumuladas	2 445	16 254	568	7 712		26 979	25 398
Devido a outros segmentos *	901 288				(901 288)		
Contas a pagar	11 748	1 862	49	167		13 826	11 942
Benefícios aos empregados				3 368		3 368	2 759
Receitas diferidas		189 180	374 142			563 322	556 170
Provisão de curto prazo		14 387				14 387	
Total do passivo circulante	915 481	221 683	374 759	11 247	(901 288)	621 882	596 269
Passivo não circulante							
Contas a pagar	7 796					7 796	7 796
Benefícios aos empregados				274 173		274 173	200 468
Receitas diferidas		161 349				161 349	150 501
Total do passivo não circulante	7 796	161 349		274 173		443 318	358 765
TOTAL DO PASSIVO	923 277	383 032	374 759	285 420	(901 288)	1 065 200	955 034
ATIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Saldos dos fundos e reservas							
Saldos dos fundos	95 444	(14 350)	236 854	(254 017)		63 931	142 088
Reservas	35 092	3 293	108 107	30 425		176 917	160 113
SALDOS DOS FUNDOS E RESERVAS LÍQUIDOS	130 536	(11 057)	344 961	(223 592)		240 848	302 201

* Os montantes devidos de outros segmentos ou devidos a outros segmentos decorrem do fato de a OPAS manter um caixa compartilhado em nome de outros segmentos. Esses montantes não podem ser alocados diretamente a um segmento de caixa e serão eliminados na consolidação.

18.2 Demonstração do desempenho financeiro por segmentos

	Total do segmento de atividades básicas	Total do segmento de atividades em parceria	Total do segmento de atividades comerciais	Total do segmento de atividades especiais	Segmento entre partes	Total 2019	Total 2018
RECEITA							
Receita de transações sem contrapartida							
Contribuições fixas	97 150			14 897		112 047	103 225
Contribuições voluntárias		122 782	8 256		(8 256)	122 782	518 279
Outras receitas	37 831	39 048	7 517			84 396	69 315
Receita de transações com contrapartida							
Compras de provisões de saúde pública			859 830		(9 901)	849 929	686 269
Outras receitas	1		6 865	26 731	(27 117)	6 480	8 154
Receitas diversas	23 998	(1)	(6 057)	542		18 482	8 193
RECEITA TOTAL	158 980	161 829	876 411	42 170	(45 274)	1 194 116	1 393 435
DESPESA							
Pessoal e outros gastos de pessoal	98 753	21 632	17 571	30 474	(24 923)	143 507	123 426
Provisões, produtos primários, materiais	2 090	21 148	837 945	1 362	(10 776)	851 769	692 653
Equipamentos, veículos, móveis, ativo intangível, depreciação e amortização	1 344		198	448		1 990	1 449
Serviços contratuais	20 781	63 357	10 571	5 294	(516)	99 487	112 459
Viagens	8 051	23 733	2 987	199	(203)	34 767	49 055
Transferências e subvenções a contraparte	2 618	16 799	660			20 077	365 813
Gastos operacionais gerais	8 838	21 234	5 581	2 667	(600)	37 720	23 940
Gastos de apoio indiretos		8 256			(8 256)		
DESPESA TOTAL	142 475	176 159	875 513	40 444	(45 274)	1 189 317	1 368 795
EXCEDENTE LÍQUIDO/(DÉFICIT)	16 505	(14 330)	898	1 726		4 799	24 640

19. Perdas, pagamentos *ex gratia* e baixa contábil

Em 2019, a Organização registrou os seguintes lançamentos contábeis:

- O montante de US\$ 76 582 foi registrado como baixa contábil das contas a receber do programa PALTEX (2018: US\$ 51 452);
- O montante de US\$ 42 100 foi registrado como baixa contábil das contas a receber do programa PROMESS (2018: US\$ 0);
- Nenhuma baixa contábil foi registrada para cartas de acordo (2018: US\$ 36 407);
- O montante de US\$ 714 foi registrado como baixas contábeis de pequenos montantes (2018: US\$ 26);
- Foram registrados US\$ 25 000 pelo saldo usado da máquina de franquear na sede;
- Nenhum pagamento *ex gratia* foi registrado (2018: US\$ 444).

20. Casos de fraude e presunção de fraude

Em 2019, foi notificado um total de 32 casos de fraude, roubo e perda de propriedade, avaliado em US\$ 79 049. A OPAS recuperou US\$ 13 182 desse montante, restando uma perda líquida total para a Organização de US\$ 65 866.

O programa PALTEX teve um caso envolvendo a perda ou roubo de livros de texto perfazendo um total de US\$ 15 694. A OPAS abriu mão de sua indenização, pois a perda ocorreu em meio a distúrbios políticos no país em que estava localizado o ponto de venda. Assim, a Organização sofreu uma perda líquida de US\$ 15 694 relacionada ao programa PALTEX em 2019.

Houve 22 casos envolvendo a perda ou roubo de propriedade da OPAS do pessoal da OPAS nas representações nos países e na sede. O prejuízo total líquido para a Organização por esses bens perdidos ou roubados foi de US\$ 4 697.

Sete casos envolveram supostas fraudes ocupacionais que resultaram em investigações pelo Escritório de Investigações. O montante da perda líquida para a Organização foi de US\$ 45 474.

Por último, houve dois casos em que pessoas alheias à Organização usaram indevidamente cartões de crédito ou de compra da OPAS. Nesses casos, as operações fraudulentas, perfazendo um total de US\$ 412, foram estornadas pelas instituições financeiras pertinentes.

21. Entidades relacionadas e outras informações reveladas por pessoal da Direção

Conforme indicado na Nota 1, a Organização serve como Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. O relacionamento entre ambas as organizações está detalhado no Acordo entre a Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde, devidamente assinado em 24 de maio de 1949. Esse acordo prevê a alocação de recursos do orçamento da OMS para execução pela OPAS. A gestão financeira do financiamento recebido da OMS pela Organização é regida pelo Artigo IV, “Financiamento do Programa e Orçamento” do Regulamento Financeiro da OPAS.

O Acordo entre a Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde e o Regulamento Financeiro da OPAS podem ser encontrados nos Documentos Básicos da Organização Pan-Americana da Saúde no seguinte endereço: <https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2017/basic-documents-paho-2017.pdf>.

Os detalhes das transações com a OMS estão apresentados na Nota 14, Orçamento Ordinário da AMRO, Fundos Voluntários da AMRO para a Promoção da Saúde e Conta Especial da AMRO para Gastos com a Prestação de Serviços.

Os principais funcionários da Direção são o Diretor, o Diretor Adjunto, o Subdiretor e o Diretor de Administração, pois têm a autoridade e a responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Organização.

A remuneração global paga aos principais funcionários da Direção, conforme estabelecido pela Comissão do Serviço Público Internacional das Nações Unidas (ICSC), abrange: os salários brutos, o reajuste por lugar de destino, os benefícios como a gratificação para gastos de representação e outros subsídios, o subsídio de aluguel, os custos da remessa de pertences, o reembolso dos pagamentos de imposto de renda e as contribuições para os planos de pensão do empregador e seguro-saúde.

Essas remunerações são fornecidas em conformidade com as normas estabelecidas pela ISCS e se aplicam a todo o pessoal das Nações Unidas.

Os principais funcionários da Direção também reúnem os requisitos para receber benefícios pós-serviço no mesmo nível que os demais empregados. Não é possível quantificar esses benefícios de maneira confiável.

Os principais funcionários da Direção são participantes regulares do Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas.

21.1 Principais funcionários da Direção

Em 31 de dezembro de 2019, o número de funcionários principais da Direção totalizava quatro (2018: quatro).

Funcionários-chave da Direção	2019	2018
Remuneração e ajuste por lugar de destino	795	842
Benefícios	271	487
Plano de pensão e seguro-saúde	267	289
Remuneração total	1 333	1 618

22. Eventos ocorridos após a data de apresentação

A Organização deve apresentar seu relatório no dia 31 de dezembro de cada ano. Na data da assinatura destas contas pelo Auditor Externo, nenhum evento relevante, favorável ou desfavorável, ocorreu entre a data da demonstração da situação financeira e a data em que foi autorizada a publicação das demonstrações financeiras que teria impactado estas demonstrações.

Em 30 de janeiro de 2020, o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde declarou que o surto do coronavírus e da COVID-19 era uma emergência de saúde pública de importância internacional. Esse é um evento que não dá lugar a ajustes para os fins das demonstrações financeiras de 2019. Entretanto, dados os efeitos globais dessa pandemia, pode haver impactos significativos sobre as operações da Organização em 2020, cujo alcance não é possível estimar de maneira confiável neste momento. A OPAS continua a monitorar de perto os impactos sobre suas operações. A Organização conseguiu adotar o teletrabalho em toda a região, embora algumas atividades que exigem reuniões presenciais tenham sido impactadas. Apesar da pressão observada em muitas áreas, a entrega de provisões vem sendo assegurada. A pandemia também pode ter impactos importantes sobre as economias e sociedades dos Estados Membros. Para mitigar o impacto dos atrasos nos pagamentos das contribuições fixas e para assegurar a continuidade das operações, a OPAS aumentou a proporção de investimentos líquidos ou contas bancárias remuneradas e revê com frequência todas as carteiras de investimento. Em 30 de julho de 2020, a Organização havia recebido US\$ 66 228 409 em contribuições fixas do ano anterior e US\$ 33 729 375 em contribuições fixas de 2020.

23. Provisões

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização reconheceu uma provisão de US\$ 14 386 948 (2018: zero). Essa provisão reflete perdas em potencial contra receitas reconhecidas em períodos anteriores. O momento em que pode ocorrer uma possível saída de recursos é incerto. A Organização continuará a buscar o resultado mais vantajoso.

24. Passivo contingente

No curso normal de suas operações, a OPAS enfrenta processos que se encontram em vários estágios de ação. Tendo feito uma revisão, não consideramos que esses processos judiciais tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras, dado o equilíbrio das probabilidades. Não é possível quantificar os custos em potencial da defesa contra essas ações, mas não os consideramos significativos nem de estimação confiável.

25 Contribuições em espécie

Os governos sede e parceiros de cooperação no âmbito nacional fornecem diferentes contribuições em espécie, usadas pelas representações da Organização nos países para suas operações gerais e diárias. Essas contribuições não são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Organização devido à complexidade de padronizar um valor justo em todas as representações da Organização nos países. As contribuições em espécie recebidas pela Organização abrangem pessoal, espaços de escritório, serviços de escritório e o uso de equipamento de escritório.

Serviços recebidos como contribuições em espécie				
Representação ou Centro	Pessoal	Espaços de escritório	Serviços de escritório	Equipamento de escritório
Bahamas	X	X	X	
Barbados	X	X	X	
Belize	X		X	
Bolivia	X			
Chile	X	X		
Costa Rica	X	X	X	
Cuba	X			
El Salvador	X			
Equador	X			
Guatemala	X			
Guiana	X	X	X	
Honduras	X			
Jamaica	X		X	
Nicarágua	X	X	X	
Panamá	X	X	X	
Paraguai	X			
República Dominicana	X	X		
Suriname	X	X	X	
Trinidad e Tabago	X	X	X	
Uruguai	X		X	
PANAFTOSA	X	X	X	X
CLAP	X			

Relatório do Auditor Externo



National Audit Office

Página 66

AGOSTO DE 2020

Organização Pan-Americana da Saúde

Relatório do Auditor Externo sobre as Demonstrações Financeiras da OPAS de 2019

O objetivo da auditoria é fornecer garantia independente aos Estados Membros; agregar valor à gestão e governança financeiras da OPAS e apoiar seus objetivos por meio do processo de auditoria externa.

O Controlador e Auditor Geral é o chefe do Escritório Nacional de Auditoria (NAO, na sigla em inglês), a Entidade Fiscalizadora Superior do Reino Unido. O Controlador e o Auditor Geral e o NAO são independentes do Governo do Reino Unido e asseguram o gasto apropriado e eficiente dos recursos públicos e a prestação de contas ao Parlamento do Reino Unido. O NAO presta serviços de auditoria externa a vários organismos internacionais, trabalhando de forma independente de sua função de Entidade Fiscalizadora Superior do Reino Unido.

Sumário

Resumo analítico	69
Principais observações	70
Parte 1	75
Gestão financeira	75
Uso estratégico dos recursos	83
Governança e controle interno	84
Parte 2	90
Gestão de recursos humanos	90
Parte 3	102
Recomendações do ano anterior	102
Agradecimentos	103
Apêndice 1 Recomendações do ano anterior	104

Resumo analítico

Antecedentes

1 A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) é a agência internacional especializada em saúde para as Américas. Trabalha com os países de toda a região das Américas para melhorar e proteger a saúde das pessoas. A OPAS mantém atividades de cooperação técnica com seus Estados Membros para combater as doenças transmissíveis e não transmissíveis e suas causas, fortalecer os sistemas de saúde e responder a emergências e desastres. Está empenhada em assegurar que todas as pessoas tenham acesso à atenção à saúde de que necessitam, sempre que necessitem, com qualidade e sem medo de empobrecerem por isso. Por meio de seu trabalho, a OPAS promove e apoia o direito de todos à boa saúde.

2 Para alcançar esses objetivos, a OPAS promove a cooperação técnica entre os países e trabalha em parceria com os ministérios da saúde e outros órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, outros organismos internacionais, universidades, órgãos de seguridade social, grupos comunitários e outros parceiros. A OPAS promove a inclusão da saúde em todas as políticas públicas e o envolvimento de todos os setores nos esforços para assegurar que as pessoas tenham uma vida mais longa e saudável, com a boa saúde como seu bem mais valioso.

3 Além de nosso parecer sobre as demonstrações financeiras da OPAS, este relatório apresenta as principais constatações e recomendações decorrentes de nosso trabalho, passando por nossas observações sobre a gestão e a governança financeiras. Considerou-se importante cobrir essas áreas no primeiro ano de nosso mandato de auditoria e, nas circunstâncias atuais, acreditamos que elas continuam a ser pertinentes. Também acompanhamos o progresso na implementação de nossas recomendações anteriores.

4 Nossas constatações foram discutidas com a Direção, e os resultados de nossa auditoria foram comunicados ao Comitê de Auditoria por correspondência após concluirmos nosso trabalho.

Principais observações

Parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras

5 Nossa auditoria abrangeu o exame das demonstrações financeiras de 2019 e as respectivas transações e eventos do referido ano. Foi feita de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e o Regulamento Financeiro. Apresentamos um parecer de auditoria sem ressalvas e sem modificações sobre as demonstrações financeiras. Observamos áreas em que os controles poderiam ser reforçados e fizemos recomendações para melhorar o conteúdo do relatório financeiro e das demonstrações financeiras.

6 Nas circunstâncias da pandemia de COVID-19 e da restrição de nosso trabalho de auditoria *in situ*, a obtenção de um parecer de auditoria sem reservas representa uma realização significativa por parte de todos os envolvidos para assegurar a disponibilidade e o acesso das informações e, assim, permitir que a auditoria fosse finalizada com êxito.

Gestão financeira

7 A OPAS alcançou um excedente global (com base nas IPSAS) de US\$ 4,8 milhões em suas atividades em 2019, com uma receita total de US\$ 1,194 bilhão (2018: US\$ 1,393 bilhão) e gastos de US\$ 1,189 bilhão (2018: US\$ 1,369 bilhão). As reduções nas receitas e gastos decorreram, principalmente, de um declínio nas atividades dos projetos. A posição patrimonial líquida da OPAS diminuiu em 2019 para US\$ 240,8 milhões (2018: US\$ 302,2 milhões). Essa diminuição deve-se, sobretudo, ao aumento das obrigações relacionadas a benefícios aos empregados, discutidas em mais detalhe abaixo. Durante o período, houve uma mudança significativa nas fontes de financiamento das atividades da OPAS, com as compras em nome dos Estados Membros subindo para 71,2% das receitas e o financiamento voluntário caindo para 10,3%.

8 Como destacamos no ano passado, enquanto a OPAS continua a ter reservas globais e saldos de fundos positivos, apoiados por caixa e investimentos, muitas das reservas e saldos de fundos estão restritos para fins específicos. Isso teve impactos significativos sobre as operações da Organização e gerou incertezas consideráveis. Em consequência, cada vez mais a OPAS tem usado outras fontes para subsidiar suas necessidades de caixa para atividades regulares, como resultado do atraso no pagamento das contribuições fixas. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo total pendente era de US\$ 88,9 milhões. Os atrasos no pagamento continuaram em 2020 e as pressões sobre o fluxo de caixa agravaram-se.

9 Na sessão especial do Comitê Executivo de maio de 2020, foi acordado que a OPAS reveria os custos operacionais com o objetivo de identificar a possibilidade de reduzir ainda mais os custos por meio de alterações nas estruturas de recursos humanos e processos administrativos. Acreditamos que, neste momento, é importante economizar por meio do aumento da eficiência, pois a COVID-19 criou pressões sem precedentes sobre as finanças dos Estados Membros e aumentou consideravelmente as demandas em matéria de saúde na região. Analisaremos as medidas que a Direção começou a tomar para agir em relação aos resultados do Comitê em nossa próxima auditoria.

10 Como consequência dos referidos atrasos, o Fundo de Capital de Giro da OPAS, cujo objetivo principal é financiar o Programa e Orçamento até o recebimento das contribuições, mais uma vez foi esgotado ao longo de 2019. Em 31 de dezembro, além do fundo de capital de giro de US\$ 25 milhões, havia uma necessidade de captar internamente ou financiar US\$ 61,4 milhões para custear as atividades básicas. Essa escala de captação de recursos aumentou ainda mais nos primeiros sete meses de 2020 em consequência das pressões decorrentes do

atraso no pagamento das contribuições. O Relatório do Diretor indica a situação mais recente quanto às contribuições.

11 Nosso relatório destaca uma série de áreas relacionadas com a preparação das demonstrações financeiras. Mais especificamente, comentamos a necessidade de a OPAS rever sua abordagem de escrituração das contas a receber a fim de que as demonstrações financeiras reflitam a possibilidade subjacente de serem recuperadas. As normas IPSAS não fazem distinção entre as contas a receber devidas pelos Estados Membros ou qualquer outra conta a receber, mas exigem uma avaliação objetiva com base na experiência, nas questões conhecidas e nas circunstâncias do devedor para que as demonstrações apresentem o valor justo do ativo. Fizemos recomendações para que a OPAS revisse sua política atual e para que não houvesse envolvimento dos Estados membros nas decisões contábeis acerca da avaliação da dívida pendente. Isso não altera a natureza das obrigações legais quanto ao cumprimento das obrigações contratuais.

12 Relatamos o passivo significativo que a OPAS continua a reconhecer com respeito aos benefícios aos empregados, que continuam a ser a obrigação predominante da Organização. Esse passivo continua sensível a mudanças nos pressupostos subjacentes, e a turbulência econômica atual pode impactar essas avaliações durante o ano de 2020. Destacamos a possibilidade de aprofundar o conteúdo do Relatório do Diretor que acompanha as demonstrações e de concentrar as informações divulgadas nas demonstrações financeiras nos elementos mais materiais. Acreditamos que isso poderia proporcionar uma visão mais ampla do desempenho, alinhando mais estreitamente a prestação de contas sobre o uso dos recursos com os principais resultados.

13 Com base em nossas observações do ano passado, ainda há espaço para que a OPAS adote uma abordagem mais estratégica com relação a seu patrimônio. No encerramento de 2019, a OPAS adquiriu a participação residual no endereço 2121 da Virginia Avenue para consolidar o pessoal da sede mais próximo do prédio principal e aproveitar a oportunidade nos termos do contrato de arrendamento. O business case estabelecia vários objetivos que justificavam o investimento e, como em todos os projetos, é importante que a Direção informe aos Órgãos Diretores de que forma esses objetivos foram cumpridos. Com os impactos da COVID-19 gerando pressões para encontrar novas maneiras de trabalhar, é mais importante do que nunca que as estratégias quanto aos bens imóveis sejam eficazes e atualizadas. A estratégia da OPAS deve levar em conta as lições extraídas das novas maneiras de trabalhar e levar em conta os custos de oportunidade futuros da reforma de prédios, a disponibilidade de recursos para reformar e manter os prédios no médio e longo prazo e o potencial para realizar o valor dos bens de capital.

Governança e controle interno

14 A governança e os controles internos são os mecanismos essenciais a que os Estados Membros recorrem para assegurar a devida gestão dos recursos concedidos à organização. Um elemento central da estrutura de controle interno é o Sistema de Informação para a Gestão da OPAS (PMIS), por meio do qual as transações são controladas e registradas. Esse sistema integrado oferece muitas oportunidades à Organização e claramente fortaleceu o ambiente de controle, permitindo, por exemplo, que a Organização enfrentasse os desafios do trabalho remoto.

15 Consideramos que é possível fazer um uso ainda maior das funcionalidades do PMIS para melhorar a conformidade, e a Direção da OPAS está elaborando processos para fortalecer a supervisão do ambiente de controle. Recomendamos priorizar a evolução da conformidade e estabelecer uma estratégia para informar sistematicamente as questões de conformidade aos gerentes dos centros de custos, com o respaldo de um regime de sanções. Como parte desse processo, a OPAS precisa assegurar o investimento contínuo nas necessidades de capacitação dos usuários para maximizar os benefícios do sistema e melhorar o envolvimento com os processos de controle básicos.

16 Nossas visitas a representações nos países reforçaram ainda mais nossa opinião de que o processo de incorporar a gestão de riscos na OPAS continua em andamento. Os processos de gestão sistemática de risco ainda não estão sendo usados para embasar a tomada de decisões locais e operacionais. A gestão dos riscos continua a ser vista como um processo central de conformidade, em vez de algo que apoia a solidez da gestão e da tomada de decisões. Observamos que a gestão de riscos eficaz pode agregar mais valor à carteira de projetos da OPAS, a fim de ajudar a gerir os riscos financeiros e de execução, bem como informar sobre esses riscos. Além disso, é importante integrar a gestão de riscos no início dos projetos, passando pelo próprio processo de aprovação, para assegurar que ela esteja incorporada à governança do projeto. Dada a pandemia atual, funções de gestão de riscos sistemáticas e eficazes são cada vez mais cruciais para proporcionar confiança à Diretora e aos Estados Membros.

17 Observamos um aprofundamento da Declaração sobre Controle Interno, que tira partido de uma base de evidências mais forte e oferece mais detalhes de como o ambiente tem funcionado. Destacamos áreas para novas melhorias, em especial para integrar as fontes de garantia e identificar melhor os temas emergentes das funções de auditoria e conformidade. Continuamos preocupados que a OPAS ainda não tenha operacionalizado as políticas que formulou com respeito à avaliação de riscos e planos de resposta para o combate a fraudes, e nossas recomendações anteriores continuam pendentes nessa área. O Comitê de Auditoria tem um importante papel a cumprir para ajudar a Diretora a fortalecer e aprimorar o controle interno, assim como avaliar até que ponto a gestão de riscos está integrada na Organização.

Gestão de recursos humanos

18 Os recursos humanos são o bem mais importante da OPAS, e seu desempenho é determinado, em grande medida, pelo modo como a Organização contrata, emprega e desenvolve seu pessoal. Diante disso, concentramos na gestão de RH e no progresso da Organização na implementação de sua Estratégia para Pessoas 2015-19 como nosso tema da auditoria de desempenho para 2019. A Estratégia para Pessoas da OPAS foi concebida para “atrair, reter e motivar os melhores talentos...”. A implementação da Estratégia é gerida pela função de Gestão de Recursos Humanos (HRM) e, nos últimos anos, passou de uma abordagem transacional para uma abordagem estratégica que apoia as operações no apoio à consecução desses objetivos. A Estratégia 2015-19 delineou cinco prioridades:

- Realinhar o pessoal para melhor atender às necessidades programáticas e dos Estados Membros;
- Fomentar o talento em todos os níveis;
- Impulsionar o desempenho do pessoal;
- Alcançar uma liderança inspiradora por meio de investimentos em sua reserva de talentos em cargos de chefia;
- Criar um ambiente de trabalho de nível internacional e uma função de RH facilitadora.

19 A OPAS identificou 58 atividades da força de trabalho nesses cinco temas, o HRM informou um progresso limitado na implementação da Estratégia para Pessoas e, no momento de nossa auditoria, em fevereiro de 2020, apenas 41% das atividades haviam sido totalmente concluídas. Em função desse progresso, a OPAS decidiu atualizar a estratégia existente e redefinir as prioridades das ações pendentes em vez de lançar uma nova estratégia. Uma estratégia eficaz é vital para ajudá-la a enfrentar a conjuntura financeira cada vez mais desafiadora e a estratégia deve ser revista regularmente para que permaneça pertinente.

20 A gestão de talentos é vista pela OPAS como um objetivo importante, e nosso relatório destaca a importância de vincular os processos de avaliação de desempenho com a abordagem baseada na competência que a Organização adotou. A avaliação de desempenho é prejudicada pela relutância em impor o cumprimento da exigência de fazer avaliações periódicas do pessoal. Quando as avaliações são feitas, os resultados sugerem que não está sendo feita uma diferenciação entre a gama de níveis de desempenho, tornando mais difícil abordar questões de desempenho.

21 A OPAS elaborou processos para apoiar a boa gestão e desenvolvimento de talentos, mas tem sido limitada pelo nível de recursos destinados a capacitação e não investiu na parcela de 55% de sua força de trabalho que não faz parte do pessoal efetivo. A obrigatoriedade de capacitação não é aplicada pela OPAS, e as evidências sugerem que o pessoal dos cargos mais altos dentro da OPAS precisa dar mais ênfase ao cumprimento e envolvimento nos processos de aprendizagem, sobretudo em áreas-chave, como a comunicação sobre como a instituição aborda o assédio. De modo geral, as pesquisas com o pessoal identificaram claramente que a capacitação é vista como uma área em que a organização precisa melhorar.

22 A capacitação será cada vez mais importante para assegurar uma força de trabalho ágil que possa se adaptar à evolução das necessidades e maneiras de trabalhar. A gestão de talentos também é importante em vista do perfil etário da organização, e a OPAS precisa se considerar cuidadosamente os planos de sucessão em áreas-chave da Organização. Além disso, precisa considerar e prever onde terá necessidades operacionais futuras para poder desenvolver adequadamente o pessoal. Isso abarcaria o pessoal qualificado em gestão de projetos e análise, inclusive de dados. As estratégias de contratação precisam estar alinhadas com a evolução das características da OPAS, o desenvolvimento de sistemas de informação melhores e os objetivos dos Estados Membros.

23 Ao executar a estratégia, é importante que o HRM preste contas devidamente tanto aos interessados internos quanto aos Estados Membros. Os parâmetros para informar os resultados da gestão de recursos humanos podem ser melhorados. No biênio 2018-2019, a OPAS estabeleceu um único indicador para medir o desempenho de RH como parte de sua gestão formal baseada em resultados, medindo a proporção de Acordos de Nível de Serviço com relação a RH. Em separado, o HRM prestou contas ao Comitê Executivo sobre as características da força de trabalho (categoria, nível, gênero, idade, localização e tempo de serviço). Em nossa opinião, a OPAS pode fornecer aos Estados Membros dados mais ricos e informativos sobre o uso estratégico dos recursos e sobre sua eficácia na gestão dos recursos humanos. De modo geral, incentivamos o uso de uma pontuação mais equilibrada das medidas de RH de modo a refletir melhor a gama de objetivos-chave considerados essenciais para a execução da estratégia. Isso ajudará a apoiar a supervisão do progresso e ajudará o HRM a concentrar seus esforços. A prestação de contas sobre RH também deve se concentrar em uma articulação mais clara de como a OPAS está adaptando sua força de trabalho e contestando a eficiência de seus gastos com a força de trabalho. Isso abrange a forma como está usando novas tecnologias e sistemas para racionalizar processos que fazem uso intensivo de mão de obra, além de uma avaliação mais aprofundada de opções, como a terceirização.

24 A força de trabalho global da OPAS cresceu consideravelmente entre 2014 e 2019, com um uso maior de mão de obra contingente e, em particular, de consultores individuais. A gama de categorias de pessoal “não efetivo” é excepcionalmente ampla e o limite entre o trabalho feito por pessoal efetivo e não efetivo carece de clareza e uniformidade. Alguns funcionários “contingentes” estão no cargo há bastante tempo, com quase um terço (32%) tendo trabalhado para entidades da OPAS por cinco anos ou mais, e 18% por 10 anos ou mais. Os índices de rotatividade entre algumas categorias que não fazem parte do quadro efetivo são amplamente comparáveis com as do pessoal efetivo, o que torna os limites ainda mais confusos. Os processos de contratação de pessoal não efetivo não são tão rigorosos quanto para o pessoal do quadro permanente e a gama de modalidades de contrato cria complexidades administrativas e aumenta os riscos de conformidade. Na prática, a ampliação do uso de consultores reflete considerações quanto ao financiamento no curto prazo em vez de uma visão que considere plenamente as

necessidades da Organização. Há espaço para rever a adequação dessas modalidades e sua utilidade contínua para a OPAS.

Recomendações do ano anterior

25 Em 31 de março de 2020, das 22 recomendações feitas para 2018, oito (36%) não haviam sido implementadas, 10 (45%) estavam em andamento e quatro (18%) haviam sido implementadas ou encerradas. Embora tenha havido algum progresso, estamos preocupados com o ritmo geral da implementação de nossas recomendações. Embora a posição financeira da OPAS e a COVID-19 tenham impactado a capacidade de gestão, acreditamos que haja espaço para uma articulação mais clara de como a OPAS vai responder e implementar as recomendações. Além disso, acreditamos que um maior escrutínio dos planos de implementação por parte do Comitê de Auditoria pode agregar valor. Isso será um grande desafio, oferecerá ideias importantes e constituirá uma oportunidade para examinar de forma crítica se as recomendações continuam pertinentes.

Parte 1

Gestão financeira

Resultados gerais da auditoria

1.1 Nossa auditoria das demonstrações financeiras da OPAS não revelou deficiências nem erros que consideremos de importância para a exatidão, o caráter integral ou a validade das demonstrações financeiras. O parecer de auditoria confirma que essas demonstrações financeiras apresentam, fielmente, em todos os aspectos materiais, a situação financeira da OPAS em 31 de dezembro de 2019 e seu desempenho financeiro e fluxos de caixa para o exercício então encerrado. Confirma também sua preparação de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público. As auditorias confirmaram ainda que, em todos os aspectos materiais, as transações que constituem a base das demonstrações financeiras foram feitas em conformidade com o Regulamento Financeiro e aplicadas às finalidades propostas pelos Órgãos Diretores.

1.2 A auditoria abrangeu um exame geral dos procedimentos contábeis da OPAS, uma avaliação dos controles internos que impactam nossos pareceres de auditoria e testes de registros contábeis e outras evidências que consideramos necessários nas circunstâncias. Nossos procedimentos de auditoria foram concebidos principalmente para poder emitir esses pareceres. A auditoria não envolveu um exame detalhado de todos os aspectos dos sistemas de informação orçamentária e financeira, e os resultados não devem ser considerados uma declaração abrangente sobre eles. Por último, foi feito um exame para verificar se as demonstrações financeiras refletiam com exatidão os registros contábeis e estavam apresentadas de maneira justa. Além de nosso trabalho na sede, também fizemos visitas de campo para examinar as operações da OPAS no Haiti e no Escritório Regional para os Países do Caribe Oriental (ECC). Como parte de nosso trabalho no ECC, examinamos o Projeto Hospitais Inteligentes e visitamos vários locais do projeto.

1.3 Como os Estados Membros devem estar cientes, a pedido da Diretora, fizemos uma pausa em nossa auditoria para dar tempo à Organização para fazer um balanço de sua posição financeira à luz dos desafios financeiros significativos e sem precedentes decorrentes do atraso no pagamento das contribuições. Em abril, momento em que normalmente certificaríamos as demonstrações financeiras, faltavam evidências que sustentassem o pressuposto da continuação das atividades, o que poderia ter resultado num parecer de auditoria adverso. Após a suspensão acordada da auditoria, conforme relatado ao Comitê Executivo em junho de 2020, a Direção apresentou mais evidências após o recebimento de volume considerável de contribuições em atraso em julho. Isso permitiu-nos concluir que o pressuposto continuava a ser adequado.

1.4 Embora as questões imediatas que causaram a incerteza em torno da saúde financeira tenham sido aliviadas, ela expôs duas questões significativas que a OPAS precisa abordar. A primeira diz respeito à necessidade de resolver inconsistências com relação à aplicação das políticas contábeis por atrasos no recebimento de contribuições pendentes, o que poderia resultar em uma declaração a maior dos recursos imediatamente disponíveis para a Organização. A segunda, apresentada para discussão na sessão especial do Comitê Executivo em maio de 2020, é rever os custos e procurar identificar meios de aumentar a eficiência para economizar. Acreditamos que, neste momento, é importante economizar por meio do aumento da eficiência, pois a COVID-19 criou pressões sem precedentes sobre as finanças dos Estados Membros e aumentou consideravelmente as demandas em matéria de saúde na região. Isso torna cada vez mais importante para a OPAS demonstrar que está maximizando o uso de seus recursos para canalizá-los para suas atividades na linha de frente.

1.5 Entendemos que foram dados os primeiros passos para aumentar a eficiência, com a Direção criando um comitê diretor interno para examinar os custos operacionais e as oportunidades a fim de identificar onde cortar custos por meio de modificações nas estruturas de recursos humanos e processos administrativos. Nessa tarefa, se procurará tirar proveito das ferramentas disponíveis no PMIS e nas plataformas da OPAS na nuvem. Os Estados Membros da OPAS estabeleceram um grupo de trabalho paralelo para examinar o Plano Estratégico, com o objetivo de redefinir as prioridades nas áreas programáticas a fim de adequá-las melhor aos recursos disponíveis. Todos esses processos são importantes para ajudar a fornecer uma base mais forte para a eficiência e a sustentabilidade financeira da Organização. Examinaremos o progresso nessas áreas ao longo do próximo ano.

Comentário financeiro

1.6 A OPAS registrou um excedente global de US\$ 24 milhões (2018: excedente de US\$ 24,6 milhões), com uma receita total de US\$ 1,194 bilhão (2018: US\$ 1,393 bilhão) e gastos de US\$ 1,189 bilhão (2018: US\$ 1,369 bilhão). As diminuições nas receitas e gastos decorreram, sobretudo, de mudanças e reduções significativas nas atividades dos projetos financiadas pelas contribuições voluntárias nacionais no Brasil, algumas das quais foram compensadas pelo aumento da atividade por meio dos fundos rotativos.

1.7 A comparação dos montantes orçados e efetivos (demonstração V) mostra os desembolsos finais em relação ao orçamento bienal aprovado, com os gastos efetivos do biênio somando US\$ 546,2 milhões em relação ao orçamento bienal de US\$ 675,6 milhões. Os gastos de 2019 foram de US\$ 284,6 milhões (2018: US\$ 261,5 milhões).

1.8 Como relatamos no ano passado, a OPAS administra seu orçamento em uma base bienal e não classifica seus gastos durante o período orçamentário de acordo com os planos e previsões de gastos. Continuamos a ressaltar a importância de uma abordagem mais matizada do orçamento anual e do monitoramento, e isso é de especial importância em vista das pressões financeiras que a OPAS vem enfrentando devido ao atraso nas receitas de contribuições e às emergências de saúde emergentes relacionadas à pandemia.

Tabela 1: Principais fluxos de receitas e gastos: As atividades da OPAS são dominadas cada vez mais pelos serviços de compras que a organização presta diretamente a governos nacionais individuais.

Principais fluxos de receita	2019	Porcentagem da receita total (2018 entre parênteses)
Atividades de compras em nome dos Estados Membros	US\$ 849,9 mi	71,2 (56,9)
Contribuições voluntárias (incluídas as nacionais)	US\$ 122,8 mi	10,3 (43,0)
Contribuições fixas	US\$ 112,0 mi	9,4 (8,6)
Receita da OMS	US\$ 84,4 mi	7,0 (5,7)
Outras receitas	US\$ 36,2 mi	2,1 (1,4)
Receita total	US\$ 1,1941 bi	
Fluxos de gastos	2019	Porcentagem dos gastos totais (2018 entre parênteses)
Atividades de compras em nome dos Estados Membros	US\$ 851,8 mi	71,6 (50,6)
Transferências e subvenções	US\$ 20,1 mi	1,7 (26,7)
Pessoal e outros gastos de pessoal	US\$ 143,5 mi	12,1 (9,0)
Serviços contratuais	US\$ 99,5 mi	8,4 (8,2)
Outros	US\$ 74,4 mi	6,3 (5,4)
Total	US\$ 1,1893 bi	

Fonte: Análise das demonstrações financeiras da OPAS pelo NAO.

1.9 Em termos gerais, o ativo líquido diminuiu de US\$ 302,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para US\$ 240,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. O total do ativo abrange um ativo imobilizado com um valor líquido de US\$ 109,2 milhões (2018: US\$ 106,1 milhões) e caixa e investimentos de US\$ 857,5 milhões (2018: US\$ 861,3 milhões). O passivo total aumentou de US\$ 955,0 milhões para US\$ 1,0652 bilhão, um aumento de US\$ 110,2 milhões, incluído o impacto atuarial total sobre as obrigações pelos benefícios aos empregados em 2019 de US\$ 74,6 milhões, como indicado na Nota 12.6 às demonstrações financeiras.

1.10 A saúde financeira da OPAS como um todo permaneceu amplamente uniforme nos últimos quatro anos, mas as atividades financiadas por meio dos recursos básicos enfrentaram pressões de caixa maiores do que as atividades financiadas com recursos voluntários. Em todas as nossas auditorias internacionais, usamos a análise por quocientes ao considerar a saúde financeira de uma organização, a fim de mostrar como as situações financeiras variam com o tempo. Esses quocientes expressam a relação de um item de conta com outro. Por exemplo, há US\$ 1,1 do ativo circulante para cada US\$ 1 do passivo circulante, o que demonstra que o ativo circulante cobre o passivo circulante por cerca de 10%. Fizemos uma revisão dos indicadores da saúde financeira da OPAS usando os principais quocientes financeiros (Tabela 2). De modo geral, os recursos permaneceram amplamente uniformes durante os dois últimos biênios. Nossa análise das atividades gerais e básicas mostra que as pressões financeiras têm sido mais agudas, com o ativo circulante relacionado às atividades básicas correspondendo a apenas 60% do passivo circulante, o que significa que a OPAS não conseguiria honrar suas obrigações imediatas usando os recursos básicos.

Tabela 2: Análise dos principais quocientes da saúde financeira (atividades básicas entre parênteses). Os quocientes mostram que as atividades básicas estão sob maior pressão do que as financiadas com recursos voluntários e que a OPAS não tem ativos líquidos suficientes para honrar suas obrigações atuais.

Quociente	2019	2018	2017	2016
Quociente do ativo circulante				
Ativo circulante/passivo circulante	1,1 (0,6)	1,2 (0,6)	1,1 (0,6)	1,2 (0,6)
Ativo total: passivo total				
Ativo/passivo	1,2 (1,1)	1,4 (1,1)	1,2 (1,1)	1,3 (1,2)
Quociente de caixa:				
Caixa e investimentos de curto prazo/Passivo circulante	0,7 (-0,05)	0,8 (-0,02)	0,6 (-0,03)	0,6 (-0,02)
Quociente de investimentos:				
Caixa e investimentos/ativo total	0,7 (-0,04)	0,7 (-0,02)	0,6 (-0,02)	0,5 (-0,02)

Pressões sobre a saúde financeira

1.11 Três áreas específicas das demonstrações financeiras tiveram uma influência significativa na saúde financeira em 2019 e as destacamos para os Estados Membros: o aumento dos ativos a receber pela OPAS em 2019; o impacto que isso teve nos fluxos de caixa; e o aumento do passivo de longo prazo acumulado em relação aos benefícios aos empregados.

Ativos a receber

1.12 Para haver recursos estáveis e previsíveis, é importante que os Estados Membros cumpram as suas obrigações integralmente e dentro do prazo. Em 31 de dezembro de 2019, as contribuições fixas pendentes haviam aumentado para US\$ 88,9 milhões (2018: US\$ 42,8 milhões), e US\$ 7,1 milhões (2018: US\$ 2,4 milhões) estavam pendentes havia mais de 12 meses. A OPAS tem uma política de alocação dos recursos recebidos para a dívida mais antiga, o que pode obscurecer a realidade de que algumas dívidas podem, em essência, ser bem mais antigas e podem ter sido contestadas pelos Estados Membros durante um longo período, tornando a liquidação improvável. Nos últimos dois biênios, para o segmento das atividades básicas, o número de dias que a OPAS leva para receber os pagamentos passou de 151 dias em 2016 para 290 dias em 2019. Esse indicador torna mais clara a pressão sobre o fluxo de caixa gerada pelo recebimento em atraso das contribuições fixas, pois mede a rapidez com que as contas a receber são recuperadas.

1.13 O nível crescente de contas a receber pendentes é agravado pela indicação de que alguns Estados Membros podem optar por reter os recursos ou não conseguir honrar seus compromissos. Além da significativa carga financeira sobre a OPAS, isso pode gerar incertezas materiais em torno da possibilidade de os saldos informados resultarem em fluxos de entrada de caixas no futuro. Em junho de 2020, a OPAS informou ao Comitê Executivo (CE166/7) que um montante sem precedentes de US\$ 63,7 milhões em contribuições fixas de 2019 (57% do total original) ainda estavam pendentes quase na metade do ano de 2020. Na data de finalização deste relatório (agosto de 2020), mais US\$ 45,3 milhões haviam sido recebidos, deixando um saldo pendente de US\$ 18,4 milhões de 2019.

1.14 Um dos principais benefícios da prestação de contas financeiras com base nas IPSAS é que ela proporciona transparência sobre a possibilidade de recebimento de ativos financeiros, o que significa que as demonstrações financeiras apresentam de forma precisa os recursos disponíveis para a organização em um dado momento. Isso proporciona uma base confiável para a tomada de decisões, refletindo a realidade econômica da posição financeira subjacente. Em 2007, os Órgãos Diretores da OPAS aprovaram uma resolução (CSP27.R15) exigindo que o Diretor identificasse as mudanças no Regulamento Financeiro e nas Regras Financeiras necessárias para implementar as IPSAS. Uma área em que sentimos que a OPAS não abraçou totalmente a transição para as IPSAS é a redução de suas contas a receber ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável reflete o fato de que, em determinado momento, os fluxos econômicos relativos ao ativo podem ser menores do que o valor previsto da conta a receber. Em consequência, uma redução temporária pode ser necessária para assegurar que as demonstrações financeiras apresentem a situação de forma justa. Trata-se de um ajuste contábil e não constitui uma baixa contábil, que cancelaria a dívida.

1.15 Temos questionado regularmente a Direção sobre a necessidade de considerar a redução de suas contas a receber ao valor recuperável em conformidade com a IPSAS 29. Em 2019, pela primeira vez a OPAS reconheceu uma perda no valor recuperável, ao registrar uma redução de US\$ 6,3 milhões contra várias categorias de contas a receber, conforme demonstrado na Nota 6 às demonstrações financeiras. Diferentemente da maioria dos demais organismos internacionais, a OPAS não considerou qualquer redução ao valor recuperável das contribuições fixas pendentes, pois considera que isso é responsabilidade dos Órgãos Diretores da OPAS, conforme estabelecido no parágrafo 13.7 do Regulamento Financeiro. Uma versão revista desse parágrafo do Regulamento foi discutida na 166ª sessão do Comitê Executivo (junho de 2020) e uma revisão será submetida ao 58º Conselho Diretor para aprovação. A proposta mantém a autoridade dos Órgãos Diretores para estabelecer a provisão.

1.16 Em nossa opinião, é essencial para a prática contábil que as contas se baseiem numa apresentação objetiva e neutra das circunstâncias econômicas de uma instituição. Seria difícil para os Estados Membros serem verdadeiramente objetivos na tomada de decisões sobre quais ativos deveriam ser reduzidos ao valor recuperável, pois isso criaria uma percepção de risco ou um risco efetivo de que as transações contábeis poderiam se tornar tendenciosas. Na maioria dos outros organismos internacionais, critérios objetivos, em conformidade com as normas contábeis, foram formulados nas políticas contábeis pertinentes das entidades. Tipicamente, são incorporados os principais requisitos das normas de prestação de informações ao levar em conta os fatores conhecidos. Entre esses fatores, poderiam figurar a impossibilidade de um Estado Membro fazer pagamentos, em virtude da decisão de um governo ou órgão legislativo, as circunstâncias financeiras de um Estado Membro, ou a perda dos direitos de voto nos Órgãos Diretores. Todos esses fatores seriam fortes indicadores de deterioração do valor quando avaliados à luz dos critérios da IPSAS 29.

1.17 As normas sobre a apresentação de informações são dinâmicas e, conseqüentemente, as políticas contábeis precisam ser revistas anualmente para que permaneçam pertinentes, apropriadas e implementadas na prática. Atribuir essas responsabilidades aos Estados Membros e mantê-las poderia tornar-se oneroso, além de criar uma posição que poderia gerar conflitos. O Comitê de Auditoria poderia aconselhar e orientar a Diretora sobre as propostas de mudança das políticas contábeis dessa natureza, e ambos poderiam incluir esses assuntos em seus relatórios aos Órgãos Diretores.

1.18 Instamos os Órgãos Diretores a examinar as propostas de mudança do Regulamento Financeiro e assegurar que as mudanças possibilitem o pleno cumprimento dos requisitos das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público e que estas estejam dentro do campo de ação da Secretaria. Em nossa opinião, isso exigiria que essas decisões competissem à Direção com base em sua avaliação das evidências objetivas de deterioração do valor recuperável e de seu impacto nos fluxos de caixa futuros previstos. A redução dos ativos ao valor recuperável não alivia nem dispensa de forma alguma a necessidade de os Estados Membros e contribuintes honrarem suas

obrigações, e reduções desse tipo podem ser contabilizadas como ativos quando as circunstâncias que levaram à redução original tiverem mudado, ou quando o pagamento houver sido feito.

A OPAS deveria:

R1: Assegurar que as decisões sobre a redução ao valo recuperável dos ativos a receber, tanto no caso das contribuições fixas como de outras contas a receber, sejam consideradas à luz de critérios objetivos e que as opiniões contábeis não estejam sujeitas à decisão nem a processos de revisão dos Estados Membros.

Fluxos de caixa

1.19 O pagamento em atraso e o não pagamento das contribuições fixas é o principal motivo pelo qual a OPAS continua a usar integralmente seu Fundo de Capital de Giro. Em 31 de dezembro de 2019, a OPAS tomou emprestado cerca de US\$ 43,8 milhões (2018: US\$ 22,2 milhões) de outros fundos para atender às necessidades de caixa das atividades previstas para serem financiadas pelas contribuições fixas e financiou outros US\$ 17,6 milhões em ativos acumulados que não geram caixa, totalizando US\$ 61,4 milhões. Essa é a diferença entre o total emprestado de outros segmentos (US\$ 901,3 milhões) e o caixa e os investimentos mantidos (US\$ 857,5 milhões), que pode ser vista na Nota 18 às demonstrações financeiras. Embora o Fundo de Capital de Giro seja teoricamente financiado até seu nível totalmente autorizado de US\$ 25 milhões, isso continua a ser insuficiente para fazer face ao atraso no pagamento das contribuições por parte de alguns Estados Membros. Conforme mostrado na Tabela 3, o caixa do Fundo de Capital de Giro vem sendo usado sistematicamente há vários anos. Embora a OPAS tenha ressaltado isso em uma nota de rodapé na Nota 14.1 às demonstrações financeiras, acreditamos que é importante tornar ainda mais visível o uso do Fundo de Capital de Giro para aumentar a transparência das demonstrações financeiras.

Tabela 3: Fundo de Capital de Giro da OPAS 2016-2019: Os saldos de caixa desse fundo vêm sendo esgotados sistematicamente.

	2019	2018	2017	2016
Fundo de Capital de Giro em 31 de dezembro	US\$ 25,0 mi	US\$ 21,7 mi	US\$ 21,7 mi	US\$ 20,7 mi
Caixa disponível/(obrigatório) para as contribuições fixas e receitas diversas	US\$ (43,8 mi)	US\$ (19,4 mi)	US\$ (22,6 mi)	US\$ (6,1 mi)

Fonte: Análise dos saldos dos fundos e reservas da OPAS pelo NAO.

1.20 Como indicamos no ano passado, usar recursos de caixa de outros fundos não constitui uma boa prática e fazê-lo de forma sistemática não é uma forma sustentável para destinar recursos para atividades básicas. À medida que as pressões sobre o caixa decorrente do não pagamento das contribuições aumentam e os impactos são sentidos cada vez mais dentro da Organização, isso gera o risco da indisponibilidade de recursos para repor fundos que existem para outras finalidades. Como relatamos no ano passado, o Regulamento Financeiro impõe restrições a empréstimos e à reposição de fundos de caixa, embora a opinião considerada da Direção após consultar sua assessoria jurídica tenha sido a de que nada no Regulamento impedia a tomada de empréstimos internos. A OPAS concordou que havia a necessidade de esclarecer o disposto no Regulamento a esse respeito e uma proposta será feita aos Órgãos Diretores. **Portanto, nossa recomendação do ano passado continua em andamento.**

Obrigações relacionadas a benefícios aos empregados

1.21 A obrigação mais significativa que a OPAS tem em suas demonstrações financeiras é a relacionadas aos benefícios aos empregados. Durante 2019, essa obrigação aumentou predominantemente em consequência de uma mudança na taxa de desconto aplicada na avaliação dessas obrigações futuras. A OPAS baseava sua taxa de desconto na curva de rendimento dos títulos privados com classificação de crédito elevada dos Estados Unidos

conforme acordado com o Atuário (AON AA acima da curva da mediana). A taxa desses títulos foi reduzida de 4,5% para 3,5%, causando um aumento significativo (US\$ 45,0 milhões) na obrigação total. A OPAS adotou a taxa aprovada pelo Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Normas Contábeis, acreditando que ela é apropriada para as próprias circunstâncias da OPAS. As taxas e os pressupostos subjacentes são acordados entre o Grupo de Trabalho e o Atuário.

1.22 Esse grupo vem trabalhando para padronizar os pressupostos e, assim, melhorar a comparabilidade das obrigações entre as entidades, e as taxas aplicadas pela OPAS são as escolhidas para os Estados Unidos da América. Nossa opinião continua a ser a de que, embora esteja dentro de um intervalo tolerável, a taxa usada pelo Grupo de Trabalho — uma taxa superior à mediana — estava no limite superior das previsões do mercado de títulos privados dos EUA. A taxa dos títulos superior à mediana usada pela OPAS e pelo sistema da ONU de modo mais geral produz o impacto de reduzir a obrigação. Embora dentro de uma faixa tolerável, o uso de uma taxa de desconto superior à mediana resultará em uma obrigação total mais baixa. As demonstrações financeiras apresentam detalhes sobre a sensibilidade dos principais pressupostos atuariais, como a taxa de desconto, na Nota 12.7 às demonstrações financeiras. Por exemplo, um aumento de 1% na taxa de desconto reduziria a obrigação em cerca de US\$ 51,5 milhões. Os Estados Membros precisarão continuar a monitorar até que ponto essas obrigações crescem como compromissos futuros que precisarão ser honrados usando financiamento ordinário.

Relatórios financeiros

1.23 O Relatório do Diretor oferece uma visão geral da situação e desempenho financeiros da OPAS em 2019. No ano passado, destacamos que a OPAS deve estudar a possibilidade de aprofundar esse comentário, usando a diretriz do Conselho das IPSAS sobre como apresentar a discussão e análise das demonstrações financeiras, e melhorando a divulgação das causas subjacentes das variações. Acreditamos que é cada vez mais importante que o relatório que acompanha as demonstrações financeiras seja acessível e abrangente, abarcando o desempenho e as informações financeiras. Os números auditados nas demonstrações financeiras oferecem às partes interessadas uma grande quantidade de informações e a OPAS deve pensar em como usar a seção sobre o desempenho financeiro para complementá-la e oferecer uma visão pertinente.

Relatório Financeiro do Diretor

1.24 Acreditamos que haja espaço para melhorar a natureza atual do Relatório do Diretor de modo a refletir a tendência crescente de combinar recursos e desempenho e fornecer comentários mais ricos sobre a saúde financeira. Embora observemos que um relatório separado sobre o desempenho técnico é apresentado no fim do ano, acreditamos que os relatórios financeiros e de desempenho devem estar intimamente ligados, e isso reflete as melhores práticas em termos de prestação de contas. O atual Relatório do Diretor de modo geral segue uma fórmula e concentra-se na contabilidade baseada em fundos. É limitada a análise dos resultados e do que foi gasto e alcançado no período. Acreditamos também que o relatório poderia concentrar-se mais nas tendências financeiras e na forma como os riscos estão sendo geridos pela Organização. Os Estados Membros devem ter a expectativa de que os comentários sobre as demonstrações financeiras sejam justos e equilibrados e forneçam um retrato completo do desempenho geral da organização, de sua saúde financeira e dos principais resultados decorrentes dos recursos empregados. De maneira mais ampla dentro do sistema da ONU, tem havido um foco maior no uso desse tipo de comentário para mostrar como os recursos têm sido usados.

1.25 À medida que os recursos se tornam mais limitados, é cada vez mais importante que os Estados Membros tenham um contexto claro para os movimentos e pressões financeiras que a organização enfrenta e as maneiras como a Organização responderá e se flexibilizará de modo a adaptar-se às circunstâncias em termos de recursos. Isso ajuda a apoiar a prestação de contas e, com a melhoria das informações que vinculam os recursos aos resultados, a melhorar a tomada de decisões financeiras pelos Estados Membros. Essa é uma área que analisaremos com mais detalhes nos próximos anos de nosso mandato.

Demonstrações financeiras

1.26 As demonstrações financeiras da OPAS vêm evoluindo desde a implementação das IPSAS em 2010. Desde nossa nomeação em 2018, incentivamos a Secretaria a melhorar ainda mais a divulgação de informações e os relatórios financeiros. Em nossa opinião, seria vantajoso se, na apresentação das demonstrações financeiras da OPAS, houvesse uma revisão detalhada em relação aos requisitos de divulgação das normas de apresentação de informações a fim de assegurar que permaneçam pertinentes para os usuários e partes interessadas. Ela deveria concentrar-se nos principais aspectos materiais relacionados ao desempenho financeiro e à saúde, direcionando a atenção dos usuários e melhorando seu envolvimento com as demonstrações financeiras. Algumas áreas que, a nosso ver, seriam beneficiadas estão apresentadas na **Tabela 4** abaixo:

Tabela 4: Exemplos de áreas para revisão nas demonstrações financeiras

Área para aprimoramento	Benefício percebido
Oferecer maior granularidade na divulgação de números materiais dentro das demonstrações financeiras.	Acreditamos que seria vantajoso para os usuários das demonstrações financeiras ter acesso a relatórios mais granulares dos componentes materiais relatados nas demonstrações financeiras, por exemplo, uma apresentação dos US\$ 747,0 milhões gastos em vacinas/seringas/cadeia fria desagregados em cada uma dessas categorias.
Fornecer, de maneira uniforme, detalhes sobre a natureza das receitas e gastos subjacentes informados nas demonstrações financeiras.	Acreditamos que uniformidade na divulgação das informações nas declarações primárias e nas notas às demonstrações financeiras (bem como no respectivo Relatório Financeiro) tornará mais fácil ler e entender as informações apresentadas. Por exemplo, a receita é apresentada em diferentes formatos no Relatório Financeiro, nas informações sobre a receita (Nota 15) e nas respectivas informações sobre as contas a receber (Nota 6). A divulgação de informações baseada em fundos deve ser derivada separadamente da análise dos segmentos (Nota 18).
Melhorar as informações disponíveis sobre as contribuições em espécie dos governos sede.	O apoio dos Estados Membros pode ser significativo, sobretudo o relacionado ao pessoal e a propriedade. Essas informações quantificadas melhorariam a informação dos custos totais das operações da OPAS e garantiriam o reconhecimento da contribuição total dos Estados Membros.
Rever o formato da demonstração dos fluxos de caixa para alinhá-lo inteiramente com os requisitos de apresentação estabelecidos na IPSAS 2.	Maior conformidade com as normas de apresentação de relatórios e maior uniformidade com outras entidades que apresentam relatórios na mesma base.
Melhorar as explicações sobre as variações entre os montantes orçados e efetivos informados na demonstração V.	Melhoria do cumprimento das normas de apresentação de relatórios e fornecimento aos usuários das demonstrações financeiras de informações qualitativas sobre as razões das variações em relação ao orçamento original acordado.
Aumentar a transparência por meio de um maior alinhamento dos vários fundos e reservas com suas práticas operacionais e os relatórios financeiros.	Acreditamos que a divulgação e apresentação dos saldos dos fundos e reservas poderiam ser revistas para aumentar a uniformidade com outras informações apresentadas aos Órgãos Diretores e para tornar as informações apresentadas nas demonstrações financeiras mais fáceis de ler e entender. Entre os exemplos, destacam-se: <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="675 1570 1419 1673">• A apresentação do Fundo de Capital de Giro (Nota 14) que indica que o Fundo foi reposto durante 2019 e está totalmente financiado em US\$ 25 milhões — ele vem sendo esgotado há vários anos. <li data-bbox="675 1692 1463 1892">• A apresentação do relatório sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital ao Comitê Executivo (CE166/11) não está uniforme com o relatório sobre esse fundo dentro das demonstrações financeiras. Além disso, consideramos que pode haver um melhor alinhamento do uso do Fundo Mestre de Investimentos de Capital e das políticas contábeis da OPAS para o ativo imobilizado e o ativo intangível.

A OPAS deveria:

R2. Examinar a composição atual do Relatório do Diretor para assegurar que ele apresente uma visão justa, equilibrada e completa do desempenho da organização, de sua saúde financeira e das principais tendências e resultados decorrentes do uso dos recursos.

R3: Examinar a apresentação das demonstrações financeiras em relação aos requisitos de divulgação das normas sobre a apresentação de informações e assegurar que permaneçam pertinentes para os usuários e partes interessadas e buscar a opinião do Comitê de Auditoria sobre as mudanças propostas.

Uso estratégico dos recursos

Estratégia de investimento de capital

1.27 Em nosso relatório de 2018, enfatizamos a importância da gestão financeira estratégica. À medida que as perspectivas econômicas se tornam mais incertas, a OPAS precisa considerar como seus recursos podem ser usados para financiar os objetivos de longo prazo da organização. Os Estados Membros estão bem cientes da situação e isso foi destacado na sessão especial do Comitê Executivo de maio de 2020, que solicitou que a Diretora preparasse um amplo pacote de medidas de austeridade a ser submetido à apreciação do próximo Conselho Diretor. Também foi solicitado à Diretora que apresentasse informações sobre as medidas implementadas para cortar custos. Examinaremos o impacto das medidas de contenção de custos durante nossa auditoria de 2020 e a abordagem geral da Organização para operar no novo ambiente financeiro.

1.28 Como relatado no ano passado, acreditamos que seria vantajoso para a OPAS formular uma estratégia mais abrangente para seus investimentos de capital de longo prazo. A OPAS havia identificado, por meio de um levantamento da condição dos bens imóveis, que eram necessários investimentos substanciais, pois esses imóveis estavam chegando ao fim da vida de seu projeto. Uma avaliação detalhada das opções foi apresentada ao Comitê Executivo em 2015. Para ajudar no financiamento dos futuros projetos, elementos de excedentes de receita estavam sendo creditados ao Fundo Mestre de Investimentos de Capital e constatamos que os gastos efetuados por meio dos diversos fundos subsidiários não haviam sido objeto de um planejamento de longo prazo. Consideramos que havia espaço para uma abordagem mais estratégica no uso desses recursos.

Compra do prédio situado no número 2121 da Virginia Avenue

1.29 Em 1985, a OPAS celebrou dois contratos de arrendamento relacionados ao número 2121 da Virginia Avenue, em Washington DC. A OPAS era proprietária do terreno e o arrendou até 2045 a um terceiro com o objetivo de construir um prédio de escritórios. Além disso, celebrou um acordo simultâneo para alugar dois andares daquele prédio. Nos termos do contrato de arrendamento do terreno, o prédio de escritórios seria revertido para a OPAS em 2045. A OPAS também tinha o “direito de preferência” na mesma base que qualquer oferta “de boa-fé” aceita com relação ao prédio. Durante 2019, o terceiro recebeu e aceitou uma oferta de US\$ 5 milhões para a compra do prédio. Em consequência, a OPAS exerceu seu direito de preferência e fez uma oferta equivalente, que foi aceita.

1.30 Em seu business case, a OPAS considerou que a aquisição, por US\$ 5 milhões, da participação residual no bem arrendado representaria um bom valor, pois o valor de mercado do prédio (agora) de propriedade livre se elevaria consideravelmente. A OPAS também estimou que haveria uma economia anual líquida recorrente de US\$ 494 mil a US\$ 1,7 milhão, dependendo da parte do edifício que ela conseguisse alugar. No âmbito do business case, a OPAS também planejava encerrar seu arrendamento do terceiro andar da Organização dos Estados Americanos em junho de 2020 e transferir o pessoal atualmente lotado naquele local para o número 2121 da Virginia Avenue, embora a OPAS tenha sido obrigada a rever esses planos em consequência da pandemia e da transição para o teletrabalho. A OPAS considera que isso também proporcionará um benefício a esses empregados em termos de qualidade de vida, aproximando-os dos colegas da sede.

1.31 A compra foi financiada por uma combinação de US\$ 2,6 milhões do Fundo do Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução (PALTEX), que havia sido encerrado em dezembro de 2019 nos termos da resolução CD57.R15 dos Órgãos Diretores. O saldo foi custeado pelo Fundo Mestre de Investimentos de Capital e seu Fundo Subsidiário Rotativo e Estratégico de Bens Imóveis. Entre outros usos, aquele fundo destina-se a constituir uma fonte de financiamento para a compra de instalações ou bens imóveis.

1.32 Embora o business case para a compra do número 2121 da Virginia Avenue indicasse um retorno positivo do investimento, a OPAS deveria passar a monitorar os respectivos custos adicionais, recursos poupados e receitas futuras no médio prazo para validar o business case e demonstrar a relação custo-benefício. Em vista do aumento significativo das propriedades imobiliárias em Washington DC, a OPAS deveria considerar um reexame de seu levantamento das condições imobiliárias e estabelecer uma estratégia abrangente para suas propriedades, a ser submetida à apreciação dos Órgãos Diretores. Há evidências de que o número 2121 da Virginia Avenue exigirá obras. Por exemplo, nos últimos dois anos, o Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação vem informando ao Comitê Executivo que enfrenta interrupções significativas de seu trabalho devido à deterioração das condições dos escritórios no prédio da Virginia Avenue, em decorrência da manutenção inadequada do prédio pelo antigo proprietário. Essa estratégia abrangente para as propriedades também deve levar em conta as lições extraídas com as novas formas de trabalho resultantes da COVID-19 e as mudanças nas práticas de trabalho que dela poderiam advir. Além disso, deveriam ser levados em consideração os custos de oportunidade futuros da reforma do prédio e o potencial para realizar o valor do bem de capital.

1.33 Essa compra foi informada pelo valor de custo nas demonstrações financeiras de 2019 (Nota 8). A OPAS reavaliará todos os seus terrenos e prédio durante 2020, pois a última avaliação completa dos bens imóveis foi feita em 2015 e as IPSAS sugerem uma reavaliação a cada três a cinco anos. Os valores desses ativos costumam ser determinados com base em evidências de mercado em uma avaliação a cargo de um avaliador profissional devidamente qualificado e reconhecido como tal.

A OPAS deveria:

R4: Formular uma metodologia para monitorar os custos, recursos poupados e receitas efetivos em relação ao business case para a aquisição do número 2121 da Virginia Avenue e informar devidamente os Órgãos Diretores para demonstrar que os objetivos do business case foram atingidos.

R5: Reexaminar seu levantamento das condições imobiliárias para avaliar os riscos e custos futuros e estabelecer uma estratégia abrangente para as propriedades, a ser submetida à apreciação dos Órgãos Diretores, que reflita as lições extraídas das formas de trabalho adotadas após a pandemia e o impacto que isso pode ter sobre a demanda por espaço em termos de escritórios.

R6: Contratar avaliadores profissionais para fazer uma avaliação abrangente, em conformidade com as IPSAS, dos terrenos e prédios da OPAS em 31 de dezembro de 2020 no intuito de assegurar que as demonstrações financeiras continuem a refletir o valor justo dos ativos detidos.

Governança e controle interno

1.34 O Diretor é responsável por assegurar a administração financeira eficaz da Organização em conformidade com o Regulamento Financeiro. Para esse efeito, o Diretor estabeleceu e mantém sistemas de controle interno e delegação importantes para proporcionar uma estrutura que assegure os Estados Membros e na qual estes possam confiar. Em nossa auditoria financeira, identificamos outras áreas em que esses controles podem ser melhorados, mas, de modo geral, não encontramos deficiências nos controles que impactassem nosso parecer de auditoria como um todo. Dada a importância do controle interno, e com nosso maior conhecimento e compreensão do

ambiente de controle da OPAS, concentramos mais uma vez nossa atenção em algumas dessas questões, em especial o uso do PMIS e sua contribuição para o reforço da conformidade.

O Sistema de Informação para a Gestão da OPAS (PMIS)

1.35 O PMIS oferece um conjunto de processos de negócio com controles incorporados. Após implementá-lo em 2016, a OPAS continua a otimizar o sistema de acordo com seu roteiro estratégico, aperfeiçoado após a avaliação independente de sua implementação. Essa avaliação identificou lições a serem extraídas e fez recomendações para:

- Reforçar os processos internos, como a automatização dos relatórios financeiros e orçamentários;
- Otimizar o uso do sistema pela OPAS, por exemplo, ao explorar o uso da automatização, ou robótica, para executar tarefas simples e repetíveis — como aspectos relacionados à gestão de viagens;
- Incorporar elementos de realinhamento organizacional para maximizar os benefícios. Nesse sentido, a OPAS pôs em prática um modesto serviço compartilhado em caráter experimental, que começou em novembro de 2019.

1.36 A OPAS elaborou um relatório sobre as lições extraídas destinado à 14ª sessão do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração (SPBA14/INF/2), a qual foi cancelada. Nesse relatório, concluía-se que a OPAS havia implementado plenamente o PMIS com base nos quatro princípios orientadores: fortalecer a gestão; agilizar os processos administrativos; operar de forma multilíngue e promover acordos de parceria.

1.37 De modo geral, a OPAS concluiu que a consolidação dos sistemas preexistentes em um sistema totalmente integrado havia eliminado processos manuais de validação de dados, aumentado a transparência dos dados, tornado os relatórios mais uniformes e melhorado a análise para a tomada de decisões. A OPAS cita a racionalização dos processos administrativos com a melhoria dos controles de acesso, a redução das aprovações manuais e a redução das etapas das transações. Essa melhoria é confirmada pelo Auditor Geral da OPAS nas conclusões de seu relatório anual de 2019. A auditoria interna observou melhorias contínuas no ambiente de controle interno decorrentes, sobretudo, do sistema PMIS e também encontrou uma maior consciência entre o pessoal sobre a importância dos controles internos. A capacidade de trabalhar dentro do PMIS facilitou ainda mais os processos administrativos, melhorou a visibilidade e o acesso dos dados subjacentes e permitiu à OPAS manter a operação do ambiente de controle enquanto operava a distância.

1.38 Contudo, o relatório sobre as lições extraídas carece de medidas quantitativas além da referência ao número de cargos de prazo fixo nos departamentos administrativos haver diminuído 16% entre janeiro de 2015 e janeiro de 2020. Embora não tenhamos validado essa afirmação durante o mesmo período, como observamos na seção 2 deste relatório, o pessoal total cresceu substancialmente, embora a OPAS nos tenha informado que esses empregados não estavam lotados em funções administrativas. Faremos um exame mais detalhado da implementação do roteiro e das disposições de governança e supervisão da OPAS em 2020.

1.39 Embora o PMIS tenha possibilitado melhorias dentro do ambiente de controle interno nos últimos anos, sistemas poderosos como ele precisam ser configurados cuidadosamente e os usuários precisam receber capacitação. Essa capacitação deve ir além do uso dos sistemas e abranger uma compreensão mais ampla de como os controles lógicos, como o uso de senhas e a delegação de responsabilidades, impactam o ambiente de controle. Durante 2019, constatamos que o pessoal da OPAS podia delegar inteiramente seu perfil completo e todas as suas responsabilidades no PMIS a qualquer pessoa dentro da organização. Embora essa delegação possa ser apropriada em determinadas circunstâncias, também pode solapar os controles de autorização e a separação fundamental das funções que sustenta os mecanismos de controle interno na OPAS.

1.40 Em novembro de 2019, por exemplo, identificamos que cinco representantes da OPAS haviam delegado todas as funções, incluída sua capacidade para criar e aprovar transações, a seus assistentes pessoais. Apesar de haver informado isso à OPAS, no momento da conclusão de nossa auditoria, seis meses depois, três dessas delegações persistiam. De modo mais geral, em 65% dos casos em que o pessoal tinha feito delegações a outras pessoas, todos os processos de negócio tinham sido delegados. Estendemos nossos testes de auditoria nessa área para assegurar que as transações que examinamos haviam sido aprovadas devidamente; não encontramos evidências de impropriedade nos itens verificados.

Conformidade

1.41 Em 2018, relatamos desdobramentos positivos na função de conformidade ao explorar as capacidades de apresentação de relatórios do sistema PMIS. O consultor de conformidade da OPAS continuou a explorá-los e agora existe um conjunto de painéis de controle que abrange muitos processos de negócio, fornecendo informações instantâneas para a gestão a fim de destacar questões de conformidade e identificar resultados imprevistos. Algumas dessas novas informações para a gestão, como o painel para os administradores (“*Administrator dashboard*”) — projetado para ajudar os gerentes dos centros de custos a preencher seu relatório mensal de conformidade — foram integradas na supervisão de rotina de segunda linha, mas muitos dos novos relatórios foram elaborados para atender às necessidades de usuários específicos em vez de formar um conjunto abrangente de relatórios de exceção priorizados e focalizados.

1.42 Combinada com **nossa recomendação anterior, ainda pendente**, sobre a elaboração de um mapa abrangente das garantias (2018 R21), vemos uma oportunidade para a OPAS aproveitar o poder do PMIS e formular uma estratégia de relatórios de conformidade para monitorar os principais controles e processos de negócio em apoio à segunda linha de defesa. Isso deve basear-se em uma avaliação sistemática dos processos básicos e dos que implicam os maiores riscos em termos de conformidade, e que teriam então um impacto mais significativo no caso de uma falha de controle. Para ser verdadeiramente eficaz, essa função de monitoramento da conformidade precisa ser reforçada por meio de melhorias no processo de prestação de contas com um regime de sanções que poderia, por exemplo, resultar na retirada de delegações e responsabilidades.

A OPAS deveria:

R7: Estabelecer um roteiro para a elaboração de relatórios de conformidade priorizados e fornecer aos gerentes as ferramentas para monitorar os controles internos e os processos de negócio sob sua responsabilidade.

R8: Formular uma estratégia para os gerentes de centros de custos e gerentes de orçamento monitorar a conformidade com os principais controles internos e processos de negócio e prestar contas a esse respeito à Direção, com o respaldo de um regime de sanções ligado à conformidade para responsabilizar os gerentes.

Gestão de riscos

1.43 A finalidade de um processo de gestão de riscos é identificar, considerar e mitigar de forma sistemática os riscos que poderiam afetar adversamente a organização e a consecução de seus objetivos. Um processo sistemático proporciona confiança na gestão dos riscos e uma rota clara para levar a escalões mais altos os riscos que precisam ser trazidos à atenção da Direção. Um processo sólido deve gerar eficiências na gestão de riscos, ajudar na alocação apropriada de recursos para mitigar riscos e oferecer uma responsabilização clara e uma revisão ponderada.

1.44 A gestão dos riscos deve ser sistemática, ser construída através da organização e estar sujeita a desafios e escrutínio regulares. A gestão de riscos deve ser um alvo importante da atenção da Direção e deve apoiar a tomada de decisões e a alocação de recursos. Os controles internos devem estar alinhados devidamente para mitigar os riscos.

1.45 Em nosso relatório de 2018, destacamos a necessidade incorporar melhor a gestão de riscos no nível de campo devido à correlação limitada dos riscos institucionais com a realidade da gestão dos riscos operacionais para a consecução dos objetivos locais. **Nossas recomendações continuam em andamento e, com base em nosso trabalho de campo no Haiti e no Escritório Regional para os Países do Caribe Oriental e em nosso exame dos projetos dos Hospitais Inteligentes neste ano, continuamos a identificar processos fracos de gestão de riscos e medidas de mitigação insuficientes.** No Haiti, por exemplo, embora o assunto risco seja discutido regularmente pela equipe de gestão, os riscos e medidas de mitigação não estavam sendo documentados sistematicamente para acompanhar a eficácia ao longo do tempo ou para fornecer uma visão abrangente dos principais riscos a serem geridos. Os mecanismos e processos formais de gestão de riscos foram concebidos puramente para atender ao preenchimento do registro de riscos institucionais, com valor limitado para a gestão local.

1.46 Hospitais Inteligentes foi citado pela OPAS como um projeto exemplar com boas práticas integradas de gestão de riscos. Descobrimos que o registro de riscos do programa efetivamente identificava as principais categorias de risco enfrentadas pelo projeto como um todo, mas era atualizado apenas periodicamente quando o consultor de riscos da sede visitava o projeto e, no momento de nossa visita em janeiro de 2020, fazia 11 meses que não era considerado. Em nossa opinião, as medidas de mitigação identificadas eram fracas e ineficazes. Consideramos que alguns riscos poderiam ter sido mais bem geridos coletivamente com o doador, por exemplo, no que diz respeito a possíveis flutuações adversas do câmbio (os recursos do doador eram fornecidos em libras esterlinas). Como a natureza e a escala do projeto mudaram (atualmente, 43,8 milhões de libras esterlinas em contribuição do doador), os pressupostos iniciais de cobertura poderiam ter sido revistos de maneira mais formal e em conjunto com o doador, a fim de mitigar o risco cambial. Os projetos futuros deveriam incorporar um processo mais formal de revisão regular do risco cambial. Além disso, consideramos que os riscos relativos a atrasos na implementação do projeto, segundo nossa percepção, foram subestimados e constatamos que os riscos operacionais em instalações individuais não foram acompanhados. Desde nossa visita, prevemos que essas questões tenham se tornado mais significativas em consequência da pandemia.

1.47 Como parte de uma avaliação geral da governança e supervisão do projeto, consideramos que era necessária uma gestão mais ativa dos riscos. As deficiências na gestão dos riscos do projeto precisam ser tratadas pela OPAS como uma questão prioritária. Citamos também as conclusões no Haiti, onde as atividades do projeto tiveram início em 2019 sem nenhum acordo formal com o parceiro. Além disso, observamos temas semelhantes nos acordos relativos a outros projetos, em que avaliações abrangentes dos riscos deixaram de ser feitas antes da assinatura dos acordos.

1.48 Dados os impactos da COVID-19 em 2020, é imperativo que a gestão de riscos seja real, ágil e responsiva, que os riscos sejam examinados e atualizados frequentemente e que as discussões em torno da eficácia das medidas de mitigação sejam parte integrante das reuniões da Direção e da tomada de decisões. A gestão dos riscos operacionais fornece uma maneira documentada de a administração mostrar como os riscos estão sendo geridos, fortalecendo os processos de governança locais. Em consequência, pode fornecer ao centro maior segurança em torno da gestão dos riscos locais e maior visibilidade dos impactos sobre as operações. Continuamos a perceber que a gestão sistemática dos riscos não foi incorporada totalmente ao processo de tomada de decisões operacionais ou pela Direção, e que isso acarreta riscos significativos para a Organização, sobretudo com respeito a seus principais projetos e funções. **Nossas recomendações nessa área continuam pendentes** desde nosso relatório de 2018.

Detecção e prevenção de fraudes

1.49 Um forte compromisso com a prevenção de fraudes e a tolerância zero a atividades fraudulentas são fatores considerados por muitos doadores ao decidir sobre a formação de parcerias, e os Estados Membros têm grandes expectativas quanto à correção. No entanto, dentro dos organismos internacionais, as medidas contra fraudes podem ser fracas e os casos de fraude relatados são poucos. No ano passado, a opinião em nosso relatório foi a de que as fraudes relatadas na OPAS é baixa se considerarmos a natureza e a localização de muitas das atividades da Organização. No Haiti, por exemplo, descobrimos que não havia registro do pessoal que havia passado por capacitação nessa área e que não havia proatividade em ações contra fraudes ou em decorrência de denúncias de atos ilícitos. Dadas as circunstâncias locais e o histórico das operações de ONGs no país, achamos que a gestão local precisa de mais capacitação e ferramentas de apoio para que a Organização consiga demonstrar sua devida diligência e minimizar os riscos para o pessoal e para a reputação. No total, a OPAS relatou um total de 32 casos de fraude (56 casos em 2018), em grande parte relacionados ao roubo e perda de bens, totalizando US\$ 79 mil. Os detalhes sobre essas perdas estão estabelecidos na Nota 20 às demonstrações financeiras.

1.50 Fizemos algumas **recomendações robustas no ano passado sobre a necessidade de finalizar e operacionalizar a proposta de política antifraude como questão prioritária**. Infelizmente, isso ainda não ocorreu e, como exposto no nosso acompanhamento das recomendações anteriores, houve certa inércia dentro da Organização, e essas são questões que consideramos não terem sido suficientemente priorizadas pela Direção. Em um ambiente em que o pessoal pode estar sob crescente pressão financeira ou pessoal, tomar essas medidas reveste-se de um caráter ainda mais obrigatório.

A declaração sobre controle interno

1.51 A declaração sobre o controle interno é usada como um documento fundamental sobre a prestação de contas a fim de fornecer um relatório transparente do ambiente de controle e dos riscos enfrentados pelas organizações. Deve ser um subproduto dos processos diários e ser informado pelos componentes e interações essenciais dentro de uma estrutura de governança e controle interno que funcione bem. A eficácia dos controles internos descritos na declaração deve ser mantida sob revisão constante e enriquecida por contribuições dos provedores de garantias e pelos resultados das verificações de conformidade pela Direção. A OPAS foi uma das primeiras a adotar a declaração, e esse deve ser um instrumento importante para comunicar uma garantia fundamental aos Estados Membros.

1.52 Seguindo nossas observações do ano passado, a OPAS melhorou a qualidade da garantia que sustenta a declaração sobre controle interno, proporcionando uma visão mais ampla sobre o ambiente de controle interno. No entanto, acreditamos que a declaração deve ir mais longe, fornecendo uma visão mais equilibrada do ambiente de controle interno e da estrutura de gestão de riscos. Por exemplo, como destacado anteriormente, em nossa opinião, a gestão de riscos não está incorporada em toda a organização e permanece excessivamente concentrada nos principais riscos institucionais e não nos riscos operacionais. Além disso, achamos que a declaração deve integrar melhor as fontes de garantia utilizadas pelo Diretor, tirando partido de um processo mais sistemático. Embora a unidade de conformidade tenha obtido avanços, continua a faltar, como relatamos no ano passado, uma estratégia abrangente para assegurar que a garantia seja coordenada, os temas sejam identificados e a inteligência embase planos de trabalho mais integrados para os provedores dessa garantia.

1.53 Os Estados Membros da OPAS também reconheceram a necessidade de reforçar ainda mais os controles sobre a gestão dos projetos de cooperação técnica e solicitaram à Diretora que examinasse e refinasse a avaliação de riscos e a estrutura de gestão que abarca essas atividades e que mantivesse o Comitê Executivo informado do trabalho nessa área. Essa última questão sobre a gestão de riscos está alinhada com nossa **recomendação**

pendente de 2018 (R17) sobre a necessidade de uma abordagem mais sistemática para a gestão de riscos para os processos de aprovação e monitoramento de projetos da OPAS.

O Comitê de Auditoria da OPAS

1.54 Em 2009, o Conselho Diretor da OPAS criou um Comitê de Auditoria, que existe para servir o Diretor e os Estados Membros da OPAS na qualidade de unidade de consultoria especializada independente. Por meio do Comitê Executivo, o Comitê de Auditoria presta assessoria sobre a operação dos controles financeiros da Organização, estruturas de prestação de contas, processos de gestão de risco e outros controles relacionados à auditoria. Em consequência da COVID-19, o Comitê não se reúne desde dezembro de 2019.

1.55 Continuamos a acreditar que o Comitê de Auditoria tem uma função importante na governança da OPAS. Nossa experiência neste ano revelou uma série de aspectos das operações da OPAS em que, em nossa opinião, o Comitê tem uma função a mais a cumprir ao assessorar a Diretora e os Estados Membros. Isso abrangeria rever as considerações da Diretora sobre sustentabilidade financeira e aconselhá-la sobre mudanças nas políticas contábeis e na divulgação de informações financeiras. O Comitê também pode agregar valor, reforçando seu escrutínio dos avanços na implementação das recomendações, entre outras coisas, ajudando a Diretora a avaliar a necessidade de priorizar ou, em alguns casos, rejeitar recomendações que não sejam mais consideradas pertinentes ou benéficas. Para facilitar isso, há espaço para o Comitê examinar a frequência, o cronograma e as modalidades de suas reuniões, a fim de assegurar que esteja apto a continuar a fazer um escrutínio crucial nestes tempos incertos. Isso pode abranger oportunidades para que o Comitê se reúna remotamente, fora do ciclo formal, caso as circunstâncias o exijam.

1.56 Dados os riscos operacionais e financeiros que a OPAS enfrenta agora, o escrutínio externo e o desafio que o Comitê de Auditoria pode oferecer é mais importante do que nunca. Isso serviria para reforçar a governança da Organização e proporcionar aos Estados Membros uma garantia maior sobre o devido funcionamento do ambiente de controle. Continuaremos a participar das sessões do Comitê e a fornecer-lhes nossos relatórios e observações. Além disso, teríamos prazer em apoiar uma revisão de como o Comitê contribui para a governança da OPAS.

Part Dois

Gestão de recursos humanos

2.1 A OPAS tem como bem mais importante seus recursos humanos, e seu desempenho como organização é determinado, em grande medida, pelo modo como ela contrata, emprega e desenvolve seu pessoal. Além disso, o pessoal da OPAS representa um custo significativo para a Organização e, por essas razões, consideramos importante voltarmos nossa atenção para essa área no segundo ano de nosso mandato. Nosso trabalho tem se concentrado nos recursos humanos como uma função estratégica da OPAS e em como ela informa e apoia os gerentes para alcançarem os principais objetivos da organização. Com o tempo, a função de RH passou de uma função transacional para uma função mais estratégica, que facilita e permite que os gerentes cumpram os objetivos para a força de trabalho acordados pela Organização.

2.2 Em 2019, os custos de pessoal somaram US\$ 143,5 milhões, 12% dos gastos totais. Em outubro de 2019, a força de trabalho era composta por 889 funcionários sujeitos às regras e regulamentos da OPAS, 88 funcionários com contratos locais e 1.192 outros funcionários “contingentes” contratados por meio de agências, cessão temporária de pessoal de países sede e contratos de consultoria. Para cada 26 funcionários, havia um gerente sênior de nível P5 ou superior. As mulheres ocupavam 41% dos cargos de alto escalão em comparação com 35% na Secretaria da ONU.

Estrutura do HRM

2.3 A função de RH proporciona serviços em termos de conformidade e apoio para ajudar os gerentes no uso dos recursos de pessoal. Ela terá objetivos específicos para a força de trabalho que ela cumpre em nome da organização, abrangendo políticas e práticas relacionadas ao recrutamento, direitos, relações e bem-estar dos funcionários, aprendizagem e desenvolvimento e gestão de talentos. Uma função estratégica de RH desempenhará um papel central na gestão da mudança e no projeto institucional. Todas as equipes de RH reúnem e reportam informações sobre assuntos e tendências de RH à Direção e à Organização como um todo.

2.4 Na OPAS, os serviços de RH são prestados pelo Departamento de Gestão de Recursos Humanos (HRM), diretamente subordinado ao Diretor de Administração, um dos membros da Direção Executiva (EXM). Além de uma função de estratégia e política, o HRM tem unidades que cobrem a gestão dos empregados (contratação e classificação) e recursos temporários, remuneração e direitos, bem-estar e saúde, e desenvolvimento de carreira. É formado por 33 postos e é liderado por um funcionário do quadro efetivo de nível D1. Para o biênio 2018-19, o HRM teve um orçamento indicativo de US\$ 14 milhões, 2% do orçamento de base global da OPAS. Dos 33 postos, seis estavam vagos em outubro de 2019.

Planejamento estratégico da força de trabalho

2.5 O planejamento estratégico da força de trabalho consiste em assegurar que a OPAS disponha de pessoas com as qualificações certas, nas posições certas e no momento certo, para cumprir os objetivos operacionais. Em 2015, a OPAS lançou a Estratégia para Pessoas (“a Estratégia”), de quatro anos, “para atrair, reter e motivar os melhores talentos...”. A Estratégia delineava cinco prioridades para a força de trabalho:

- Realinhar o pessoal para melhor atender às necessidades programáticas e dos Estados Membros;
- Fomentar o talento em todos os níveis;

- Impulsionar o desempenho do pessoal;
- Alcançar uma liderança inspiradora por meio de investimentos em sua reserva de talentos em cargos de chefia;
- Criar um ambiente de trabalho de nível internacional e uma função de RH facilitadora.

2.6 Em 2015, a OPAS identificou 58 atividades da força de trabalho nesses cinco temas. A Organização continuou a monitorar seu progresso na implementação dessas medidas. Sua avaliação é apresentada na Tabela 5, abaixo. Nossa avaliação geral é que a Organização obteve um progresso limitado na implementação de sua Estratégia para Pessoas desde 2014. Até fevereiro de 2020, apenas 41% das atividades haviam sido totalmente concluídas.

Tabela 5: Estratégia para Pessoas 2015-19: Progresso na implementação das atividades (outubro de 2019)

Situação da atividade da força de trabalho	Quantidade
Implementada	10
Em andamento	26
Adiada	22
TOTAL	58

NOTAS:

1. Avaliação do progresso pela OPAS em outubro de 2019 (ano final para implementação).
2. Em fevereiro de 2020, a OPAS forneceu uma avaliação atualizada do progresso até dezembro de 2019. Declarou que havia analisado o progresso e, das 58 atividades, verificou que 15 tinham sido adiadas, 19 estavam em andamento e 24 (cerca de 41%) tinham sido concluídas. Não validamos essas informações.

Realinhar o pessoal para melhor atender às necessidades programáticas e dos Estados Membros

2.7 A Estratégia para Pessoas tem o objetivo de reduzir a quantidade de pessoal administrativo, não técnico e aumentar o número de cargos profissionais que trabalham na linha de frente, o que seria alcançado por meio da simplificação de processos administrativos e maior delegação da gestão da força de trabalho. A Estratégia também descreve medidas para melhorar a contratação de talentos. Embora a área de RH seja a proprietária da estratégia e forneça uma estrutura geral, continua dependente da Direção e das diretorias para entregar propostas que ajudem a cumprir os objetivos estabelecidos. A OPAS não definiu uma meta para o equilíbrio exato entre qualificações técnicas e não técnicas que a Organização está tentando alcançar. Acreditamos que as metas definem a ambição e fornecem um mecanismo com base no qual o desempenho pode ser medido e os planos e prioridades podem ser adaptados.

2.8 Entre 2014 e 2019, a OPAS reduziu a proporção de pessoal que desempenha funções não técnicas de apoio administrativo de 57% para 44%. A maior parte desse reequilíbrio foi alcançada por meio do aumento da quantidade de pessoal profissional — consultores, em especial — em vez de reduzir significativamente o número de pessoal de apoio administrativo (Figura 1). Já se passaram quatro anos desde que a OPAS implementou o PMIS como o facilitador dessa mudança, e acreditamos que ainda haja oportunidade de rever processos para obter mais eficiências administrativas. Isso tem sido apoiado pelas constatações de outras avaliações externas. A OPAS não determinou uma linha de base inicial antes da implementação do PMIS e, portanto, é difícil medir o nível de eficiência alcançado com as novas maneiras de trabalhar.

2.9 É importante que metas ambiciosas sejam estabelecidas durante um período de tempo para reduzir ainda mais os custos e aumentar a eficiência. A OPAS também deve estudar a possibilidade de ampliar ainda mais áreas como a terceirização como parte de uma estratégia de força de trabalho para concentrar o pessoal nas atividades na linha de frente. Isso é de especial importância dada a situação financeira atual da OPAS.

Figura 1: Pessoal profissional e de apoio administrativo na OPAS

O número de profissionais aumentou acentuadamente nos últimos anos, enquanto a redução do pessoal de apoio administrativo foi mais modesta.



NOTAS:

1. Posição em 31 de dezembro de 2014 e 31 de outubro de 2019 quando nossa auditoria foi feita, combina os postos de “pessoal efetivo” e “pessoal não efetivo”, incluídas as consultorias.
2. A participação de pessoal de apoio administrativo caiu 10% entre 2014 e 2019. A participação de pessoal profissional cresceu 51% entre 2014 e 2019.
3. A Figura 4 discrimina as categorias de pessoal.

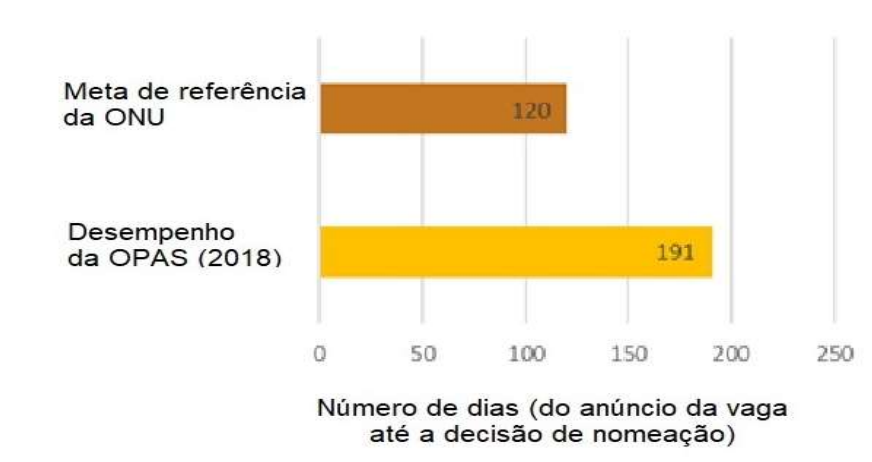
Fonte: Análise das informações da OPAS pelo Escritório Nacional de Auditoria.

2.10 Uma vez identificadas as lacunas na força de trabalho, incorporar novos talentos da maneira mais eficiente possível é uma função central dos gerentes de RH. Minimizar o tempo entre a data em que uma vaga é anunciada pela primeira vez e a decisão de nomeação é uma parte significativa desse processo e exige boa colaboração entre o HRM e as entidades operacionais. As Nações Unidas estabeleceram uma meta de referência para contratação de 120 dias desde o anúncio da vaga até a decisão de nomeação. Na época de nossa auditoria, a única série de dados completa referia-se a 2018 e, durante esse período, a contratação para postos levava 191 dias.

2.11 A análise de dados pode fornecer informações úteis para acompanhar o desempenho em áreas como contratação a fim de identificar possíveis causas de demoras ou de contratações de pouco valor. Cumpre notar que nem todos os elementos do processo estão sob o controle do HRM. O HRM nos informou que a demora no preenchimento de cargos é uma consequência da situação financeira da OPAS. É importante que as campanhas de contratação estejam alinhadas com a necessidade estratégica e a disponibilidade de recursos de caixa para financiar os postos.

2.12 Em 2018, a OPAS adotou o sistema de gestão de talentos da Organização Mundial da Saúde baseado na nuvem, o que, segundo a OPAS, levou a um melhor processamento das contratações, e foram adotados novos processos para apoiar uma abordagem mais padronizada para a contratação de pessoal. Entretanto, o desempenho da OPAS em relação à meta de referência de processamento das Nações Unidas continua fraco (Figura 2).

Figura 2: Dias de processamento de contratações, do anúncio da vaga até a decisão de nomeação



NOTAS:

1. Apenas nomeações para o quadro efetivo. A OPAS mede seu desempenho a partir da data em que o anúncio da vaga é encerrado até a decisão de nomeação. Para garantir que seus dados sejam comparáveis com a meta de referência das Nações Unidas, acrescenta-se uma margem para o período de anúncio da vaga. O NAO pressupôs um período de 21 dias durante o qual a vaga é anunciada. Na prática, as vagas da OPAS para o quadro de pessoal profissional normalmente ficam anunciadas por um período um pouco mais longo.
2. A meta tomada como referência pelas Nações Unidas pode ser consultada aqui: <https://careers.un.org/lbw/attachments/ManualfortheHiringManager.pdf>.
3. Fonte: Análise das informações da OPAS pelo Escritório Nacional de Auditoria.

A OPAS deveria:

R9: Identificar oportunidades para realinhar ainda mais a força de trabalho como parte de mudanças nos processos de negócio e de um planejamento estratégico mais amplo.

R10: Examinar as causas fundamentais dos prazos para contratações por meio da análise de dados do PMIS para embasar a prática de contratações no futuro.

R11: Assegurar que o processo de contratação não seja iniciado a menos que os recursos financeiros acordados para o posto estejam garantidos.

Fomentar o talento em todos os níveis

2.13 A Estratégia para Pessoas estipula que a OPAS adotará uma abordagem abrangente baseada na competência para avaliar as qualificações de que seu pessoal necessita e, por sua vez, o foco do investimento na aprendizagem e no desenvolvimento. Com a Estratégia, a OPAS também se comprometeu a investir de forma mais sustentada na aprendizagem e desenvolvimento, criando um fundo para aprendizagem de “2% do salário-base e do subsídio por posto para todos os funcionários efetivos e as pessoas em regime contratual que não façam parte do quadro efetivo”. O pessoal da OPAS recebe capacitação por meio de provisão no nível de cada entidade e de um programa de prioridade de aprendizagem institucional que abrange toda a Organização. A OPAS optou por não participar do programa de Fundos para Aprendizagem Global da Organização Mundial da Saúde em 2016, preferindo gerir seu próprio programa de aprendizagem a partir daquele momento. Um programa de aprendizagem institucional é acordado por um Conselho de Aprendizagem e Desenvolvimento semestral, presidido pelo Subdiretor com o apoio do HRM.

2.14 A OPAS adotou o modelo baseado em competências da Organização Mundial da Saúde em 2018 para fins de descrição de cargos e processos de seleção. A Organização ainda não aplicou esse modelo ao processo de gestão de desempenho. Em consequência, acreditamos que haja uma desconexão entre as funções que se espera que as pessoas cumpram e a gestão de seu desempenho e desenvolvimento nessas funções. Sem a disciplina de um

processo de avaliação baseado em competências é difícil ver como os gerentes podem ter a autonomia para assegurar que a força de trabalho responda e se desenvolva de acordo com a evolução das necessidades da instituição.

2.15 A OPAS fez uma avaliação completa das necessidades de aprendizagem e uma análise das necessidades de capacitação entre 2013 e 2014. Desde então, não atualizou sua análise. A OPAS deve usar a avaliação de desempenho para identificar as necessidades de capacitação e formular planos de desenvolvimento pessoal para sanar essas deficiências. Esses planos também devem abranger capacitação obrigatória apropriada às funções de cada pessoa. O desempenho em relação aos planos de capacitação devem então ser monitorados como parte do processo de avaliação. O HRM também deve manter dados sobre o impacto da capacitação.

2.16 Avaliamos que, embora o biênio 2018-19 tenha registrado vários desdobramentos positivos na área da capacitação institucional, como revisões no curso de introdução, a oferta de orientação a cargo de pares graças ao PMIS e o uso do Sistema de Gestão da Aprendizagem da Organização Mundial da Saúde (iLearn), a OPAS não implementou a abordagem sustentada de aprendizagem e desenvolvimento exigida em sua Estratégia para Pessoas:

- A alocação de financiamento para a aprendizagem e o desenvolvimento na instituição em 2019 foi *ad hoc*, com recursos fornecidos no fim do ano, reduzindo a margem para a provisão de comissões;
- Os gastos com a aprendizagem na instituição no biênio 2018-19 foram de US\$ 0,8 milhão, o que representou apenas metade do montante de US\$ 1,5 milhão alocado e equivale a 0,3% dos custos de pessoal para o biênio, bem abaixo da ambição de 2% estabelecida na Estratégia para Pessoas;
- A oferta de capacitação para o pessoal não efetivo é limitada, apesar de esse grupo representar cerca de 55% da força de trabalho;
- O *feedback* do pessoal sobre as opções de aprendizagem é inegavelmente negativo. As respostas à Pesquisa de Envolvimento do Pessoal da OPAS 2019 figuram como as piores entre as organizações pesquisadas e a pontuação da OPAS ficou dentro do quartil mais baixo em comparação com as demais organizações pesquisadas pela Gallup;
- A participação do pessoal de alto escalão na capacitação *obrigatória* é baixa, o que configura um risco institucional significativo. São poucas as sanções aplicadas pela Organização aos funcionários que não participam de cursos obrigatórios, e isso não faz parte do processo de gestão do desempenho. Por exemplo, nos foi fornecido um relatório do PMIS que indicava que apenas quatro funcionários de níveis P5 e superiores haviam concluído o curso obrigatório sobre o “Código de Princípios Éticos e de Conduta” e dez funcionários desses níveis haviam concluído um curso oferecido pela ONU sobre a prevenção do assédio. O relatório de 2019 sobre a gestão de recursos humanos da RSPA (SPBA 14/12) indicou que havia 34 funcionários nesses níveis naquele ano.

2.17 Observamos que a prática atual de aprendizagem e desenvolvimento não dá atenção suficiente à capacitação e desenvolvimento da mão de obra contingente. Em vista da dependência dessa categoria de pessoal e do fato de que os contratos costumam ser prorrogados passado o prazo da cláusula de rescisão, acreditamos que a prática atual significa que um elemento substancial dos recursos humanos não é desenvolvido suficientemente para assegurar que suas qualificações atendam às necessidades atuais e futuras da OPAS.

2.18 À medida que a Organização se adapta e enfrenta pressões orçamentárias, é essencial que o pessoal seja capacitado para maximizar o potencial das novas tecnologias e formas de trabalho. É importante que a Direção

incentive uma cultura de aprendizagem e desenvolvimento em toda a organização, sustentada por melhores processos de monitoramento e conformidade, sobretudo no que diz respeito à capacitação obrigatória.

A OPAS deveria:

R12: Ter a certeza de que está investindo no desenvolvimento de todos os recursos humanos em todas as modalidades de pessoal. Essa necessidade deve ser sustentada por uma “análise atualizada das qualificações necessárias” e por um fluxo de financiamento confiável, além de ser monitorada e analisada rotineiramente para avaliar a absorção e o impacto.

R13: Zelar para que a oferta e participação nos cursos e eventos de capacitação sejam monitoradas de maneira apropriada e que a capacitação obrigatória seja aplicada e refletida devidamente no sistema de medição do desempenho.

Impulsionar o desempenho do pessoal

2.19 Como parte de sua Estratégia para Pessoas, a OPAS disse que redesenharia seu sistema de gestão de desempenho para assegurar uma maior diferenciação e impulsionar uma melhoria da gestão. O desenvolvimento do pessoal por meio da gestão do desempenho para que os funcionários continuem a crescer e assumir funções diferentes e mais desafiadores, de acordo com a evolução das prioridades institucionais, é parte fundamental do planejamento da força de trabalho. O HRM tem um papel a cumprir na definição dos requisitos mínimos para a gestão do desempenho e no patrocínio das melhores práticas, mas as providências de fato também dependem do comportamento dos gerentes em toda a Organização que definem o tom da gestão e avaliação do desempenho.

2.20 O pessoal da OPAS é obrigado a passar por uma avaliação de desempenho; os dados da OPAS referentes a 2018 mostram que 63% do pessoal o fez (75% em 2017). Para esse pessoal, as disposições atuais não constituem uma base consistente para identificar os de melhor desempenho ou para gerir os casos de desempenho abaixo do esperado. Nosso exame dos dados da OPAS sobre as avaliações concluídas em 2018 revelou que 45% do pessoal atingiu a classificação mais alta (“excelente”), enquanto apenas 1% recebeu uma classificação “abaixo da expectativa”. Um sistema que diferencie claramente os níveis de desempenho apoiará melhor a gestão, permitindo a identificação do pessoal que pode ser mais bem desenvolvido para cumprir funções mais desafiadoras ou diferentes. Embora o pessoal que não faz parte do quadro efetivo da OPAS desempenhe funções muito semelhantes, quando não idênticas às do pessoal efetivo, o desempenho daqueles não é avaliado na mesma extensão. Com a organização depende fortemente do pessoal não efetivo, há o risco de que mais da metade dos recursos humanos usados pela organização não tenha uma avaliação abrangente de seu desempenho ou de suas necessidades de capacitação.

2.21 Um sistema eficaz de gestão do desempenho é essencial para sustentar mudanças exitosas. O *feedback* do pessoal sobre a forma como os gerentes da OPAS cuidam da gestão do desempenho é excepcionalmente negativo. Os entrevistados na Pesquisa de Envolvimento do Pessoal de 2019 deram à OPAS pontuações que ficaram abaixo da atingida pela maioria das outras organizações pesquisadas pela Gallup em indicadores como o nível de reconhecimento pelo trabalho realizado, se os gerentes se importavam com os funcionários e se conversavam com eles sobre seu progresso e desenvolvimento (as pontuações estavam entre o 8º e o 12º percentil em comparação com as das pesquisas da Gallup com outras organizações). A OPAS respondeu pedindo a cada entidade que formulasse um plano de ação para tratar das preocupações levantadas. Contudo, é crucial que a Direção também faça mudanças para promover um ambiente e uma cultura que fomentem a melhoria do desempenho, sustentada por um desenvolvimento solidário e pertinente. O HRM nos informou que, até maio de 2020, 47% das entidades (27 de 57) haviam apresentado seus planos ao HRM.

2.22 O desempenho do pessoal também é influenciado pelo nível de segurança que sentem no ambiente de trabalho. Os resultados de uma pesquisa da ONU de 2018 sobre espaços seguros e o assédio sexual mostrou que

36% dos entrevistados na OPAS haviam passado por situações de assédio sexual nos últimos dois anos, em comparação com 33% na Organização das Nações Unidas como um todo. Esse índice era maior no caso dos trabalhadores mais jovens e sugere que a OPAS precisa fazer mais para criar um ambiente em que todo o pessoal possa cumprir suas funções de maneira eficaz. Entendemos que os resultados dessa pesquisa não foram comunicados ao pessoal — um primeiro passo essencial para abordar as questões levantadas por ela. Nossas visitas às representações identificaram que se poderia fazer mais para orientar e conscientizar o pessoal sobre esses aspectos e divulgar os mecanismos para que o pessoal apresentasse suas preocupações. Além disso, observamos que a capacitação obrigatória sobre essas questões não foi aplicada pela Organização e, assim, não havia sido recebida por todo o pessoal, incluídos os ocupantes dos cargos de nível mais alto na OPAS.

2.23 A boa prática reconhece que as pesquisas de envolvimento do pessoal devem ser feitas regularmente a cada ano. Isso permite às organizações acompanhar o desempenho dos funcionários ao longo do tempo e medir as melhorias resultantes das ações implementadas. A OPAS nos informou que não pretende repetir a pesquisa de envolvimento em 2020. A medição do progresso entre as pesquisas pode constituir um indicador útil tanto do desempenho do HRM quanto do desempenho de cada diretoria e proporcionar um foco para ajustar as ações planejadas.

A OPAS deveria:

R14: Repetir regularmente as pesquisas de envolvimento do pessoal de modo a refletir elementos-chave de sua estratégia para as pessoas e proporcionar um foco para tratar de áreas de preocupação do pessoal.

R15: Fortalecer o regime geral de gestão do desempenho do pessoal de maneira a aumentar seu valor para empregados e gerentes, permitir uma diferenciação precisa e justa de desempenho e potencial, e ajudar a lidar com o desempenho insuficiente. A conclusão de um processo de avaliação deve ser obrigatória para os gerentes de linha, a conformidade deve ser monitorada e medidas devem ser tomadas conforme necessário.

R16: Assegurar que a resposta às questões que abarquem todo o sistema relacionadas ao assédio sexual sejam uma parte clara das sessões obrigatórias de capacitação e conscientização do pessoal e que a Organização zele para que uma cultura de tolerância zero seja comunicada claramente pela Direção.

Alcançar uma liderança inspiradora

2.24 Por meio da Estratégia para Pessoas, a OPAS comprometia-se com “um investimento sustentado em seu pessoal de chefia” com medidas para incluir um programa de *coaching* executivo e uma nova abordagem para o planejamento sucessório. Esta última área é uma parte importante do planejamento da continuidade das operações e pode ajudar a fortalecer o envolvimento do pessoal e o desenvolvimento dos empregados tomados como alvo. O desenvolvimento de programas de talentos está de acordo com as boas práticas de RH. Em 2018, a OPAS lançou um programa de gestão e liderança usando a oferta existente da Faculdade do Pessoal do Sistema das Nações Unidas (UNSSC). Cerca de 60 gerentes médios e superiores participaram desse programa até o momento. Foi feita uma avaliação do programa e de cada um de seus módulos, e os resultados foram compartilhados com os participantes e o Diretor do HRH. O HRM deve avaliar a eficácia do programa em relação a suas necessidades.

2.25 A gestão de talentos é de importância especial quando uma proporção significativa da força de trabalho está se aproximando da aposentadoria — na OPAS, quase dois terços do pessoal profissional contratado por prazo fixo têm mais de 50 anos e quase um de cada cinco tem mais de 60 anos. Trata-se de um perfil etário que apresenta riscos e oportunidades para a OPAS e precisa ser cuidadosamente administrado. A OPAS ainda não implementou uma abordagem sistemática para o planejamento sucessório. As propostas apresentadas até o momento ainda não

foram aprovadas pela Direção Executiva da Organização. Entendemos que uma abordagem revisada está em elaboração atualmente. Nesse meio tempo, o planejamento sucessório na OPAS é informal e localizado, e visa o pessoal em posições de chefia intermediária. Como parte da solução para melhorar a gestão de talentos e o planejamento sucessório, a OPAS está estudando a possibilidade de implementar um módulo de gestão de talentos dentro do PMIS.

2.26 Não existe um esquema formal de mentoria para apoiar o pessoal em cargos mais subalternos, embora a OPAS pretenda cumprir um papel mais ativo no programa para funcionários profissionais nesse nível no futuro. Muitas organizações veem esse processo de mentoria como uma forma valiosa de desenvolver o pessoal e pode ser uma maneira relativamente econômica de desenvolver o pessoal internamente para chegar a posições de chefia.

2.27 Nossas visitas às representações até o momento evidenciaram que pode haver pressões específicas em termos de recursos que precisam ser geridas com cuidado, e sobre as quais uma capacitação direcionada poderia ter um impacto. Identificamos questões específicas em relação à contratação para a representação no Haiti, um posto de trabalho específico e difícil dadas as exigências linguísticas e as difíceis circunstâncias ligadas ao local. Convém considerar a possibilidade de identificar capacitação e desenvolvimento para o pessoal que estaria disposto a aceitar esses postos mais especializados no início de suas carreiras, de modo a permitir um planejamento sucessório adequado dentro de um prazo suficiente para suprir as necessidades futuras.

A OPAS deveria:

R17: Formular uma abordagem estruturada, simples e transparente para o planejamento sucessório em toda a organização, reconhecendo o perfil etário atual do pessoal profissional e as necessidades específicas da Organização. Isso é importante e pertinente para todas as diferentes modalidades de pessoal.

A situação da Estratégia para Pessoas da OPAS

2.28 Durante 2019, foi criado um Comitê Consultivo para a Implementação da Estratégia para Pessoas (ACIPS, na sigla em inglês) para aconselhar sobre o trabalho em andamento e priorizar as atividades e iniciativas estabelecidas na Estratégia para Pessoas. O ACIPS também foi encarregado de fazer recomendações à Direção Executiva sobre ajustes na Estratégia para Pessoas necessários para apoiar o novo Plano Estratégico da Organização Pan-Americana da Saúde 2020-2025.

2.29 O ACIPS reuniu-se para discutir um roteiro e identificou as necessidades para o biênio atual. Avaliou as atividades pendentes da estratégia anterior e as priorizou levando em conta as necessidades de recursos e o impacto em potencial. Como parte dessa priorização, algumas atividades foram adiadas ainda mais. Contudo, a OPAS não tem uma Estratégia para Pessoas abrangente para 2020-2025. Acreditamos que uma Estratégia para Pessoas renovada é importante para reconhecer e apoiar as mudanças organizacionais resultantes da situação financeira atual.

Medidas do desempenho dos recursos humanos da OPAS

Gestão baseada em resultados

2.30 A OPAS se vê na vanguarda da gestão baseada em resultados. Nesse tipo de gestão, contempla-se que existem medidas claras de insumos e produtos para permitir que os Estados Membros avaliem os resultados que fluem das contribuições feitas e que eles estejam ligados a uma estratégia clara. Comumente, isso é obtido por meio da apresentação de um conjunto de indicadores para avaliar e medir o desempenho. Em nossa opinião, os parâmetros de RH da OPAS para apresentar os resultados precisam de um aprimoramento considerável. Isso é especialmente importante à medida que a organização atualiza suas estratégias para pessoas e enfrenta pressões financeiras que podem exigir uma mudança para qualificações e práticas de trabalho mais ágeis e flexíveis.

2.31 No biênio anterior e no atual, a OPAS definiu um único indicador para medir o desempenho do HRM. Em 2018-19, tratava-se de medir a gestão e coordenação eficaz e eficiente dos recursos humanos. O indicador de resultado estabelecido era a proporção dos Acordos de Nível de Serviço alcançados com relação a recursos humanos. Em 2020-21 o indicador é configurado como o progresso em atrair, contratar e reter talentos necessários para a execução de seus programas. O indicador de resultado para demonstrar isso foi selecionado como o volume de mudanças nas descrições dos postos de trabalho. Não acreditamos que esses indicadores forneçam uma medida suficientemente matizada do desempenho de RH ou das realizações na implementação da Estratégia para Pessoas e que fornecerão poucos dados valiosos para gerir a organização ou para reforçar a prestação de contas. Além disso, observamos que há uma demora substancial na apresentação de relatórios aos Estados Membros sobre o desempenho do indicador, o que prejudica ainda mais sua utilidade como mecanismo de prestação de contas. O Orçamento por Programas 2020-2021 prevê que uma avaliação completa do desempenho não será feita até 2022, o que, em nossa opinião, reduz ainda mais o valor, em termos de prestação de contas, dessas medidas de gestão baseada em resultados. Em nossos futuros relatórios, examinaremos em mais detalhe os mecanismos da OPAS para esse tipo de gestão.

A OPAS deveria:

R18: Considerar medidas de desempenho mais granulares em seus indicadores de resultados imediatos que forneçam indicadores mais mensuráveis ligados aos principais objetivos da organização e da estratégia para pessoas.

Prestação de contas sobre o desempenho das divisões do HRM

2.32 É importante que existam sistemas para informar o progresso em relação aos objetivos a fim de prestar contas aos gerentes e Estados Membros; aumentar a transparência e embasar a tomada de decisões, a aprendizagem e as melhorias. O desempenho do HRM é informado anualmente aos Estados Membros por meio do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração e do Conselho Executivo, e no encerramento dos biênios, como parte dos relatórios sobre o Programa e Orçamento.

2.33 Internamente, o HRM informa seu desempenho à Direção Executiva (EXM) a cada seis meses por meio do processo de avaliação do desempenho institucional. O HRM também oferece um painel de informações para seis reuniões mensais de avaliação de desempenho envolvendo a EXM e os gerentes das entidades. Desde 2019, o Diretor do HRM tem participado das reuniões da EXM a cada dois meses para informar sobre assuntos de RH, como o progresso na implementação da Estratégia para Pessoas. A comunicação das informações de RH à Direção melhorou em 2019 graças à participação regular do HRM nas reuniões da EXM. No entanto, há espaço para padronizar o alcance e a regularidade das informações fornecidas usando uma abordagem de pontuação equilibrada, aproveitando o potencial do PMIS para gerar relatórios.

2.34 O relatório de 2019 do HRM aos Estados Membros do Comitê Executivo proporcionou uma visão geral do progresso na implementação da Estratégia para Pessoas e descreveu as características essenciais da força de trabalho (categoria, nível, gênero, idade, localização e tempo de serviço). Contudo, as informações fornecidas são limitadas e, em nossa opinião, não oferecem uma avaliação completa do progresso da OPAS na gestão de seus recursos humanos. Para melhorá-la, deve-se:

- Usar informações sobre custos junto com os dados de desempenho, empregando indicadores da produtividade do pessoal sempre que possível;
- Fornecer informações sobre a alocação de recursos de pessoal em relação às prioridades operacionais estabelecidas no Plano Estratégico da OPAS;

- Comparar os principais dados de RH com metas e dados de outras organizações semelhantes;
- Apresentar uma gama mais ampla de informações de RH abrangendo o desempenho do HRM, as taxas de vacância, contratação (número de candidaturas e origem), motivação, desempenho e desenvolvimento do pessoal, doenças, rotatividade e reclamações;
- Usar infográficos simples para promover uma apresentação mais clara e concisa.

2.35 Em nossa opinião, o relatório anual do HRM aos Estados Membros poderia oferecer uma imagem mais completa do progresso em relação à estratégia se, a cada ano, alinhasse mais estreitamente os resultados com as ações acordadas e estabelecidas na estratégia. Atualmente o relatório está estruturado de acordo com os principais temas da estratégia, mas não há uma avaliação sistemática do progresso na implementação das ações relacionadas sob cada tema.

A OPAS deveria:

R19: Fortalecer a governança em torno dos recursos humanos ao:

- **Elaborar relatórios mais abrangentes e claros para os Estados Membros sobre os recursos humanos e a função do HRM, oferecendo uma gama mais ampla de dados e informações financeiras e sobre o desempenho e empregando técnicas de benchmarking;**
- **Preparar um conjunto sistemático de informações sobre a gestão dos recursos humanos e dados de custos para a apresentação de relatórios a todas as reuniões da Direção Executiva usando a funcionalidade do PMIS.**

Planejamento estratégico do pessoal

2.36 Uma função de RH eficaz atua como um parceiro de negócios, tanto apoiando como desafiando a organização como um todo a usar melhor sua força de trabalho. O apoio diário do HRM é valorizado pelas entidades operacionais da OPAS. O HRM trabalha em conjunto com a Unidade de Planejamento e Orçamento para supervisionar o planejamento operacional bienal, orientando e contestando as entidades sobre seus planos de recursos humanos. Recentemente, o HRM também trabalhou com as representações nos países, como o Haiti, para ajudar a redesenhar as estruturas das entidades, mas esse trabalho é ocasional e de alcance limitado. O HRM pode fazer mais para contestar as informações que recebe dos gerentes: o IES tem observado uma tendência frequente de o HRM aceitar informações sobre direitos sem um exame adequado.

2.37 À medida que as prioridades operacionais da OPAS evoluam e ela se adapte a um ambiente de financiamento mais restrito, é importante avaliar as qualificações necessárias de sua função de RH para apoiar a Direção no processo de mudança. Como parte desse processo, é importante que os recursos humanos estejam dotados das qualificações e capacidades suficientes para fazer uma mineração e análise eficazes dos dados dentro do PMIS, a fim de usar os dados com mais eficácia para aumentar a conformidade por parte dos gerentes de linha e para apresentar esses dados para melhorar o controle geral.

A OPAS deveria:

R20: Considerar se a função de RH está sendo usada da melhor maneira possível para contribuir sistematicamente para a gestão das mudanças e o redesenho organizacional na OPAS.

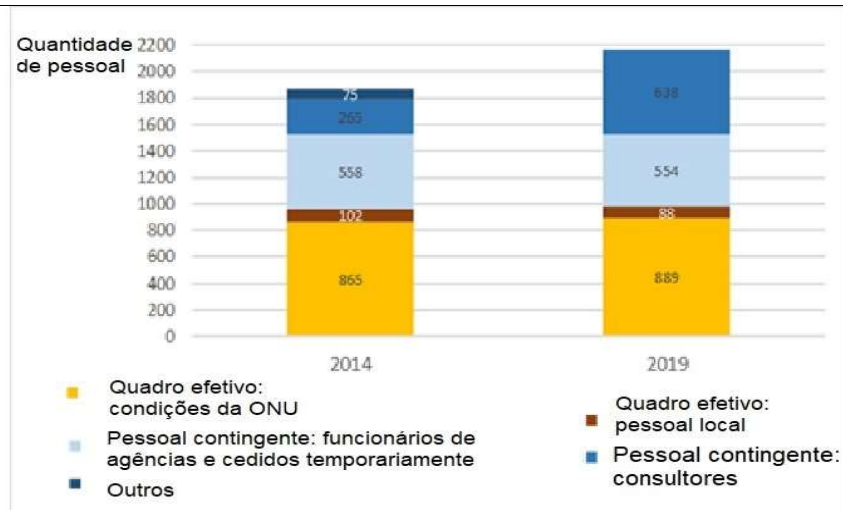
R21: Examinar a capacidade em termos de recursos e qualificações do HRM para usar plenamente o PMIS a fim de assegurar um maior foco na conformidade da gestão on-line com as regras de RH e investigar um conjunto de relatórios que possam ser usados para responsabilizar os gerentes por suas atividades de RH.

A análise de dados também deve ser usada para identificar as causas fundamentais da falta regular de conformidade a fim de informar a política e os controles.

Características da força de trabalho da OPAS

2.38 A força de trabalho da OPAS aumentou entre 2014 e 2019. Um fator-chave para isso foi o maior uso de mão de obra contingente e, em especial, de consultores individuais (Figura 3).

Figura 3: Quantidade e categorias de pessoal, 2014 e 2019



NOTAS:

1. O pessoal nas condições da ONU abrange os funcionários de nível profissional e os de serviços gerais, tanto com contrato de trabalho temporário como com prazo fixo.
2. Os consultores são profissionais com contratos nacionais ou internacionais.
3. A OPAS também usa pessoal contratado por meio de agências e tem acordos com os governos anfitriões em que pessoal dos Ministérios de Saúde do governo anfitrião são cedidos para trabalhar para a OPAS.
4. A categoria Outros é definida pela OPAS como o pessoal empregado por outras organizações.

Fonte: Análise das informações da OPAS pelo Escritório Nacional de Auditoria.

Uso de mão de obra contingente

2.39 O uso de mão de obra contingente — ou funcionários “não pertencentes ao quadro efetivo”, como também são chamados — dá à OPAS mais flexibilidade para cumprir seus objetivos, sem incorrer em alguns dos custos e obrigações associados ao modelo de pessoal das Nações Unidas (como subsídios por dependentes e mobilidade, pensões e seguro-saúde pós-serviço). Contudo, a gama de categorias de pessoal “não efetivo” é excepcionalmente ampla de acordo com nossa experiência. O modelo incomum de força de trabalho da OPAS gera desafios:

- Os funcionários não efetivos estão cumprindo uma gama de funções, de modo que a fronteira entre o trabalho do pessoal efetivo e do pessoal não efetivo por vezes é vaga. Alguns funcionários “contingentes” estão no cargo há bastante tempo, com quase um terço (32%) tendo trabalhado para entidades da OPAS por cinco anos ou mais, e 18% por 10 anos ou mais.⁹ Os índices de rotatividade entre algumas categorias que não

⁹ Os dados abrangem breves interrupções obrigatórias nos contratos de consultores.

fazem parte do quadro efetivo são amplamente comparáveis com as do pessoal efetivo, o que torna os limites ainda mais confusos;

- Embora exista orientação sobre o uso de todas as modalidades de pessoal, a supervisão central da contratação de pessoal não efetivo por entidades individuais é relativamente limitada, apesar de algumas melhorias no processo visando os consultores em 2019 e da revisão de alto nível dos planos para a busca de recursos humanos durante o planejamento do trabalho bienal;
- A gama de modalidades de contrato, cada uma com condições próprias, gera complexidades administrativas e aumenta os riscos de conformidade;
- O aumento do recurso a consultores cujos contratos são de prazo limitado significa que os mecanismos de transferência de conhecimentos técnicos precisam ser robustos. A OPAS nos disse que, atualmente, o risco de “perda de conhecimento” é, pelo menos, parcialmente administrado por meio de solicitações para alterar os tipos de contratos e solicitações à Direção Executiva para estender os compromissos “em caráter de exceção”.

2.40 Na prática, o aumento do uso de consultores por entidades muitas vezes reflete considerações quanto ao financiamento no curto prazo, em vez de se a natureza da tarefa ou função é uma atividade central mais adequada para uma nomeação para o quadro efetivo. A OPAS deveria examinar a gama de modalidades de pessoal e considerar, estrategicamente, a combinação ideal para alcançar seus objetivos. Deveria levar em conta a necessidade de prestação de contas e avaliar os custos e benefícios de usar trabalhadores contingentes a longo prazo. Em nossa opinião, o uso de mão de obra contingente não deve ser um mecanismo empregado para cobrir necessidades de pessoal no longo prazo, e o recurso a esses contratos deve ser controlado e bem considerado, e não feito por meio de renovações automáticas. Não notamos evidências de que tenha sido feita uma análise completa antes da renovação dos atuais contratos de trabalho contingentes para avaliar se existem meios com melhor relação custo-benefício para obter os mesmos resultados (uma situação que evidenciamos no ano anterior, com a dependência significativa de pessoal de agências em Brasília sendo um dos exemplos).

2.41 O Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação (IES) concluiu uma auditoria sobre o uso de consultores pela OPAS. Constatou que eram necessárias amplas melhorias nas práticas de gestão de riscos e controles internos, destacando, em especial, a falta de clareza na definição e uso do mecanismo de contratação de consultores e a necessidade de aumentar a transparência e melhorar o processo dos concursos para a contratação de consultores, dada a dependência excessiva de conexões pessoais e de aposentados e estagiários da OPAS. Acreditamos que essa auditoria levanta questões significativas sobre a gestão, supervisão e a relação custo-benefício dos consultores e vamos monitorar as medidas que a Direção está tomando para identificar as deficiências nos controles.

2.42 A OPAS nos informou que muitas dessas questões foram tratadas em um projeto de política que ainda não foi publicado.

A OPAS deveria:

R22: Fazer um exame mais amplo do uso de contratos para funcionários “não efetivos” a fim de considerar a possibilidade de rever a relação custo-benefício do mecanismo de contratação e considerar mais cuidadosamente a necessidade de renovação dos contratos de consultoria, considerando o equilíbrio entre a necessidade operacional no longo prazo e as demandas no curto prazo.

R23: Estabelecer mecanismos claros para monitorar e rever, de forma centralizada, o uso das disposições para contratação a fim de assegurar a conformidade dos centros de custos com novas políticas que surjam após a revisão pelo IES de abril de 2020. Convém incluir entre esses mecanismos a apresentação à Direção de relatórios mais frequentes sobre os principais parâmetros e os aspectos da conformidade.

Part Três

Recomendações do ano anterior

3.1 Em 31 de março de 2020, das 22 recomendações feitas para 2018, oito (36%) não haviam sido implementadas, 10 (45%) estavam em andamento e quatro (18%) haviam sido implementadas ou encerradas.

3.2 Embora tenha havido algum progresso, observamos que o avanço na implementação das recomendações tem sido lento. Embora haja impactos inevitáveis em consequência das pressões causadas pela COVID-19 e pelo fluxo de caixa, acreditamos que algumas de nossas recomendações anteriores ofereçam importantes oportunidades de melhoria. Incentivamos a Direção a adotar planos mais detalhados em torno da implementação das recomendações para demonstrar progresso e intenção. Há espaço para que esses planos sejam submetidos a um escrutínio maior do Comitê de Auditoria e para que também se opine sobre sua pertinência contínua à medida que as situações e circunstâncias evoluam. A Direção deve recorrer à experiência do Comitê de Auditoria para aconselhar a Diretora sobre o progresso e a definição de prioridades.

3.3 Em nosso relatório substantivo deste ano, passamos em revista a abordagem da OPAS com respeito à gestão de risco. Além disso, examinamos mais profundamente aspectos da gestão de fundos da OPAS e reiteramos recomendações pertinentes nos casos em que consideramos que o progresso tem sido lento.

3.4 Em nossa opinião, a OPAS deveria ser mais proativa ao levar adiante muitas das recomendações que fizemos em 2018. Em especial, destacaríamos questões de gestão financeira relacionadas à gestão estratégica dos fundos e ao apoio a programas. Ademais, o que é crucial é que a OPAS tenha avançado pouco na melhoria das medidas de combate a fraudes. Não se fizeram avaliações abrangentes do risco de fraudes e a política antifraude revisada ainda não foi publicada. Acreditamos que, no ambiente atual, é importante ter essas estruturas fundamentais em vigor para assegurar que a Organização esteja apta a responder devidamente aos riscos crescentes de fraude durante este período de instabilidade econômica.

Agradecimentos

3.5 Gostaríamos de agradecer à Diretora e sua equipe pela cooperação ao facilitar nosso trabalho de auditoria, sobretudo à luz das significativas pressões financeiras e operacionais que a organização enfrentou durante 2020 e da necessidade de fazer a maior parte de nossa auditoria final a distância.

Assinado

Gareth Davis

Controlador e Auditor Geral, Reino Unido — Auditor Externo

7 de agosto de 2020

Apêndice 1 Recomendações do ano anterior

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2020	Opinião do Auditor Externo	Situação
Relatório detalhado de 2018 Rec. 1	Fazer uma análise do uso do Fundo de Capital de Giro e estudar a necessidade de rever seu nível de capitalização.	<p>A OPAS monitora mensalmente o Fundo de Capital de Giro. O nível atual de US\$ 25,0 milhões foi estabelecido pelos Estados Membros na 53ª reunião do Conselho Diretor em 2014 e está financiado em apenas US\$ 21,7 milhões, o que periodicamente provou ser insuficiente para cobrir o atraso no recebimento das contribuições fixas. A OPAS apresentará uma proposta, contendo, entre outras coisas, um plano para financiar o Fundo de Capital de Giro em um prazo razoável, a ser incluída na agenda de temas dos Órgãos Diretores de 2020.</p> <p>Atualização em março de 2020</p> <p>O Fundo de Capital de Giro foi totalmente financiado (US\$ 25 milhões) e usado integralmente no fim de 2019. Uma proposta para aumentar o Fundo de Capital de Giro para US\$ 50 milhões foi apresentada aos Órgãos Diretores.</p>	<p>Tomamos nota da resposta da Direção e consideraremos a resposta dos Órgãos Diretores à proposta da OPAS.</p> <p>Aprofundamos nosso comentário sobre a situação e a apresentação do Fundo de Capital de Giro no relatório deste ano.</p>	Em andamento.
Relatório detalhado de 2018 Rec. 2	Esclarecer no Regulamento Financeiro e Regras Financeiras a capacidade de tomar emprestado de outros fundos e instituir um processo para que o Diretor autorize e informe todos os recursos emprestados.	<p>A OPAS informou o nível dos empréstimos internos ao Conselho Diretor em 2019. Uma proposta para alterar as Regras Financeiras será apresentada aos Órgãos Diretores.</p>	<p>Tomamos nota da resposta da Direção e consideraremos a resposta dos Órgãos Diretores à proposta da OPAS.</p>	Em andamento.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2020	Opinião do Auditor Externo	Situação
Relatório detalhado de 2018 Rec. 3	Analisar os gastos para avaliar até que ponto o custo total é recuperado em atividades financiadas com recursos voluntários e formular uma política de recuperação de custos equitativa, uniforme e transparente.	Uma avaliação da ONU em 2005-2006 estabeleceu a taxa de 13% para os gastos de apoio a programas, embora tenha reconhecido que ela não era suficiente. A OPAS procura segui-la, mas muitos doadores, incluídos os Estados Membros, não a aceitam. Uma análise de custos será feita se o tempo permitir, e qualquer mudança na política gastos de apoio a programas será submetida aos Estados Membros para aprovação.	A OPAS não fez nenhum progresso na avaliação se consegue recuperar os custos em atividades financiadas com recursos voluntários nem na formulação de uma política de recuperação de custos equitativa, uniforme e transparente.	Não implementada.
Relatório detalhado de 2018 Rec. 4	Examinar as reservas acumuladas para apoio a programas e estudos se mais recursos devem ser usados para fazer face aos custos que antes eram financiados com recursos básicos.	A prática para os gastos de apoio a programas na OPAS é acumular a renda recebida durante um biênio. Quando o biênio se encerra, o saldo total é disponibilizado para financiar o Programa e Orçamento (PO) do biênio subsequente. Nos casos em que a Organização não consegue executar 100% do saldo disponível, esses recursos são transferidos para financiar o PO do biênio seguinte. A OPAS examinará a política sobre a governança e gestão desses recursos a fim de refletir como eles são usados atualmente.	Embora entendamos a prática adotada pela OPAS, delineada em seus comentários, a Organização ainda não examinou a política sobre a governança e gestão desses recursos estabelecida em sua resposta.	Não implementada.
Relatório detalhado de 2018 Rec. 5	Respaldar qualquer estratégia de longo prazo aprovada pelos Estados Membros com informações financeiras detalhadas, como uma estratégia de mobilização de recursos abrangente que cubra o período do Plano Estratégico.	Após a aprovação do Plano Estratégico 20-25 em setembro de 2019, a Organização iniciou a formulação da nova Estratégia de Mobilização de Recursos para alinhá-la com este documento orientador de longo prazo. Entre os passos iniciais, destacam-se a avaliação da Estratégia de Mobilização de Recursos 16-19 para tirar partido das lições extraídas e uma atualização da análise SWOT para apresentar com precisão o clima atual. Em paralelo, a formulação do plano de trabalho bienal 20-21 abrangeu o planejamento da mobilização de recursos como um novo componente dos esforços institucionais, o que permitiu a todas as entidades definir claramente metas para a mobilização de contribuições voluntárias. Um produto/serviço obrigatório também foi incorporado para assegurar que esses esforços continuassem no planejamento operacional subsequente. A primeira versão da Estratégia de Mobilização de Recursos será compartilhada em grupos de discussão com, entre outros, as partes	Observamos a resposta da Direção e examinaremos a Estratégia de Mobilização de Recursos que apoia o Plano Estratégico atual no âmbito de nossa auditoria referente a 2020.	Em andamento.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2020	Opinião do Auditor Externo	Situação
		interessadas internas de todos os níveis funcionais. A expectativa é que a versão final esteja concluída até o início do segundo semestre de 2020.		
Relatório detalhado de 2018 Rec. 6	Formular uma estratégia abrangente de investimento de capital de longo prazo, revista anualmente e vinculada a planos de compras detalhados, e alinhar as políticas sobre a apresentação de informações financeiras referentes ao ativo imobilizado e uso de fundos de capital para assegurar a prestação de contas eficiente, uniforme e harmonizada sobre o uso dos recursos aos Estados Membros.	<p>1) Em 2014, foi feita uma pesquisa em toda a Organização para avaliar as condições dos imóveis de propriedade da OPAS. Os resultados foram relatados no documento CE156/24, Rev. 1. As representações nos países têm acompanhado esse plano para solicitar o uso de recursos do Fundo Mestre de Investimentos de Capital (FMIC). Projetos <i>ad hoc</i> (não incluídos no plano) também têm sido financiados conforme necessário. A avaliação das condições será atualizada durante o biênio 2020-2021. O PBU ajudará o GSO a formular uma estratégia de financiamento para acompanhar o plano de investimento; 2) O GSO exigirá que as representações nos países incluam um plano de investimentos de capital no plano de aquisições e no orçamento; e 3) o GSO trabalhará com o FRM para alinhar as políticas sobre a apresentação de informações financeiras com o Plano Mestre de Investimentos de Capital.</p> <p>Atualização em março de 2020</p> <p>Em 2019, a OPAS priorizou a aquisição do Anexo localizado no número 2121 da Virginia Avenue como forma de reduzir os custos recorrentes de aluguel de escritórios da Organização e acelerar o acúmulo de recursos no FMIC. A aquisição foi concluída em 30 de dezembro de 2019 e a OPAS espera concluir a transferência do pessoal e encerrar todos os arrendamentos de escritórios em Washington DC até junho de 2020. A atualização da avaliação de 2015 sobre as condições está em andamento.</p>	Tomamos nota dos diversos elementos da resposta da Direção. Entretanto, vemos poucas evidências de que a OPAS tenha uma estratégia abrangente para os investimentos de capital. Aprofundamos nosso comentário sobre a aquisição do número 2121 da Virginia Avenue no relatório deste ano.	Não implementada.
Relatório detalhado de 2018 Rec. 7	Examinar os saldos atuais de todos os seus fundos e reservas e considerar o espaço para racionalização e simplificação, examinando se os saldos continuam a ser pertinentes aos planos	<p>A OPAS examina os saldos desses fundos de acordo com o Regulamento Financeiro e as Regras Financeiras, e toma as medidas apropriadas conforme necessário. Um exame regular dos fundos abertos será feita no encerramento de cada biênio, conforme o “POP Fechamento do biênio”.</p> <p>Atualização em março de 2020</p> <p>De acordo com o POP, o PBU informou o FRM a respeito do fechamento de cinco fundos, que foram inativados no PMIS.</p>	Tomamos nota da resposta da Direção. Nossa recomendação foi feita no contexto de um exame estratégico dos saldos dos diversos fundos e reservas vinculados aos planos estratégicos de longo prazo da OPAS. Nesse	Não implementada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2020	Opinião do Auditor Externo	Situação
	financeiros da organização. Isso deve ser feito no contexto de uma estratégia geral para a manutenção de reservas e fundos, alinhada à formulação dos planos estratégicos de longo prazo da OPAS.		contexto, não consideramos a recomendação implementada.	
Relatório detalhado de 2018 Rec. 8	Em consulta com os Estados Membros, o plano de financiamento adotado pela Direção deve ser aprovado pelos Órgãos Diretores de modo a formalizar a abordagem de financiamento dos benefícios do Seguro-saúde do Pessoal.	<p>O Seguro-médico Pós-serviço (ASHI) foi incluído na agenda dos Órgãos Diretores em 2017 (SPBA11/10, Rev. 1) e os Estados Membros tomaram nota do plano de financiamento das obrigações e decidiram considerar esse assunto em anos futuros sob o tema da agenda referente ao Relatório Financeiro do Diretor, publicado anualmente.</p> <p>O AM e o FRM examinarão com o LEG como apresentar o plano de financiamento do ASHI formulado pelo Comitê de Supervisão Global (GOC).</p> <p>Atualização em março de 2020</p> <p>O FRM incluiu nas Notas ao Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2019 uma referência ao plano de financiamento aprovado pelo GOC. Os Estados membros da OPAS examinam o Relatório durante o ciclo do Conselho Diretor e o aprovam oficialmente durante o Conselho Diretor. Todos os Estados Membros da OPAS também são membros da Assembleia Mundial da Saúde da OMS e, assim, a eles é apresentado o relatório financeiro anual global do Seguro-saúde do Pessoal, que abrange o plano global para gerir as obrigações do SHI.</p>	Tomamos nota da resposta da Direção. Examinaremos como a OPAS apresenta essa questão ao Conselho Diretor e as discussões subsequentes conforme o caso.	Em andamento.
Relatório detalhado de 2018 Rec. 9	Considerar as vantagens de um orçamento anual formal (que poderia estar inserido em uma aprovação bienal) e as vantagens de adotar um	Os programas e orçamentos da OPAS e da OMS são apresentados e aprovados pelos Órgãos Diretores a cada dois anos, conforme a decisão dos Estados Membros. O processo de formulação e aprovação do programa e orçamento é longo e envolve a participação de partes internas e externas, incluídos os Estados Membros.	Encerramos esta recomendação com base no fato de que a OPAS declarou que os Estados Membros não têm interesse nessa proposta.	Encerrada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2020	Opinião do Auditor Externo	Situação
	orçamento total baseado nas IPSAS.	A OPAS discutiu a opção de preparar orçamentos anuais e falta interesse nessa opção, tanto internamente quanto entre os Estados Membros.		
Relatório detalhado de 2018 Rec. 10	Rever a base na qual monitora seus gastos em relação ao seu orçamento disponível e elaborar uma base melhor para monitorar os recursos em comparação com um indicador significativo do uso previsto dos recursos no nível dos centros de custos. Isso deve se basear na funcionalidade do PMIS tanto quanto possível e apoiar um processo que possa impor aos gerentes dos centros de custos responsabilidades orçamentárias em tempo real.	A OPAS continuará a explorar as capacidades no uso do PMIS para melhorar o ciclo de monitoramento, avaliação e prestação de contas do orçamento. A Organização tem procedimentos e ferramentas claras elaborados para monitorar, avaliar e informar em ambos os casos, tanto <i>off-line</i> quanto dentro do PMIS, pelos centros de custos. Com o próximo planejamento operacional referente a 2020-2021, o PBU aproveitará para automatizar os relatórios do orçamento de acordo com as necessidades dos usuários. A nova estrutura programática para o PE 20-25 facilitará um monitoramento orçamentário mais eficiente no nível dos centros de custos no PMIS.	Tomamos nota da resposta da Direção e revisaremos o monitoramento do orçamento nos centros de custos durante a auditoria de 2020 a fim de entender como a nova estrutura programática facilita um monitoramento mais eficiente.	Em andamento.
Relatório detalhado de 2018 Rec. 11	Considerar as estruturas internas atuais para assegurar uma boa integração do orçamento e a apresentação de relatórios financeiros para apoiar as melhorias recomendadas no	O Departamento de Programa e Orçamento (PBU) lidera o planejamento estratégico e operacional da Organização, bem como o monitoramento e avaliação do desempenho, uma esfera de ação bem mais ampla do que a gestão financeira ou orçamentária. O PBU foi transferido do Escritório de Administração para o Escritório do Diretor Adjunto em 2003, em reconhecimento do seu papel crucial no Programa de Trabalho da Organização, nas áreas de elaboração e prestação de contas. O PBU e o FRM trabalham em estreita colaboração para assegurar um monitoramento financeiro abrangente e se reúnem regularmente com Direção Executiva, bem como com os diretores dos centros de custos, para	Tratamos das tensões inerentes dentro da estrutura da Organização e fizemos recomendações que a Direção da OPAS considerou e rejeitou. Portanto, encerramos esta recomendação.	Encerrada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2020	Opinião do Auditor Externo	Situação
	monitoramento do orçamento.	examinar a situação orçamentária e financeira global da Organização. Além disso, o PMIS proporcionou a oportunidade de uma solução abrangente para a gestão financeira e orçamentária e respectiva prestação de contas, solução essa que a Secretaria continua a explorar e adaptar. Embora existam procedimentos e ferramentas claros para os centros de custos monitorarem e prestarem contas dentro do PMIS, a OPAS continuará a alavancar as capacidades no PMIS para melhorar o ciclo de monitoramento, avaliação e prestação de contas do orçamento.		
Relatório detalhado de 2018 Rec. 12	A Direção deve obter e examinar relatórios de garantia independentes do prestador terceirizado e fazer uma análise de risco para considerar maneiras pelas quais supervisionará a validação dos pedidos de reembolso de seu administrador.	A Comissão de Auditoria da República das Filipinas fez a auditoria externa de uma amostra de pedidos de reembolso dos administradores terceirizados do Fundo do Seguro-saúde do Pessoal. Além disso, a OPAS e a OMS desenvolverão controles para tratar das questões identificadas no relatório de auditoria. Atualização em março de 2020 Em março, uma equipe da OPAS/OMS visitou a AETNA e examinou os processos de pedidos de reembolso e as questões quanto ao monitoramento e apresentação de relatórios.	A Auditoria Externa do Fundo do Seguro-saúde do Pessoal não foi concebida para oferecer à Direção garantias quanto a seus prestadores de serviços. Examinamos o resultado da reunião com o provedor terceirizado. Agora, isso precisa ser transformado em uma estratégia para gerir e validar o trabalho de seu administrador terceirizado.	Em andamento.
Relatório detalhado de 2018 Rec. 13	A OPAS deve estudar a possibilidade fazer uma auditoria aberta para verificar a exatidão dos gastos informados e confirmar que foram cumpridas as obrigações contratuais. Esse direito de inspeção deve ser exercido regularmente no futuro.	A OPAS coordenará com a Aetna o exercício periódico dos direitos de auditoria especificados no contrato para confirmar a exatidão dos registros. Atualização em março de 2020 Em março, uma equipe da OPAS visitou a AETNA e examinou o processo de pedidos de reembolso e as questões quanto ao monitoramento e apresentação de relatórios.	A resposta fornecida não aborda a recomendação.	Não implementada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2020	Opinião do Auditor Externo	Situação
Relatório detalhado de 2018 Rec. 14	A OPAS deve rever seus procedimentos e processos atuais em relação aos benefícios dos serviços e da capacidade que podem ser oferecidos externamente e considerar as diferenças de custo relativas.	A OPAS contratará um consultor externo para examinar os custos e benefícios dos contratos com o administrador terceirizado e continuar as consultas em andamento com a OMS/o SHI sobre os próximos contratos com o administrador terceirizado. Atualização em março de 2020 A discussão deste tópico é esperada durante o ciclo do GOC em 2021.	Tomamos nota dos comentários da Direção.	Em andamento.
Relatório detalhado de 2018 Rec. 15	Examinar a eficácia dos procedimentos de gestão de risco no nível dos centros de custos; formular um plano de ação para incorporar uma cultura de conscientização dos riscos em toda a Organização e promover o uso de registros de risco no nível dos centros de custos para embasar a tomada de decisões e o monitoramento da mitigação de riscos.	O assessor sobre a gestão de riscos institucionais da OPAS examina os procedimentos de gestão de riscos no segundo ano de cada biênio, com o objetivo de formular um plano de ação para o biênio seguinte. Durante o exame de 2019, as novas melhorias serão revistas de modo a incorporar ainda mais a consciência sobre os riscos em todos os níveis de gestão, e um procedimento de registro de riscos atualizado será lançado no quarto trimestre de 2019. Atualização em março de 2020 Os procedimentos de gestão de riscos foram examinados e aprimorados para o Registro de Riscos 2020-2021 e lançados juntamente com o início de um novo processo de capacitação para gerentes dos centros de custos e pontos focais de riscos.	Tomamos nota dos comentários da Direção e examinaremos o impacto da nova capacitação para os gerentes dos centros de custos e pontos focais de riscos durante nossa auditoria de 2020. No relatório deste ano, fizemos outras observações sobre o gestão de riscos resultantes de nosso trabalho nas representações da OPAS nos países.	Em andamento.
Relatório detalhado de 2018 Rec. 16	Exigir que os centros de custos gerem uma lista completa dos riscos, salientando a necessidade de capturar todos os	Com base nas recomendações anteriores do Comitê de Auditoria da OPAS, a orientação sobre a gestão de riscos institucionais aos centros de custos identifica os riscos comumente citados dos ciclos anteriores e solicita que os centros de custos listem os quatro ou cinco riscos mais significativos que são específicos do centro de custos para levar à atenção da Direção. Durante o exame do programa de gestão de riscos de 2019,	A gestão de riscos não deve ser uma atividade puramente estratégica para enriquecer o registro de riscos institucionais. Ela precisa ser pertinente para os gerentes	Não implementada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2020	Opinião do Auditor Externo	Situação
	<p>riscos pertinentes dos níveis mais baixos dentro dos centros de custos. Os de maior importância devem ser levados a escalões mais altos para serem incluídos no registro de riscos institucionais, de modo a manter em um nível administrável o número de riscos que passaram por esse processo.</p>	<p>essa orientação será revista no contexto da abordagem para os riscos incorporada ao processo de planejamento e monitoramento dos programas.</p> <p>Atualização em março de 2020</p> <p>A Direção não contempla exigir uma lista exaustiva de todos os riscos no nível dos centros de custos, devido à diminuição do valor marginal agregado da listagem de riscos além dos cinco primeiros e aos riscos comuns a todos os centros de custos. A maioria dos riscos significativos dos centros de custos já foi transferida para o registro de riscos institucionais.</p>	<p>em todos os níveis da Organização e incorporada às atividades diárias.</p> <p>No relatório deste ano, fizemos outras observações a esse respeito resultantes de nosso trabalho nas representações da OPAS nos países.</p>	
<p>Relatório detalhado de 2018 Rec. 17</p>	<p>Instituir uma abordagem mais sistemática para a gestão de riscos em seus processos de aprovação e monitoramento de projetos, para que ela se torne uma parte integrante da devida diligência dos projetos. A avaliação desses riscos deve ser escalável de modo a refletir o tamanho e a abrangência de um projeto e tirar partido dos exemplos de boas práticas dentro da OPAS.</p>	<p>Como parte da Estrutura de Gestão de Projetos da OPAS, a Organização aborda a gestão de riscos em todas as fases dos projetos. Nesse sentido, a Organização ofereceu orientações para a identificação e avaliação de riscos durante a fase de concepção dos projetos, incluiu a avaliação de riscos na lista de verificação usada na revisão dos projetos e ofereceu orientação sobre a mitigação de riscos durante a fase de implementação. Com isso em mente, a Organização considera que a gestão dos riscos já é abordada em um enfoque sistemático. Para reforçar essas ações, o planejamento de recursos institucionais vai:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Continuar a incluir a gestão dos riscos no desenvolvimento dos projetos e da capacidade de gestão dos projetos; b) Continuar a incluir a avaliação dos riscos no processo de revisão dos projetos; c) Formular critérios para determinar as propostas de contribuição voluntária que devem ser submetidas a uma avaliação de risco adicional. Esses critérios incluirão a escala e o alcance das propostas. <p>Atualização em março de 2020</p> <p>A OPAS conta com a Estrutura de Gestão de Projetos institucional e um POP complementar para as contribuições voluntárias que integram a</p>	<p>Tomamos nota da resposta da Direção.</p> <p>Durante nossa auditoria, examinamos a gestão dos riscos para o projeto Hospitais Inteligentes e identificamos áreas para melhoria.</p> <p>Em nossa opinião, a OPAS não tem acordos de gestão de riscos suficientemente robustos em seus processos de aprovação e monitoramento de projetos.</p>	<p>Em andamento.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2020	Opinião do Auditor Externo	Situação
		<p>disciplina de gestão dos riscos ao longo do ciclo de vida dos projetos (identificação, avaliação, monitoramento e mitigação). A inclusão dos riscos nas aprovações de projetos é reforçada ainda mais por meio de um processo de revisão institucional dos projetos, orientado por uma lista de verificação, para checar se os riscos foram identificados e incorporados à concepção do projeto e à estrutura de resultados para serem abordados de maneira adequada, sobretudo no caso dos projetos complexos (por exemplo, Hospitais Inteligentes, projetos financiados pela UE) (https://intra.paho.org/departments-offices/dd/erp/Pages/proj-sup.aspx).</p> <p>A integração dos riscos nas abordagens e processos de gestão dos projetos institucionais foi concluída em estreita colaboração com o Programa de Gestão de Riscos Institucionais, com orientações adicionais fornecidas no site da intranet relacionado à gestão dos riscos institucionais (https://paho.sharepoint.com/:p/r/Tools/RM/_layouts/15/Doc.aspx?sourcedoc=%7B404EFFB9-E2C3-4564-BBD8-9E8F616FB7AD%7D&file=Gestion%20de%20Proyectos.%20Presentacion.pptx&action=edit&mobileredirect=true).</p> <p>Gestão dos riscos institucionais: Com respeito à recomendação da referência, tivemos a oportunidade de examiná-la com o AM e acreditamos que ela deva ser considerada encerrada, uma vez que o procedimento de inclusão de riscos existe na análise dos projetos financiados por contribuições voluntárias. O planejamento dos recursos institucionais, que é o objetivo operacional da política de revisão de projetos envolvendo contribuições voluntárias, bem como a gestão de projetos da política, indica claramente o progresso nesse sentido, e esses avanços foram feitos em coordenação com nosso programa de gestão dos riscos institucionais.</p>		
Relatório detalhado de 2018 Rec. 18	Operacionalizar sua política antifraude como uma questão prioritária e aproveitar a oportunidade do lançamento da política para conscientizar sobre a	A política antifraude foi examinada e discutida na reunião do Comitê de Auditoria de abril de 2019. O Comitê endossou a política e apresentou alguns comentários e sugestões para consideração pela Repartição. Esses comentários foram considerados e, após o processo final de revisão interna, a política será publicada em junho de 2019. A implementação dessa política será acompanhada por uma campanha de conscientização e atividades de capacitação focalizadas. Atualmente, a política está pendente da aprovação pelo Comitê Permanente do Manual Eletrônico.	Reiteramos a importância dessa recomendação e comentamos ainda o lento progresso nessa importante área no presente relatório.	Não implementada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2020	Opinião do Auditor Externo	Situação
	responsabilidade do pessoal e citar exemplos de tolerância zero a comportamentos fraudulentos. A partir daí, deve ser considerada a identificação das necessidades de treinamento.	Atualização em março de 2020 A nova política de combate à fraude e corrupção ainda não foi publicada e ainda precisa ser aprovada pelo comitê de revisão do Manual Eletrônico. Esperamos que a política possa ser aprovada até a próxima reunião do Comitê de Auditoria.		
Relatório detalhado de 2018 Rec. 19	Fazer uma análise sistemática de sua exposição a riscos de fraude em toda a organização e considerar se o controle atual mitiga suficientemente esses riscos.	Foi concluído um projeto de política para combater a fraude e a má conduta, com uma lista dos riscos de fraude mais significativos enfrentados pela OPAS. O Escritório de Ética (ETH) é responsável pela implementação de um programa de conscientização para mitigar esses riscos.	Não vimos nenhuma evidência de uma análise sistemática dos riscos de fraude enfrentados pela OPAS. Reiteramos a importância dessa recomendação e comentamos ainda o lento progresso nessa importante área no presente relatório.	Não implementada.
Relatório detalhado de 2018 Rec. 20	A OPAS deveria desenvolver ainda mais seus processos de elaboração da declaração sobre controle interno de modo a aproveitar toda a gama de garantias, com atenção para os resultados desses processos e para como os pontos fracos identificados serão tratados.	Após consulta às partes interessadas internas, uma Declaração de Controle Interno revisada foi concluída e será incluída no Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2019.	Apresentamos nossos comentários sobre o projeto da Declaração de Controle Interno de 2019, e outras mudanças foram feitas na versão final. A OPAS deve examinar ativamente a compilação da Declaração sobre Controle Interno a cada ano, com base nas mudanças e desdobramentos no ambiente de controle à medida que ocorram.	Encerrada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2020	Opinião do Auditor Externo	Situação
Relatório detalhado de 2018 Rec. 21	A boa prática das cartas anuais de garantia deve ser revista para que se tornem mais qualitativas ao divulgar como os controles foram assegurados localmente e, para destacar os problemas identificados, devem ser compatíveis com as observações do IES, da Unidade de Conformidade e de outro provedor de garantias.	As cartas anuais de garantia dos gerentes dos centros de custos foram configuradas como um fluxo de trabalho dentro do PMIS e ligadas ao processo de conformidade mensal desses gerentes.	Tomamos nota das mudanças feitas, que devem proporcionar uma ligação mais transparente entre as garantias anuais fornecidas pelos gerentes dos centros de custos e os exames de conformidade realizados.	Encerrada.
Relatório detalhado de 2018 Rec. 22	Considerar a elaboração de um mapa geral de garantias e um processo formal para os fornecedores de garantia e conformidade compartilharem planos, constatações e riscos para que a garantia seja coordenada, os temas sejam identificados e a inteligência embase planos de trabalho mais integrados no futuro.	As equipes de conformidade e gestão de riscos continuarão a desenvolver o programa de conformidade rumo a um mapa de garantia abrangente. Atualização em março de 2020 A elaboração do mapa de garantia continua em andamento.	Tomamos nota dos comentários da Direção.	Em andamento.